



**Universidade Federal de Pernambuco**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-graduação em História**

**A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rêgo**  
**Limoeiro, 1945 a 1955**

Dissertação de Mestrado apresentada por Márcio Ananias Ferreira Vilela ao Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Recife

2008

**Márcio Ananias Ferreira Vilela**

**A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rêgo  
Limoeiro, 1945 a 1955**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em História.

Recife

2008

**Vilela, Márcio Ananias Ferreira**

**A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rêgo Limoeiro, 1945 a 1955 / Márcio Ananias Ferreira Vilela. – Recife: O Autor, 2008.**

**188 folhas : il., fig., fotos.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.**

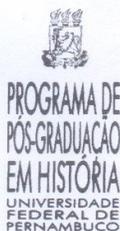
**Inclui: bibliografia e anexos.**

**1. História. 2. Política. 3. Liderança Política. 4. Coronelismo. 5. Poder. 6. Pernambuco. I. Título.**

**981.34  
981**

**CDU (2. ed.)  
CDD (22. ed.)**

**UFPE  
BCFCH2008/45**



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO MÁRCIO ANANIAS FERREIRA VILELA  
Às 14:00h do dia 09 (nove) de abril de 2008 (dois mil e oito), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Márcio Ananias Ferreira Vilela** intitulada “**A Construção de um Líder Político: Francisco Heráclio do Rêgo Limoeiro, 1945 a 1955**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Torres Montenegro (Orientador), Maria do Socorro de Abreu e Lima e Denis Antônio de Mendonça Bernardes. Assinam, também, a presente ata o Vice-Coordenador, Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 09 de Abril de 2008.

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima.

Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes

Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.

Rogéria Feitosa de Sá.

## **Banca examinadora**

---

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro - Programa de Pós-Graduação em História – UFPE.

---

Examinador(a) interno (titular): Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima - Programa de Pós-Graduação em História – UFPE.

---

Examinador(a) interno (suplente): Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Ferraz Barbosa – Programa de Pós-Graduação em História - UFPE.

---

Examinador(a) externo (titular): Prof. Denis Antônio de Mendonça Bernardes - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFPE.

---

Examinador(a) externo (suplente): Prof. Dr. José Batista Neto – Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE.

Recife

2008

## **Resumo**

### **A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rêgo Limoeiro, 1945 a 1955**

Márcio Ananias Ferreira Vilela

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Resumo da Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em História.

O propósito central da presente dissertação é analisar uma série de discursos e práticas políticas em circulação no estado de Pernambuco, sobretudo no município de Limoeiro e circunvizinhos, entre 1945 e 1955, que fazem referências a Francisco Heráclio do Rêgo. Os problemas suscitados no trabalho procuram, justamente, entender como Francisco Heráclio se constitui num importante líder político, ou seja, como sua inserção nas disputas políticas o torna capaz de interferir significativamente no cenário político dessas áreas em que mantém influência e, conseqüentemente, na política do estado de Pernambuco. Neste sentido, a compreensão de um conjunto de estratégias e ações políticas tem sido reveladora de um fazer política em Pernambuco neste período.

Palavras-chave: História, política e poder.

Recife

2008

## **Abstract**

### **A construction of a political leader: Francisco Heráclio do Rêgo Limoeiro, 1945 – 1955**

Márcio Ananias Ferreira Vilela

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Dissertation abstract submitted to the Post Graduation Program in History, Center of Philosophy and human Sciences, Pernambuco Federal University, as requirements to obtain a Masters in History.

This dissertatin's purpose is to analyze a series of discourses and political practices in actuality regarding Francisco Heráclio do Rêgo in the State of Pernambuco, mainly in the town of Limoeiro and its neighborhoods between 1945 – 1955. The problems he faced at work, in reality, show how Francisco Heráclio became a necessary political leader either with his political debates interventions, or the way his inputs in them allowed him to significantly intervene in the political arena of the areas he had influence upon and, consequently, upon the State of Pernambuco's politics. Thus, an insight of both a set of strategies and political actions showed one political approach in pernambuco then.

Keywords: History, politics and power.

Recife

2008

*O escritor é uma pessoa que passa anos tentando descobrir com paciência um segundo ser dentro de si, e o mundo que o faz ser quem é: quando falo de escrever, o que primeiro me vem à mente não é um romance, um poema ou a tradição literária, mas uma pessoa que fecha a porta, senta-se diante da mesa e, sozinha, volta-se para dentro; cercada pelas suas sombras, constrói um mundo novo com as palavras... Escrever é transformar em palavras esse olhar para dentro, estudar o mundo para o qual a pessoa se transporta quando se recolhe em si mesma – com paciência, obstinação e alegria... Mas assim que nos isolamos, logo descobrimos que não estamos tão sós quanto julgávamos. Estamos na companhia das palavras dos que vieram antes de nós, das histórias, dos livros, das palavras de outras pessoas – aquilo que chamamos de tradição.*

Orhan Pamuk. A maleta do meu pai.

## Agradecimentos

A construção desta dissertação, de certa maneira, é resultado do esforço e da contribuição de vários colaboradores. Contribuições valiosas nos momentos de profunda angústia, solidão, apreensão e dúvidas sentidas, principalmente diante dos desafios representados por uma folha em branco. Nesses instantes uma palavra, uma frase, um gesto ou um simples olhar, muitas vezes, já foi o bastante para que pudesse vencer a timidez das palavras e dar sentido a esta narrativa.

Este encorajamento provém de minha família, que sempre tem apoiado minha “Odisséia” neste mundo. Agradeço a minha mãe, a professora Juvanete Ferreira Vilela, e a meu pai, o senhor Jeú Correia Vilela. Também significativa solidariedade tem sido oferecida por meus irmãos, a começar pelo primogênito, o Rev. Maely Vilela, e minhas irmãs Marly, Marlene, Juvina Mirian e, principalmente, Marília Vilela pelo tempo gasto nos ajustes gramaticais e textuais, assim como por meu irmão Misael Ferreira Vilela. Importantes incentivos têm advindo, também, dos primos-irmãos Valdir e Valderes Moraes de Almeida.

À companheira Sheila Arruda, que tem marcado significativa presença em minha vida, obrigado pela força nos momentos difíceis desta jornada e pela paciência. Paciência percebida, sobretudo, durante os inumeráveis finais de semana em que estive ausente, em intenso envolvimento com leituras e escritas.

Nesta caminhada, amizades foram construídas. Pessoas houve que constantemente estiveram presentes e que em muito contribuíram, entre elas, meus amigos Pablo Porfírio e Emília Vasconcelos. A estes, obrigado pela valiosa cooperação, pela amizade e pelos puxões de orelha, os quais – devo confessar – quase sempre destituídos de quaisquer propósitos: puro capricho desses companheiros historiadores. Devo lembrar também, e com igual inteireza, de importantes amigos como Diogo Cunha e sua esposa Tânia Tollier, Taciana Mendonça, Humberto Miranda, Lenivaldo Cavalcanti, Juliana Rocha, Flávio Cavalcanti entre tantos outros.

Há, para com o orientador, o professor Antonio Torres Montenegro, um enorme respeito e consideração. A ele agradeço o aceite da tarefa de orientar, as palavras de incentivo e a dedicação ao longo destes anos. De modo semelhante, faz-se necessário dizer “muito obrigado” à professora Regina Beatriz Guimarães por suas precisas intervenções. Meu “muito obrigado” a Aluísio e a Carmem, funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em História, pela dedicação que sempre me dispensaram. Agradeço, ainda, a CAPES, que acreditou neste trabalho e o fomentou.

Por último, revelo-me intensamente grato ao construtor do universo pela vida e pela constante presença nesta caminhada.

## Sumário

Introdução .....	13
<b>Parte 1: Revisitando o coronelismo</b> .....	16
Capítulo I: As descrições do fenômeno coronelístico .....	17
Capítulo II: “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual” .....	42
Capítulo III: Diálogo entre a historiografia e a documentação: a problemática do objeto .	48
<b>Parte 2: Mecanismo de construção de um líder político</b> .....	50
Capítulo I: Francisco Heráclio do Rêgo e sua inserção política .....	51
Capítulo II: A produção dos boletins: uma estratégia política .....	54
Capítulo III: Em nome do pai: a legitimação de uma dominação .....	60
Capítulo IV: “A vida secreta de Francisco Heráclio do Rêgo”: o questionamento de uma dominação .....	67
Capítulo V: Literatura de cordel: a representação da imagem de um líder político .....	87
<b>Parte 3: Práticas políticas e eleitorais</b> .....	100
Capítulo I: A redemocratização e a política em Pernambuco e em Limoeiro .....	101
Capítulo II: O lugar político do mediador: a cidade em movimento .....	107
Capítulo III: Práticas cotidianas: o assistencialismo e as camadas populares .....	119
Capítulo IV: “Como se faz uma eleição?” .....	131
Capítulo V: O uso da coação contra eleitores e a oposição política .....	143
<b>Parte 4: Conclusões</b> .....	157
Consideração finais .....	158
<b>Parte 5: Bibliografia</b> .....	160
Referências bibliográficas .....	161
Relação de materiais primários .....	170

1- Fontes escritas .....	170
2- Fontes orais .....	171
<b>Parte 6: Anexos .....</b>	<b>173</b>
Imagens .....	174

## Introdução

Passo importante para a escolha da temática ora trabalhada data do ano de 2002 quando de nossa participação em extensa pesquisa coordenada pelo Sr. André Heráclio do Rêgo, referente a seu doutoramento defendido pela Universidade de Paris X. Tese recentemente publicada na França sob o título *Famille et Pouvoir Régional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*<sup>1</sup>.

Encerrados aqueles trabalhos nos propomos, agora enquanto integrantes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a dar-lhes continuidade por meio de novas pesquisas. Então, intensificamos o contato com uma série de documentos que fazem menção a Francisco Heráclio do Rêgo, político outrora residente no município de Limoeiro/PE. Trata-se de um conjunto de registros históricos presente nas mais diversas formas de comunicação tal qual jornais, revistas de circulação nacional como a Manchete e O Cruzeiro, literaturas de cordéis, canções gravadas em compacto, boletins, processos judiciais e entrevistas.

Esses documentos quase que constantemente identificam ou nomeiam Francisco Heráclio como poderoso coronel ou chefe político do município de Limoeiro e de Pernambuco. Nesses registros, passamos a identificar um conjunto de discursos e práticas que versam sobre sua participação nos embates políticos em nível municipal e estadual, entre os anos de 1945 a 1955.

A compreensão que emerge destes documentos – muitas vezes complexos e carregados de dinâmicas diferenciadas – em alguns momentos pode divergir do entendimento já formulado e aceito até então por parte de uma historiografia que essencialmente privilegia em suas análises estruturas homogeneizadoras das realidades econômicas e políticas do Brasil. Tentaremos nos deslocar de uma visão macro-histórica que enquadra a atuação desses líderes políticos ao longo da República Velha enquanto

---

<sup>1</sup> RÊGO, André Heráclio do. *Famille et pouvoir régional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*. Paris: editora L' Harmattan, 2006. É importante ressaltar que nesta obra, o autor elabora um longo e detalhado estudo sobre algumas famílias inseridas nas disputas políticas como a família Heráclio do Rêgo, presente tanto no estado da Paraíba como em Pernambuco.

fenômeno do coronelismo, ou seja, uma espécie de herança maldita que teria suas origens fincadas na Colônia e no Império: heranças estruturais cuja permanência na segunda metade do século XX estaria reproduzindo este fenômeno.

Por caminhos bastante variados, a documentação nos possibilitou construir um outro olhar sobre este personagem político e seu tempo. Francisco Heráclio nos é apresentado de maneira diversa, múltipla: é ao mesmo tempo urbano e rural, tradicional e moderno, líder local e estadual. Alguém que não está fora de seu tempo, ou à margem das transformações – sobretudo políticas – por que passa o Brasil. Político capaz de fazer uso das mais diversificadas estratégias de comunicação.

Num primeiro instante fomos, quase obrigatoriamente, levados a percorrer parte dos escritos que trata do universo desses líderes políticos ao longo da história republicana do Brasil. Nesse sentido, foi de suma importância nosso mergulho pela literatura, história, e sociologia. De modo geral, podemos afirmar que são obras significativas, permeadas de informações relevantes que em muito nos ajudaram a compreender diversos aspectos do cenário político nacional e, de maneira semelhante, a atuação política de Francisco Heráclio do Rêgo. É o caso da obra *Família tradição e poder: o(caso) dos coronéis*, da socióloga Maria Auxiliadora Lemenhe. Obras como *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de Victor Nunes Leal, assim como, *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, consideradas estudos clássicos sobre o coronelismo. Estas obras também suscitaram uma série de ponderações, de novos questionamentos e diferenciações importantes que permeiam nossa escrita. Construções possibilitadas, sobretudo, a partir da análise minuciosa de diversificado corpo documental.

Em seguida ao que nomeamos “*Mecanismos de construção de um líder político*”, nossos esforços recaem sobre um mosaico de documentos cuja análise nos possibilitaram visualizar um conjunto de discursos que, em sua maioria, faz referências àquele político. São discursos sobre diversos aspectos como sua origem familiar, infância e juventude. Em nosso entendimento, tais discursos funcionam a emitir uma série de signos e imagens capazes de construir Francisco Heráclio do Rêgo como um importante e imprescindível personagem no cenário político de Pernambuco, representando o Partido Social Democrático no município de Limoeiro e circunvizinhos, muito embora tenha também integrado, em algum momento, os quadros partidários da União Democrática Nacional.

Num terceiro momento denominado “*Práticas políticas e eleitorais*”, deslocaremos nosso olhar na busca de um entendimento sobre algumas ações que permeiam com constância a documentação apresentada ao longo deste trabalho. Práticas que além de sugerir a construção de Francisco Heráclio como líder político – aspecto que norteia nossa escrita – permitem a visualização de certo controle político em áreas onde atuava<sup>2</sup>. Aí vamos perceber, por exemplo, a relação de mediador que Francisco Heráclio consegue manter com o estado, chegando, em certos momentos, a confundir-se com o próprio estado. Ou seja, Francisco Heráclio e o estado são projetados numa mesma imagem.

Paralelamente, a documentação tem possibilitado analisar um conjunto de práticas as quais denominamos assistencialistas e de coações, que julgamos como fundamentais à compreensão do exercício político em questão e controle das eleições. Sobre o processo eleitoral, estas práticas nos propiciaram visualizar certas particularidades, ou, uma outra lógica a permear as eleições em sua área de atuação política<sup>3</sup>.

Por fim, a compreensão que formulamos em relação a tais práticas é de que são reveladoras de uma maneira particular de fazer política implementada por Francisco Heráclio e seus partidários<sup>4</sup>. Um fazer com aspectos únicos presentes neste recorte espacial e temporal. É diante desta complexidade que envolve a participação e construção de Francisco Heráclio do Rêgo no cenário político de Pernambuco entre os anos de 1945 a 1955 que objetivamos elaborar determinado entendimento.

Neste sentido, almejamos estar somando contribuições aos saberes já construídos na historiografia brasileira, acreditando que novos questionamentos ainda se constituirão derivando, assim, em outras investigações neste e noutros campos do saber. No entanto, estudos focados nesta ou em outras localidades do Brasil e em temporalidades diversas, possivelmente virão e apontarão (ou não) semelhanças e aproximações com o trabalho ora apresentado.

---

<sup>2</sup> Ciente, portanto, da complexidade que abrange a utilização do termo controle político, o seu emprego ao longo desta escrita, não expressa uma destituição ou passividade política por parte daqueles supostamente “*dominados*”.

<sup>3</sup> Aliás, a própria realização dos pleitos eleitorais por se só, possivelmente, viabilizaria um outro trabalho revelador do fazer política no Brasil.

<sup>4</sup> Um outro aspecto a ser investigado noutros trabalhos seria tentar entender como alguns segmentos sociais, a exemplo das camadas populares, fazem uso dessas práticas políticas.

**Parte 1**

**Revisitando o coronelismo**

## Capítulo I

### As descrições do fenômeno coronelístico

Em março de 1915 é publicada no *Jornal de Alagoas* uma das várias crônicas do jornalista Graciliano Ramos. Posteriormente, em sua obra póstuma intitulada *Linhas Tortas*<sup>5</sup>, a referida crônica de mesmo nome é publicada logo de início. A partir de uma compreensão geral podemos afirmar que o autor, abreviadamente, procura traçar uma espécie de perfil crítico do que seria, naquele momento de 1915, o sistema político do Brasil.

Inicialmente, contenta-se em afirmar que a Constituição do Brasil<sup>6</sup> tem um buraco. Observa que além dos três poderes integrantes do sistema republicano – executivo, legislativo e judiciário – existe, no Brasil, um quarto poder: poder que considera vago, impreciso e que apresenta-se como o sumário dos três outros já mencionados. Em seu comando não há um ministro de estado – figura comum no Brasil desde o período imperial e cuja função é auxiliar diretamente na administração de uma nação – temos, isto sim, a figura de inúmeros chefes políticos, “*funcionários de atribuições indeterminadas, mas ilimitadas*” que, para o autor, são as verdadeiras forças políticas atuantes no país, “*o resto é lorota*”<sup>7</sup>. Aí está o enorme buraco na Constituição brasileira que só será corrigido quando esta for reformulada, momento em que tais chefes políticos entrarão definitivamente “*com armas e bagagens, em nosso magno estatuto, triunfante*”<sup>8</sup>.

As descrições feitas por Graciliano sobre estes “*funcionários*” e suas atuações no cenário político do Brasil permeiam toda sua crônica. Narra que suas atribuições são as mais diversas, pois “*são, a um só tempo, intendentess ou prefeitos, juizes, promotores,*

---

<sup>5</sup> Graciliano Ramos é um escritor que compõe juntamente com Jorge Amado, Rachel de Queiroz entre outros, a segunda fase do Modernismo brasileiro. Nasceu na cidade de Quebrângulo, Alagoas, em 1892 e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de março de 1953. *Linhas Tortas* (obra póstuma) é um livro de crônicas editado em 1962. No conjunto, compõe uma série de crônicas escritas pelo autor e publicadas inicialmente em jornais. Ver RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas: obra póstuma*. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Record, 2002.

<sup>6</sup> Vale ressaltar que Graciliano Ramos, ao escrever esta crônica em 1915, está se referindo à primeira Constituição Republicana do Brasil, datada de 1889.

<sup>7</sup> RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas: obra póstuma*. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Record, 2002, p. 08.

<sup>8</sup> RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas: obra póstuma*. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Record, 2002, p. 09.

*advogados e jurados, conselheiros municipais, comissários de polícia e inspetores de quartirão*”<sup>9</sup>. Sua fina ironia prossegue à medida que vai descrevendo esses chefes. Assim, são estes, ao mesmo tempo,

Mandatários do governo, forjadores de eleições, mais ou menos coronéis, caciques em miniatura, têm freqüentemente, para infundir respeito, uma espada da Guarda Nacional... Possuem um factótum, pau para toda obra, secretário particular e muitas coisas mais...<sup>10</sup>.

Acrescenta ainda, “*são os donos de todos os municípios destes remotos rincões que o estrangeiro ignora, que as cidades do litoral conhecem vagamente, através dos despachos da Agência Americana*”.

Em 1915, Graciliano Ramos, conforme observamos, já oferecia aos leitores do *Jornal de Alagoas* uma crítica irônica à estrutura de poder do Brasil. Assim descreve que “*Em escala descendente, a começar no Catete, onde pontifica o chefe assu, e a terminar no último lugarejo do sertão, com um caudilho, mirim, isto é um país a regurgitar de mandões de todos os matizes e feitios*”. O autor critica primordialmente a atuação, neste cenário, de inúmeros chefes políticos apontados por ele como a verdadeira força política no comando da República, compondo o que nomeia de quarto poder.

Diversos outros autores procuraram compreender as atuações desses líderes políticos, descritos por Graciliano Ramos, ao longo da República. É importante, pois, relacionarmos parte desses autores, compreendendo como estudaram e analisaram a atuação destes determinados líderes. Dentre tais autores podemos destacar Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria de Lourdes Janotti, Iberê Dantas, Marcos Vinícios Vilaça, Maria Auxiliadora Lemenhe e José Murilo de Carvalho.

Serão tecidas aqui algumas considerações acerca das obras de Victor Nunes Leal e Raymundo Faoro que, em suas análises, elaboraram estudos gerais, amplos, sobre a realidade brasileira da Colônia à República. São também reconhecidos por seus clássicos estudos a respeito do “*fenômeno do coronelismo*” no Brasil durante a República Velha,

---

<sup>9</sup> RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas: obra póstuma*. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Record, 2002, p. 09.

<sup>10</sup> RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas: obra póstuma*. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Record, 2002, p. 09.

muito embora Victor Nunes Leal estenda sua análise, também, a períodos que antecedem a expansão industrial na década de 1950. De certa maneira, estes estudiosos têm influenciado outras concepções elaboradas por vários autores sobre a referida problemática. Algumas dessas concepções têm procurado enfatizar a atuação de tais líderes políticos mais precisamente durante a República Velha; enquanto outros autores observam esta presença ao longo da segunda metade do século XX.

O jurista, jornalista e pesquisador Victor Nunes Leal, em sua obra *Coronelismo, Enxada e voto*<sup>11</sup>, procura explicar o sistema político do Brasil. Publicada inicialmente 1948 sob o título *O municipalismo e o regime representativo no Brasil*, é considerada um clássico estudo sócio-político do Brasil<sup>12</sup>. Nas décadas seguintes, passou a ser referência em uma série de produções no campo da história e das ciências humanas. Em sua obra, o autor analisa de maneira detalhada vários aspectos do Brasil colonial, imperial e republicano. Talvez influenciado pelos estudos jurídicos<sup>13</sup>, enfoca em sua obra a organização agrária, as atribuições municipais, o processo de eletividade da administração municipal, a organização policial e judiciária, a legislação eleitoral do Brasil e o sistema coronelístico.

Ao tratar do surgimento do fenômeno do coronelismo durante a Primeira República, a compreensão do autor é de que tal fenômeno é característico daquele período e estaria firmado numa relação de compromisso entre os proprietários rurais em decadência e o poder público ora fortalecido. Em outros termos, a necessidade desse compromisso ocorre a partir da “*superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada*”<sup>14</sup>.

Sob a perspectiva trabalhada pelo autor, o fenômeno do coronelismo não é uma mera reprodução do poder privado dos grandes senhores de terra do Brasil colonial e imperial, e teria ocorrido num momento de decadência política e econômica por parte desses proprietários rurais; ou seja, reflete uma estrutura agrária praticamente semifeudal,

---

<sup>11</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>12</sup> Sobre esta obra é importante ressaltar a extensa resenha apresentada por Bolívar Lamounier, em livro organizado por MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 4ª Ed. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2004, pp. 273-292.

<sup>13</sup> Victor Nunes Leal diplomou-se em Direito em 1936. Sua obra *Coronelismo, enxada e voto* é fruto de uma tese universitária para provimento da cadeira de política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1948.

<sup>14</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997, p. 40.

presente nos entrincheirados municípios do interior ainda conservadores de remanescências desse poder privado que convive lado a lado com um sistema representativo de base ampla.

Para o autor, com a Proclamação da República e, logo após, a elaboração da primeira constituição, processaram-se algumas significativas mudanças que, de certo modo, ajudaram a produzir o fenômeno do coronelismo. Uma delas referente à ampliação do direito de sufrágio, o que haveria aumentado decisivamente a participação de cidadãos ativos no processo eleitoral, principalmente de trabalhadores rurais ignorantes e despreparados que compõem a maior parte dos eleitores da República. Quanto a esse aspecto, observa o autor:

Havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral<sup>15</sup>.

Observa Victor Nunes Leal ser este o ponto da debilidade do estado levando-o a depender do apoio dos coronéis, remanescentes do poder privado do Brasil colonial e imperial, na condução desses eleitores. Outra mudança diz respeito à eletividade nos estados e municípios: os governos estaduais deixam de ser indicados pelo governo central, tornando-se inteiramente eletivos, enquanto a eletividade dos municípios era diretamente dependente das determinações oligárquicas estaduais<sup>16</sup>, o que contribuiu para a montagem de poderosa máquina eleitoral nessas antigas províncias em detrimento da autonomia municipal.

Máquina eleitoral oriunda das relações estabelecidas entre as oligarquias estaduais, que passaram a ter o controle administrativo e político em ressonância com o governo central que não interferia nesta autonomia em troca do apoio político a nível federal. E os municípios, abrigo dos eleitores, estariam agora sob a tutela dos estados. Tamanha

---

<sup>15</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997, pp. 278-279.

<sup>16</sup> Com a Proclamação da República intensifica-se a luta dos Estados por sua autonomia em relação ao governo central. Além disso, segundo o art. 68 da Constituição de 1891, ficou sendo de responsabilidade de cada estado legislar sobre seus municípios. Antes, porém, o Decreto nº 511, de 23 de junho de 1890, nomeado de Regulamento Alvim, subordinava a política municipal ao governo do estadual.

engrenagem ficou conhecida como “*política dos governadores*”<sup>17</sup>. Segundo Victor Leal, a essência da relação entre os chefes locais e a oligarquia estadual consiste no apoio por parte daqueles aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais, e por parte dos estados “*carta branca*” aos chefes locais governistas em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar provenientes de sua clientela. Podemos afirmar ser a partir desse cenário que se assentam as bases do coronelismo, segundo o entender de Victor Nunes Leal.

Sobre as relações estabelecidas entre o coronel e sua clientela, o referido autor afirma que tais relações eram advindas da liderança e do poder do coronel. Poder e liderança provenientes de sua condição de grande proprietário rural. Dessa forma, a população – essencialmente rural e desprovida de meios econômicos e de informações – recorria ao coronel em momentos de extrema pobreza, visualizando, na figura do patrão, um benfeitor.

Vitor Leal afirma que a estrutura do coronelismo teria começado a ruir a partir de 1930 com as várias mudanças no campo da economia brasileira que, a tal altura, já não é considerada estritamente rural tendo em vista a expansão de uma produção industrial nacional. Essa indústria nascente, concentrada principalmente no estado de São Paulo, de certo modo passa a dominar o espaço econômico antes pertencente aos produtores agrícolas no Brasil.

Victor Nunes Leal ainda analisa outras mudanças por que passava o Brasil, capazes de alterar o sistema coronelista. Na emergência dessas novas mudanças, o autor vislumbra uma vitoriosa revolução em 1930<sup>18</sup>. Para ele, a Revolução de 30 foi significativa na medida em que substituiu por um grupo político liberal e progressista – uma vez que o mesmo observa a constituição de uma ordem burguesa – as atrasadas forças políticas ligadas à estrutura agrária e conservadora. Posteriormente, a constituição de 1946 atinge a estrutura do coronelismo quando o Brasil sofre um processo de redemocratização política, onde podemos constatar, entre outras mudanças, o aparecimento dos partidos políticos.

---

<sup>17</sup> A política dos governadores foi firmada durante o governo de Campos Sales (1898-1902).

<sup>18</sup> Entendemos a Revolução de 1930 como uma coalizão de forças políticas que se organizam contra a candidatura à presidência da República de Júlio Preste. É nesse momento que um representante da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, assume o Governo Provisório.

As conclusões do autor sobre a desestruturação do fenômeno do coronelismo prosseguem ao afirmar que o crescimento industrial do comércio e, conseqüentemente, das cidades entre 1930 e 1940 favorecem à ampliação de um eleitorado urbano consciente e envolvido com as questões eleitorais. Acrescenta a isso o processo de expansão dos meios de comunicação, como jornais escritos, que já possibilitavam a essas populações urbanas o acesso às mais diversas informações. Aponta, ainda, que a própria população rural nesse período mantém um maior contato com a sede do município valendo-se do uso já bastante generalizado do transporte rodoviário.

Para Victor Nunes Leal, todos esses elementos são corroboradores do processo de desestruturação do sistema coronelístico. Ao mesmo tempo, esclarece que os avanços ocorridos no Brasil – entre os quais as mudanças do mercado internacional, o crescimento das cidades, a expansão das indústrias e do comércio, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações – são insuficientes para transpor tal sistema. Sendo, para tanto, preciso alterar a estrutura agrária vigente que ainda apresenta resquícios de um poder privado do Brasil colonial e imperial. É também necessário transformar o regime republicano brasileiro que muito tem se utilizado dessa estrutura para garantir a perpetuação das classes dominantes no comando do país, permitindo a perpetuação dessa arcaica política coronelística. Transformações cuja importância Graciliano Ramos, de certa maneira, já salientava, conforme vimos numa de suas crônicas de 1915, publicada no *Jornal de Alagoas*. Com semelhante sentimento crítico àquele observado na crônica de Graciliano Ramos, Victor Nunes Leal, em 1949, afirma que “*ou legalizemos o coronelismo, ou procuraremos criar condições sociais diferentes daquelas que o geram e alimentam*”<sup>19</sup>.

Ora, como pontuamos anteriormente, as obras existentes a cerca do coronelismo apresentam diferentes visões e análises. Enquanto Victor Nunes Leal o define como compromisso estabelecido entre o poder dos proprietários rurais em decadência – reminiscência do poder privado nos tempos do Império – e o poder público agora fortalecido com a República, o sociólogo e historiador Raymundo Faoro, em sua obra *Os donos do poder*<sup>20</sup>, apresenta uma outra compreensão:

---

<sup>19</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997, p. 274.

<sup>20</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001. Esta obra foi publicada inicialmente em 1958 e é reconhecida como um clássico estudo sobre o Brasil. O autor traça um

O fenômeno do coronelismo não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império<sup>21</sup>.

Raymundo Faoro distancia-se de Victor Nunes Leal ao entender que o fenômeno do coronelismo representa uma forma peculiar de delegação do poder por parte dos estados aos coronéis, instituído a partir de 15 de novembro de 1889. Para Faoro, este poder não representa, como pensa Victor Leal, a sobrevivência de resíduos do poder privado relacionado, sobretudo, à posse da terra, algo típico do Brasil colonial e imperial.

Afirma Faoro que a participação dos coronéis nos processos eleitorais durante a República se intensifica progressivamente. Nesse sentido, a moldura para este novo quadro político começa a ser esboçada já durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca com o Decreto nº 511, de junho de 1890, denominado Regulamento Alvim. Este Decreto aproxima os chefes políticos municipais ao governo estadual em detrimento da autonomia local. Assim, sob intervenção dos estados, eram os governadores – neste momento nomeados pelo Governo Central – que de fato exerciam o total controle sobre os municípios. Faziam parte das atribuições dos estados, entre outras coisas, a indicação de funcionários para conduzir o processo eleitoral, dissolução das câmaras municipais e nomeação de intendentes.

Como observa Faoro, é o governador que constitui a espinha dorsal da política durante a Primeira República, de certo modo legitimado pelo presidente da República. Nesse sentido, detendo o controle de poderosas milícias, o Estado poderia delegar poderes e autonomia aos coronéis para orientar e dominar as eleições. E, de acordo com os interesses estaduais vigentes, um coronel poderia perder sua voz de mando para seu rival do mesmo município.

Embora, para este autor, o coronelismo tenha profundas ligações com o cenário rural, nega a consagrada tese defendida por Victor Nunes Leal em que atrela, essencialmente, o coronel à grande propriedade – tendência que se sobressai na literatura.

---

grande panorama sobre a história do Brasil compreendendo aspectos históricos, sociológicos e jurídicos desde o período colonial passado pela a chamada Revolução de 1930 até 1937.

<sup>21</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001, p. 699.

Faoro observa a existência de outras categorias que ocupam a posição de coronel, “*como o coronel advogado, o coronel comerciante, o coronel médico, o coronel padre*”<sup>22</sup>. O coronel é, antes de tudo, alguém de influência econômica; não, necessariamente, um grande proprietário de terra. Nesse sentido, “*o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito*”<sup>23</sup>. Pacto em que, em todas essas categorias, a “*investidura coronelesca*” será legitimada e partirá, essencialmente, dos compromissos assumidos com o governo estadual. Logo, esse poder não se traduz numa espécie de “*reminiscência do poder privado*” dos proprietários rurais, como pensa Victor Nunes Leal. Segundo Faoro, é o coronel que recebe ou conquista poderes, seja de origem central durante o Império ou de origem estadual com a República.

Semelhantemente a Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro apresenta uma série de transformações por que teria passado o Brasil desde a década de 1920, capazes de comprometer as relações dos coronéis com os governos estaduais. O autor pontua vários aspectos que teriam começado a minar as práticas coronelísticas. Dentre outros, o crescimento das cidades transformando-as, aos poucos, em centros comerciais, e o surgimento e organização do proletariado com o incremento de alguns setores da indústria nacional, ainda durante a década de 1920. Este novo cenário acaba por interferir no poder coronelista tornando-o, pouco a pouco, inviável em relação ao poder estadual e central. Essa inviabilidade deve-se também ao surgimento de agentes do governo cada vez mais presentes em locais de atuação desses coronéis, assim como à impessoalidade das ordens legais e instituições governamentais ora fortalecidas. Em outros termos, o autor defende que o compromisso firmado entre os coronéis e os estados torna-se, em certo momento, obsoleto, isso porque a constante presença do Estado garante um maior contato com o povo, contato antes realizado primordialmente pelo coronel.

Acentuando essas mudanças engendradas já a partir da década de 1920, esclarece Raymundo Faoro que:

O poder pessoal se dissolverá no poder institucionalizado, sepultando, de caminho, o esquema liberal dos ideólogos. O chefe local, certo do seu perecimento, corteja o governo estadual, invertidas as

---

<sup>22</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001, p. 710.

<sup>23</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001, p. 700.

situações, debatendo-se em longa agonia, com a sobra de relíquias do passado, depois de 1945: Chico Heráclio, Chico Romão, Veremundo Soares<sup>24</sup>.

Diante do cenário acima traçado, o coronel não mais é visto representando o voto do eleitorado anônimo antes subordinado a sua vontade. Ao mesmo tempo, rompe-se o mecanismo em que tais coronéis, de alguma maneira, exerciam influência nos governos estaduais e estes, sobre o chefe federal. Segundo Faoro, destituídos do poder pessoal delegado pelo estado e necessitando de sua inserção nos partidos de quadros, em geral de organizações burocráticas, principalmente depois de 1945 com a Redemocratização do Brasil, coronéis como Francisco Heráclio, Chico Romão e Veremundo Soares, cientes de suas limitações políticas, tornar-se-iam muito mais dependentes do governo do estado.

Outra obra de relevo tratando desta temática é *O mandonismo local na vida política brasileira*, da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz. Podemos afirmar que, essencialmente, estrutura um painel sobre a vida política do período colonial a 1930. Ao longo deste período observa a existência de um elemento constante na política do Brasil: o mandonismo local. Permanência proveniente da continuidade de uma estrutura social baseada na propriedade rural e numa extensa parentela e clientela<sup>25</sup>.

Esclarece a autora que o mandonismo local foi estruturado durante o período colonial quando da formação das Câmaras Municipais, fonte principal do poder político e econômico no Brasil. No Império, mesmo com a presença do poder central instalado no Rio de Janeiro, e da existência de uma constituição e do poder moderador, as decisões políticas de fato continuavam sendo projetadas pelos coronéis ou mandões locais. Para a Primeira República, “*o poder central principal a se desvencilhar do coronelismo e a constituir uma força independente... chega mesmo a um equilíbrio de forças*”<sup>26</sup>.

E sugere que, com os acontecimentos revolucionários de 1930,

---

<sup>24</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001, p. 730.

<sup>25</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976.

<sup>26</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 33.

Embora não podendo prescindir ainda do apoio dos coronéis, não é mais o governo que acaba se acomodando com estes, mas são estes que muitas vezes, se vêem coagidos a compor com o governo, o qual mostra ter assim adquirido consistência<sup>27</sup>.

Com isso, procura expressar que o governo, após 1930, teria adquirido certa preponderância sobre o mandonismo local dos coronéis. O que não significa seu desaparecimento da vida política nacional. Para Maria Isaura, o mandonismo continua a se manter no cenário político do Brasil, mesmo depois do fortalecimento do poder central a partir da Revolução de 1930.

A autora destaca as lutas políticas engendradas nos municípios, espaço onde a solidariedade familiar assume importante papel na estruturação do mandonismo local, “*acabando com o mito de que um grupinho de figurões, na Corte ou na Capital Federal, comandava as pugnas partidárias, puxando de longe os cordõezinhos que moviam os coronéis do interior*”<sup>28</sup>. Para a autora, seja no período colonial, imperial ou durante a Primeira República, o desenvolvimento interno do Brasil processou-se por constantes acomodações com o mandonismo municipal; acomodações que, segundo ela ainda figuram no país na década de 1970, quando escreveu este livro.

Para Maria Isaura, o coronelismo seria uma forma específica de poder político da Primeira República<sup>29</sup>, mas que, diante da continuidade de algumas características socioeconômicas e políticas em certas regiões do Brasil, tende a subsistir em outros momentos da República<sup>30</sup>; coronelismo cuja origem remonta ao período imperial. Afirma que, “*apesar da passagem do Império à República, a estrutura econômica-política*

---

<sup>27</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, pp. 33-34.

<sup>28</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 25.

<sup>29</sup> Apesar de esclarecer que também entende o coronelismo como um fenômeno político que floresceu durante a Primeira República, não visualizamos distinção entre o que denomina mandonismo e o que denomina coronelismo. Deixa transparecer a autora uma total aproximação entre mandonismo e coronelismo. Podemos afirmar que, ao fazer uso em sua escrita destes termos, os confunde, adquirindo assim o mesmo significado como se fossem sinônimos.

<sup>30</sup> Para a autora, em regiões onde se observa um processo de maior desenvolvimento econômico social e político, como nas regiões Sul e Centro-Oeste, com destaque para o estado de São Paulo, o coronelismo estaria fadado a desaparecer. Em regiões como Norte e Nordeste, tais transformações não aconteceram em sua plenitude, o que de certa maneira possibilitou a permanência do coronelismo.

*persistia, e com ela persistiam os coronéis*”<sup>31</sup>. Esta permanência estrutural é verificada pela autora quando da elaboração da Constituição do Brasil em 1891.

A constituição Brasileira de 1891 outorgou o direito de voto a todo o cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado; assim, pareciam extintas as antigas barreiras econômicas e políticas, e um amplo eleitorado poderia teoricamente exprimir livremente sua escolha. Todavia, verificou-se desde logo que a extensão do direito do voto a todo cidadão alfabetizado não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais e citadinos, que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes. A base da antiga estrutura eleitoral se alargara, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos, e continuaram elegendo para a Câmara, para...<sup>32</sup>.

O coronelismo estaria, assim, organizado a partir dos aspectos políticos e sócio-econômicos. Neste sentido, a autora tece a identificação do coronelismo “*como uma estrutura de clientela política*”. Utilizando-se do trabalho realizado por Jean Blondel sobre o coronelismo no estado da Paraíba entre 1950 e 1960, Maria Isaura procura explicar a importância da clientela política na efetivação do coronelismo no Brasil.

Quando o domínio sobre o qual o protetor atua é muito extenso e reúne grande número de eleitores, dá-se a este o nome de ‘coronel’, porque outrora ele era com frequência coronel da Guarda Nacional. O ‘coronelismo’ é então a forma tomada por essa proteção<sup>33</sup>.

Outro aspecto considerado pela autora sobre a estruturação do coronelismo são “*os grupos de parentela*”.

---

<sup>31</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 163.

<sup>32</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 163.

<sup>33</sup> BLONDEL, Jean. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 165.

Um grande coronel era também, em geral, o chefe de extensa parentela, de que ocupava por assim dizer o ápice. Esta era formada por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimônias)<sup>34</sup>.

O terceiro aspecto que fundamenta o coronelismo está ligado a “*a posse de bens de fortuna por parte dos coronéis*”.

Quando maior esta capacidade, maior eleitorado terá e mais alto se colocará na hierarquia política, quer ocupe cargos administrativos, quer não: será chefe municipal, estadual, ou até federal... A fortuna é um meio principal de ser fazer benefícios<sup>35</sup>.

Acrescenta a autora que a riqueza dos mandões poderá também ser oriunda da posse de outros bens de fortuna, “*não raro, no Brasil, o poder decorrente de outros bens de fortuna superou o poder trazido exclusivamente pela posse da terra*”<sup>36</sup>.

A autora também estabelece, assim como outros estudiosos, alguns fatores de decadência do coronelismo/mandonismo. Fatores que interferiram nas relações com a parentela e clientela política, como o crescimento urbano e demográfico e a industrialização. O poder desses mandões tende a passar por profundas alterações a partir da segunda metade do século XIX e ao longo da Primeira República, sobretudo em regiões economicamente fortes, enriquecidas pelo surto do café, sobressaindo-se neste processo o estado de São Paulo. Em “*regiões de menor efervescência econômica, a antiga estrutura coronelista tendia a se preservar*”<sup>37</sup>.

Segundo a autora, tais transformações ocorreram paulatinamente e ainda estariam – levando em consideração que a publicação de sua obra se dá durante a década de 1970 – se processando, e são mudanças pautadas no ritmo da riqueza do país. E, nestas regiões, foram

---

<sup>34</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 179.

<sup>35</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 191.

<sup>36</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 191.

<sup>37</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 209.

se desenvolvendo importantes centros urbanos associados a um rápido crescimento demográfico. Assim, para Maria Isaura, impulsionadas por estas alterações, as cidades pouco a pouco, se tornam estruturas complexas. Antigas instituições são ampliadas, outras foram criadas para atender às novas demandas, desvinculando-se gradativamente do mandonismo local. Dessa maneira:

Grupos ocupacionais específicos se estruturam, e não são mais dominados pelo poder coronelístico... O coronel, que fora o antigo dono da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores<sup>38</sup>.

Afirma ainda que se estas mudanças sócio-econômicas desgastam a estrutura do coronelismo de maneira significativa, isto não ocorre sem “*acomodações*”, mas, devido à inserção de parte da parentela em outros setores da economia, não se restringindo apenas às atividades agrárias. Seja atuando na grande indústria, comércio e/ou em privilegiados setores do serviço público ou privado, “*os coronéis e seus parentes se mantiveram nas camadas superiores da nova estrutura sócio-econômica do país, numa continuidade de mando que persiste até nossos dias*”<sup>39</sup>. Não é por acaso que, na perspectiva apresentada pela autora, são os fatores econômicos que determinam ou conduzem o mundo da política.

Para Maria Isaura, estas “*acomodações*” sustentam certa continuidade na política do Brasil. Continuidades evidenciadas, “*por exemplo, no aparecimento do novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano*”<sup>40</sup>. Este novo coronelismo estaria fundado na demagogia formulada por partidos como o PTB e o PSP, e nos objetivos industriais cada vez mais intensos. Defende que “*os fenômenos que vão aparecendo [o coronelismo urbano] adotam formas já conhecidas para se incorporarem no que existe*”<sup>41</sup>. Grifos nossos.

---

<sup>38</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 203.

<sup>39</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, pp. 207-208.

<sup>40</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 29.

<sup>41</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, p. 29.

Um outro autor, o historiador Iberê Dantas, também pensou a estruturação fenomenal do coronelismo por ocasião da Primeira República, estendendo-se até o período pós-1964. Em sua obra *Coronelismo e dominação*<sup>42</sup> destaca, inicialmente, algumas mutações que o coronelismo no Brasil teria sofrido ao longo deste período. Num segundo momento, faz um estudo de caso buscando compreender as disputas políticas ocorridas no município de Itabaiana, no estado de Sergipe, de 1946 a 1986, chamando a atenção para as especificidades que permeiam este processo e suas correlações com o coronelismo.

Nossa análise dará ênfase à primeira parte deste estudo em que o autor distingue três grandes fases do coronelismo no Brasil. A primeira destas fases correspondendo aos anos de 1900 a 1930, a segunda estendendo-se de 1930 a 1945, e já a terceira abrangendo os anos de 1945 a 1964. Embora não especifique como uma quarta fase, destaca ainda a presença do coronelismo após o golpe civil e militar de 1964.

Este historiador afirma que as transformações impostas pela penetração cada vez mais acentuada do capitalismo no campo, gerando novas formas de produção, tem se tornado para os estudiosos um desafio, tendo em vista a necessidade de construir outras explicações diante de uma nova realidade social. Acrescenta que, muitas vezes,

À falta de uma terminologia consagrada para nomear particularidades de nossa formação social, envolvendo novos atores e novas formas de dominação e de exploração, tem levado alguns analistas a utilizarem categorias antigas, que têm sentido histórico mais ou menos estabelecido<sup>43</sup>.

Para o autor, um termo empregado para qualificar uma nova realidade social é o coronelismo. Este termo tem sido utilizado em situações onde já se observa o predomínio de relações capitalistas no campo. Nesse sentido, um conjunto de novas práticas sociais são associadas abruptamente ao coronelismo. A historiografia, segundo Iberê, tem consagrado

---

<sup>42</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987.

<sup>43</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 13.

o termo coronelismo como capaz de oferecer uma compreensão totalizante diante de novas e complexas relações moldadas na sociedade em momentos históricos distintos<sup>44</sup>.

Por coronelismo, entende:

Uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais, ao tempo em que se impõem como intermediário entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de dominação<sup>45</sup>.

Este posicionamento conceitual decorre da compreensão do autor acerca dos fundamentos do coronelismo que, no Brasil, estrutura-se a partir de três pilares.

O primeiro, entre os fundamentos apontado pelo autor, é o *econômico-social*. Aí se insere “*o grande proprietário de terra que mantém com seus trabalhadores rurais relações de produção não capitalista*”<sup>46</sup>.

Em seguida destaca a dimensão *ideológica*. Correlacionada com o primeiro nível de estruturação, a ideologia integra um conjunto de representações e normas cuja função é procurar reforçar a submissão entre o proprietário rural e os camponeses. Para o autor, “*dentro de um universo semi-fechado o controle das informações pelo senhor se torna elemento vital para a preservação dos padrões de dominação e manutenção das relações de dependência pessoal*”<sup>47</sup>.

Esclarece Iberê Dantas que nestes dois níveis de estruturação existe uma convergência, um entendimento de vários pontos comuns a permear a grande maioria da historiografia que versa sobre o fenômeno do coronelismo no Brasil. Afirma ter se

---

<sup>44</sup> O professor da Universidade Federal de Goiás, Francisco Itami Campos, em 1983 publica *Coronelismo em Goiás*. Nesta obra, procura abranger todo o período da República Velha no estado de Goiás, analisando a presença do coronelismo em um estado não desenvolvido. Ao contrário de Iberê Dantas, afirma aquele autor logo na sua introdução o seguinte argumento: “*coronelismo é um brasileirismo, no dizer de Basílio de Magalhães. Contudo, o fenômeno político que expressa a dominação econômico-político e social de uma comunidade por um chefe político não é certamente, exclusivo do nosso país. Com denominação diferente, o fenômeno é encontrado em vários países*”. CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiana: editora da Universidade Federal de Goiás, 1987, p. 13.

<sup>45</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 18.

<sup>46</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 15.

<sup>47</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 15.

deslocado dessa historiografia quando aborda, em sua obra, a terceira dimensão que fundamenta o coronelismo, a dimensão *política*. Neste aspecto, discorda de autores como Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz, entre outros, os quais observam o papel do voto como algo invariável e intrínseco ao coronelismo. A posição desses autores, para Iberê, tende a “*visualizar o coronelismo como um fenômeno imutável em relação às modificações que se vão operando no Estado e na Sociedade*”<sup>48</sup>.

Contrário a este posicionamento, Iberê Dantas analisa – e esta é a tese fundamental que permeia a primeira parte de seu trabalho – “*que o voto nem sempre se constituiu na principal fonte de poder do coronel*”<sup>49</sup>. Defende que durante a Primeira República a fonte de poder dos coronéis estava assentada no controle da coerção, fazendo uso de suas milícias particulares até 1930.

A representação em última instância dependia dos coronéis. Estes impunham-se não apenas através dos votos que controlavam no meio rural, mas sobretudo pelo controle da coerção. A supremacia de um chefe político municipal sobre outro na Primeira República, e essa é nossa hipótese, não estava correlacionada com o número de votantes, mas antes com a capacidade de controlar e impor a coerção... O controle dos votantes será quando muito uma decorrência da supremacia adquirida pelos coronéis através das milícias particulares<sup>50</sup>.

A partir das mudanças processadas pela Revolução de 1930, o coronelismo agencia outra fonte de poder, a saber, seu prestígio socialmente adquirido e reconhecido. Esta fonte de poder estende-se ao período da redemocratização em 1945. Para o autor, as transformações na estrutura do poder político já no início de 1930 haviam desgastado

---

<sup>48</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 14.

<sup>49</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 14.

<sup>50</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 23.

profundamente o coronelismo, mas em 1932 o mesmo apresentava-se então reestruturado, adaptando-se às novas imposições estruturais provenientes da Revolução de Trinta<sup>51</sup>.

Nessa segunda fase do coronelismo, suas principais fontes de poder são: primeiro a propriedade da terra ou bens que permitam alimentar relações não-capitalistas no campo, com seus efeitos já referidos; segundo o que Faoro denominou de ‘honra social’. Ou seja, o seu prestígio socialmente reconhecido baseado numa tradição de domínio adquirido na Primeira República. Entre os fundamentos de tal prestígio devemos lembrar as habilidades pessoais, a parentela solidária e o tipo de relacionamento com os governantes do dia, bem como em relação aos súditos. As habilidades pessoais sim, porque o simples fato de ser proprietário não o conduzia mecanicamente a possuir a ‘honra social’ do coronel. Exigia-se um mínimo de carisma, de capacidade de liderança, de trato com seus comparsas, bem como diante dos trabalhadores rurais<sup>52</sup>.

Adverte o autor que ao longo da Primeira República a honra social também se configurou numa importante fonte de poder para o coronelismo. No entanto, não projetava a mesma dimensão adquirida pelo controle da coerção. Sobre a segunda fase do coronelismo, com as mudanças processadas a partir da revolução de 1930 nas grandes cidades do Brasil, faz ainda algumas observações como o debate em torno da organização sindical, o integralismo e o comunismo. Aspectos que permeavam as grandes cidades e que, de certo modo, chegavam também às pequenas cidades, projetando uma série de críticas e questionamentos aos coronéis. Ou seja, *“enquanto sua influência sobre as massas rurais permanecia praticamente inalterada, no mundo urbano seu prestígio sobre os trabalhadores e camadas médias começa a ser arranhado”*<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> “Ao nosso ver o que falta à bibliografia que vê o coronelismo fundado no voto é o reconhecimento do que é permanente e do que é mutável, é distinguir entre seus traços, os invariantes e aqueles que se transformam, acompanhando as mudanças na composição das que controlam a Sociedade Política”. DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 29.

<sup>52</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, pp. 29-30.

<sup>53</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 30.

Depois de 1945 o coronelismo entra numa outra fase. E até 1964 sua principal fonte de poder encontra-se no controle do voto.

O retorno do sistema representativo, com o voto secreto, justiça eleitoral, fazia do eleitorado elemento de importância crucial. A força dos chefes políticos passa a guardar proporção com a dimensão do seu colégio eleitoral, com o número de votos cativos<sup>54</sup>.

Durante este período, avalia o autor, o processo de democratização da sociedade tende a se estruturar no Brasil, principalmente nas áreas urbanas. Ressalva, portanto, que no cenário rural encontra certa resistência, permanecendo este sobre o controle do coronelismo. Paralelamente, denuncia a existência – tendo em vista o crescimento do eleitorado – da mercantilização do voto em áreas de domínio dos coronéis. Esta negociação, cada vez mais crescente, é firmada entre o coronel e certos candidatos da esfera federal. Na tentativa de ampliação do colégio eleitoral passa também a negociar com suas bases políticas locais. Segundo o autor, “*chega-se a um ponto em que, até seus dependentes vão sendo influenciados pelo poder de barganha do voto*”<sup>55</sup>. Este processo de comercialização do voto teria contribuído para deteriorar as bases ideológicas do coronelismo e, conseqüentemente, comprometido sua existência. Associados à mercantilização do voto, outros fatores que contribuiriam para minar as bases do coronelismo surgem com o desenvolvimento industrial do sudeste, criação da SUDENE, ampliação das relações capitalistas no campo e os movimentos políticos-ideológicos como as Ligas Camponesas no Nordeste.

Mesmo diante dessas transformações, após 1964 – observa o autor – os coronéis ainda mantêm certa atuação política no que diz respeito ao controle do voto, sobretudo, do voto da população rural. Muito embora chame a atenção para o esgotamento político e a fragilidade das relações mantidas com os governos estaduais ora indicados pelos militares.

---

<sup>54</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 32.

<sup>55</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, pp. 32-33.

Os governadores, nomeados pelo governo federal, continuavam valorizando as lideranças detentoras de currais eleitorais, atendendo às suas demandas. Mas os compromissos são mais frouxos com as lideranças do interior<sup>56</sup>.

Essa frouxidão das relações, apontada por Iberê, entre o governo estadual e os coronéis após o golpe civil e militar de 1964 está associada a dois processos de transformação. Em outras palavras, a centralização administrativa do regime proporcionou uma “*ampliação dos aparelhos públicos*”, como na área da saúde. Ao mesmo tempo, os estados criaram “*mecanismos de acompanhamento das administrações municipais*”<sup>57</sup>; como exemplo, cita o próprio Tribunal de Contas. Estas duas mudanças engendradas pela centralização administrativa após 1964 teria contribuído “*para diluir a autoridade pessoal tradicional do coronel numa máquina burocrática*”<sup>58</sup>.

Inseridos nestas transformações e fazendo uso constante dos recursos do estado, tais coronéis vão se convertendo em modernos chefes políticos, ao passo em que perdem, pouco a pouco, o “*estatuto de coronel*”. Já no âmbito econômico-social, observa o autor, a penetração do capitalismo, cada vez mais intensa no campo, é também um forte fator que contribui para minar o poder dos coronéis.

Diante do quadro acima Iberê Dantas encerra suas análises sobre esta primeira parte da obra *Coronelismo e dominação* afirmando que os coronéis que ainda teimam para sobreviver

Vão-se tornando figuras raras sem perspectivas. As massas rurais poderão continuar controladas por novas formas de clientelismo, mais adaptadas à exploração capitalista, mas que já não caracterizam o coronelismo<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 35.

<sup>57</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 35.

<sup>58</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 35.

<sup>59</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 36.

Noutra perspectiva, o estudo sociológico publicado em 1963 por Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcante de Albuquerque apresenta na obra *Coronel, coronéis: apogeu e declínio da coronelismo no Nordeste* a atuação de quatro coronéis – como são nomeados os chefes políticos Francisco Heráclio do Rêgo, de Limoeiro; Chico Romão, de Serrita; Veremundo Soares, de Salgueiro; e José Abílio, de Bom Conselho<sup>60</sup>. Nessa obra são analisadas algumas particularidades e semelhanças da atuação destes, no período compreendido entre os anos de 1930 e 1960.

No entanto, para explicar a presença desses coronéis nas áreas do agreste e do sertão de Pernambuco, iniciam fazendo uma contextualização histórica sobre a forma de ocupação do Nordeste pelo colonizador português. Colonização iniciada no litoral no século XVI e que se expandiu para o agreste e, posteriormente, para o sertão no final do século XVII e primeira metade do século XVIII. Penetração impulsionada por vários fatores: entre outros, expansão da pecuária para abastecer o litoral açucareiro como força motriz; e o caráter pioneiro, desbravador do colonizador, não raro já mestiçado, para conquistar o desconhecido em busca de novas riquezas.

Teria, assim, formado no interior, fruto dessa penetração, uma camada de proprietários de terra, em sua maioria descendente da aristocracia açucareira. Sem ostentar grandes riquezas, e pouco letrados, esses coronéis dominaram a paisagem interior. Em torno de sua fazenda formavam-se pequenos núcleos urbanos onde podiam exercer, sem embaraços, seu poder de mando. Tanto seu poder quanto sua bravura são herdados de seus ancestrais desbravadores, e reforçados ante a necessidade de sobrevivência numa terra distante da “civilização”, ou seja, do litoral.

Segundo os autores, como consequência de tal ocupação desenvolve-se, nesta sociedade, o culto à valentia e ao machismo. Nesse sentido, “o coronel, como chefe de um sistema social assim caracterizado, deve ser homem macho. Seu machismo e valentia quase sempre fazem fama”<sup>61</sup>. Assim sendo, a figura do coronel do Nordeste, aliada à de chefe político, caracteriza-se por sua bravura e destreza. O coronel é, antes de tudo, um homem temido. Neste período, o exercício de mando dos coronéis interioranos estava

---

<sup>60</sup> Francisco Heráclio e José Abílio tinham suas áreas de influência no Agreste de Pernambuco, enquanto Chico Romão e Veremundo Soares atuavam politicamente no Sertão do estado.

<sup>61</sup> VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, p. 58.

assentado e reconhecido pela tradição ou mesmo pela valentia herdada de sua ancestralidade. E, diante da ausência do estado e de mecanismos de integração dessa sociedade “*matuta*” como estradas e meios de comunicação entre outros, possibilitava-lhes rígido controle social e político em suas áreas de atuação.

Após contextualização histórica apontando as origens dos coronéis, os autores passam a descrever aqueles quatro chefes políticos relativamente ao que compreende as décadas de 1930 a 1960. Observam, ao longo deste período, seu apogeu e declínio. Ao mesmo tempo, analisam que tais coronéis teriam sido uma espécie de sobreviventes e vítimas de um outro sistema socioeconômico e político<sup>62</sup>.

É o apogeu então obtido o resultado de quem conseguiu, por algum tempo, mantendo seguras as estruturas do feudalismo matuto em que tradicionalmente se baseou, mover-se à frente do processo do seu rompimento para assegurar permanência de mando... O coronel torna-se em meados do século passado, sobretudo depois de 1945, figura de coalizão entre tempos e estruturas sociais. Herdaram o nome e a força da velha ordem semi-patriarcal e semifeudal; mas, ao tentar sobreviver ao processo de mudanças que a revertia, as assimila e promove, prolongando a sua existência nos novos tempos. Essa ambigüidade resulta de sua luta para ‘sobreviver politicamente’<sup>63</sup>.

No que diz respeito a Francisco Heráclio, é caracterizado como um “*ezimiu*” conhecedor do mercado de terra, o que lhe possibilitou acumular milhares de hectares, chegando a ser proprietário de treze fazendas e dois engenhos espalhados nos estados de Pernambuco e Paraíba. É afirmado ainda que, com muita habilidade e destreza para comprar e vender terra, Francisco Heráclio pôde fazer boa parte da sua riqueza. Segundo os autores, existe mesmo quem o acuse de desonesta esperteza em suas negociações agrárias.

---

<sup>62</sup> Afirma Maria Isaura que “*Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque descrevem as atividades de quatro velhos coronéis que ainda existiam no interior de Pernambuco; para os dois autores, eram estes uma espécie de testemunhas de uma ordem anterior, que conseguia ainda se manter politicamente, embora ameaçada pelo progresso*”. Ver QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, pp. 211-212.

<sup>63</sup> VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, pp. 41-46.

Os autores prosseguem a relatar uma série de características emanadas deste personagem que, “*astucioso*” como ele só, apropria-se dos vários mecanismos de comunicação. Assim, constantemente faz uso da imprensa, recorrendo a vários jornais da capital e do interior, tornando-se conhecido no cenário urbano. Ao mesmo tempo e não poucas vezes, para alcançar as camadas mais populares e rurais recorria aos versos, feitos para serem distribuídos e cantados nas feiras pelos poetas populares. Outras publicações como os boletins, uma espécie de panfleto geralmente contendo sua fotografia e assinatura, eram intensamente utilizados. Como já pontuamos acima, ao fazer uso desses novos instrumentos de propagação, defendem os autores, Francisco Heráclio, assim como os demais coronéis, “*trai a sua ordem: é instrumento dialético do próprio acaso*”<sup>64</sup>.

Novas abordagens têm sido formuladas recentemente. Durante a década de 1990, a cientista social Maria Auxiliadora Lemenhe publica sua tese de doutorado *Família tradição e poder: o(caso) dos coronéis*<sup>65</sup>. A autora analisa a ascensão e declínio político da família Bezerra de Meneses no estado do Ceará, mais precisamente dos irmãos gêmeos Humberto e Adauto Bezerra – este último apontado como principal líder da política estadual<sup>66</sup> – entre as décadas 1960 e 1980.

Esclarece no primeiro capítulo que, com diferentes perspectivas, autores como Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Maria Isaura de Queiroz, entre outros, tratam da relação de poder ao nível local e/ou municipal no Brasil. E, para estes, “*o exercício pessoal do poder encontra terreno para florescer numa ordem econômica na qual as atividades produtivas de base agrária são dominantes, e configuradas como não capitalistas*”<sup>67</sup>. Demonstra que, na perspectiva dos referidos autores, alterações neste cenário como crescimento urbano e industrial, mudanças impulsionadas, sobretudo a partir de 1930, eram capazes de minar as bases de sustentação do poder tradicional aos níveis local e estadual.

---

<sup>64</sup> VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, pp. 44-45.

<sup>65</sup> LEMENHE, Mária Auxiliadora. *Família tradição e poder: o(caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições, 1995.

<sup>66</sup> É importante ressaltar que Maria Auxiliadora Lemenhe entende que os irmãos Bezerra, sobretudo, Adauto Bezerra, são integrantes de uma oligarquia estadual, tendo em vista sua atuação política à frente do executivo estadual. Ao mesmo tempo, destacam-se como grandes empresários nacionais. Sobre Adauto Bezerra, esclarece a autora que em 1958 quando é eleito deputado estadual, é reformado com a patente de major pelo Exército. Porém, Adauto se denomina coronel, e como tal, é reconhecido socialmente.

<sup>67</sup> LEMENHE, Mária Auxiliadora. *Família tradição e poder: o(caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições, 1995, p. 26.

Afirma a autora que, à luz de tais argumentos, a longa sobrevivência no Nordeste e no Ceará do domínio político fundado nas relações pessoais poderia ser explicada pelo retardo com que o estado do Ceará teria ingressado economicamente no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, principalmente depois de 1930.

Nesta mesma linha de interpretação pode-se argumentar que, uma vez iniciado o processo de modernização das atividades produtivas... O ritmo contido da expansão industrial e, sobretudo, o lugar secundário ocupado pela economia agrícola nos programas de desenvolvimento econômico constrangeram as possibilidades de superação das antigas formas do exercício do poder<sup>68</sup>.

Entende ainda que a existência de dois pressupostos tem dificultado a compreensão da “reiteração” deste poder tradicional no Nordeste e no Ceará. Por um lado, tem se afirmado que a economia do nordeste, ao se integrar à economia nacional, teria aniquilado certos interesses industriais estritamente regionais. Por outro, a permanência da estrutura da posse e uso da terra estaria vinculada, exclusivamente, aos interesses dos latifundiários.

Maria Auxiliadora Lemenhe diverge do caminho trilhado por tais autores e constrói uma outra lógica sobre o domínio político da família Bezerra de Menezes por, aproximadamente, trinta anos. A autora propõe que, durante a vigência do regime autoritário, forma-se no Ceará “*uma burguesia industrial local que, integrada aos circuitos da economia nacional, mantém seus interesses fincados no espaço econômico e político do próprio estado*”<sup>69</sup>. Ao mesmo tempo esclarece que, no Nordeste, o desenvolvimento industrial não proporcionou importantes mudanças na estrutura agrária, mas que isso não é proveniente apenas da permanência de interesses essencialmente agrários por parte do Nordeste.

Se as condições físicas de uma região semi-árida oferecem poucos atrativos para o grande capital do Centro-Sul, como é o caso do Ceará e

---

<sup>68</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o caso dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições, 1995, p. 27.

<sup>69</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o caso dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições, 1995, p. 30.

de outros estados, os programas de incentivos fiscais para expansão da pecuária e da agroindústria possibilitaram os meios para a compra de terras por parte dos setores locais que se modernizaram nas atividades industriais e financeiras. De outra parte, setores agrários tradicionais, preservando-se como latifundiários se tornam industriais<sup>70</sup>.

Também considera que no período em questão – entre as décadas de 1960 e 1980 – os irmãos Bezerra “*são expressões de interesses mais diversificados do que foram no período pré-Sudene*”<sup>71</sup>. Os irmãos Bezerra de Menezes,

Contemplam as tradicionais demandas dos latifundiários de formação mais antiga e dos chefes políticos interioranos e têm nestes forte base de sustentação política. Mas são, principalmente, organizadores dos interesses específicos das burguesias locais em constituição no seu duplo papel de chefes políticos locais e representantes e suportes da ordem político-institucional e econômica nacional<sup>72</sup>.

Dito isto, Maria Auxiliadora Lemenhe evidencia a compreensão de que a constituição do poder dos Bezerra de Menezes não pode ser analisada levando-se em consideração apenas as estruturas econômicas e políticas. A autora constrói uma lógica mais complexa de reprodução do poder. Lógica capaz de permear um emaranhado de relações visíveis e invisíveis pautadas, sobretudo, nas experiências adquiridas pelos atores sociais envolvidos. Poder que se constitui na capacidade que determinados personagens ou agrupamentos dispõem em articular estratégias e acomodar desejo de poder em relação à cultura, “*às conjunturas políticas e às condições estruturais locais e nacionais. Assim, a*

---

<sup>70</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o caso dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições, 1995, p. 31.

<sup>71</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o caso dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições, 1995, p. 36.

<sup>72</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o caso dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições, 1995, p. 36.

*longevidade pode ser compreendida como estando fundada na acumulação de diferentes formas de capital: simbólico, político e econômico”<sup>73</sup>.*

---

<sup>73</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições, 1995, pp. 229-230.

## Capítulo II

### “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”

Para o historiador José Murilo de Carvalho<sup>74</sup>, as dificuldades encontradas pelos cientistas sociais no que tange a relação entre o poder local e o poder nacional estão distantes de um consenso. E faz um alerta para a necessidade de novas pesquisas de campo. Ao mesmo tempo em que defende o surgimento de novos estudos, o autor faz outra ponderação: “há momentos, no entanto, em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimentos decrescente”<sup>75</sup>. Isso ocorre, prossegue o autor em sua análise, porque determinadas idéias tendem a girar em roda, e não conseguem mais produzir e avançar em conhecimentos, principalmente devido a certas confusões ou devido ao uso inadequado de alguns conceitos básicos tais quais mandonismo, coronelismo e clientelismo. E quando se atinge este momento, torna-se conveniente a promoção de uma revisão destes complexos conceitos.

No entanto, tais imprecisões e inconsistência não é privilégio apenas para intelectuais brasileiros; a complexidade que permeia tais conceitos atinge também, por exemplo, uma vasta literatura estrangeira que versa sobre o fenômeno do clientelismo, fazendo com que tais discussões não sejam utilizadas de modo proveitoso. Dito isto, afirma que as maiores confusões efetuadas por alguns estudiosos referentes aos conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo dizem respeito a sua apropriação como sinônimos.

Procurando esclarecer tais dificuldades conceituais, José Murilo de Carvalho recorre à obra de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* – obra considerada clássica para o entendimento da realidade brasileira – para definir o fenômeno do coronelismo. Em

---

<sup>74</sup> Ver José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998. É importante ressaltar que esta obra é composta de vários artigos de autoria de José Murilo de Carvalho. No entanto, daremos ênfase, nesta discussão, ao artigo intitulado *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*, pp. 130-153.

<sup>75</sup> José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998, p. 130.

ressonância com o que pensou Leal em 1949, ano da publicação da referida obra, José Murilo projeta o coronelismo como:

Um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente. Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica<sup>76</sup>.

Para José Murilo, o fato político apontado por Victor Nunes Leal que deu origem ao coronelismo foi o federalismo ocorrido em 1889 em substituição ao centralismo existente no período imperial. Com a República surgiu um novo personagem político com amplos poderes, o governador de Estado. Este chefe da política estadual passou a ser eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, e em torno dele gravitavam as oligarquias locais, destacando-se como seus maiores representantes os coronéis. O poder desses coronéis, na República, foi consolidado como sistema político nacional no governo de Campos Sales, em 1898, ao instituir a política dos governadores, uma vez que para Sales a política dos estados era a que determinava a política a nível nacional<sup>77</sup>.

Já a conjuntura econômica definida por Victor Nunes Leal em sua obra *Coronelismo, enxada e voto* é retomada por José Murilo para explicar uma das causas do surgimento dos coronéis no Brasil. Com base em Victor Nunes Leal, José Murilo afirma que a decadência econômica dos grandes proprietários rurais foi fator determinante na formação do coronelismo como sistema político. Enfraquecidos economicamente em seus domínios diante de seus dependentes e possíveis rivais, a manutenção do poder de tais coronéis passou a depender do apoio que recebiam dos estados, ou seja, dos governadores,

---

<sup>76</sup> José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998, p.131.

<sup>77</sup> A política dos governadores articulada durante o governo de Campos Sales na Presidência da República tinha como objetivo “garantir, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o de delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipotecava seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da república em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio”. Ver José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998, p. 132.

que ampliavam seus poderes na proporção em que diminuía o poder dos proprietários rurais. Segundo José Murilo,

O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930<sup>78</sup>.

Ainda no que diz respeito ao tempo histórico do coronelismo, o autor afirma que tal fenômeno não pode ser visualizado além dos limites temporais da Primeira República. Em outros termos, afirma haver o coronelismo surgido com a República e sua extinção ocorrido, simbolicamente, no momento das prisões dos maiores coronéis da Bahia, em 1930. E, definitivamente, estaria o coronelismo enterrado quando da implantação do Estado Novo, em 1937.

Num segundo momento, o autor afirma ser de extrema importância também conceituar o mandonismo – termo muitas vezes empregado inadequadamente por certos autores e aceito como sinônimo de coronelismo. Ao contrário do coronelismo, o mandonismo não se apresenta como um sistema, e sim como uma dentre outras características que povoam a política tradicional. Característica que, na visão do autor, sempre fez parte da história do Brasil, desde o início do período colonial, conseguindo, inclusive, sobreviver na atualidade em regiões isoladas, ou seja, no interior do Brasil. Sobrevivência já fadada ao desaparecimento em sua totalidade, tendo em vista a ampliação dos direitos civis e políticos a todos os cidadãos. Nesse sentido, o mandão, ou o coronel, é aquele indivíduo que:

Em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política

---

<sup>78</sup> José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998, p. 132.

tradicional... A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania, desaparecendo um ao ser expulso pela outra<sup>79</sup>.

Aqui o autor também não deixa de fazer referências a Victor Nunes Leal. Na visão deste, o coronelismo enquanto sistema existiu no Brasil num período específico do mandonismo, ou seja, enquanto o mandonismo é uma característica que se faz presente ao longo da história do Brasil, o coronelismo seria característico de um determinado período, momento em que os grandes proprietários rurais ou os mandões começam a perder força econômica e, conseqüentemente, força política, e passam a depender de seus estados ora fortalecidos a eles sempre recorrendo. Para José Murilo, ainda em ressonância com a visão de Leal, o mandonismo, assim como o clientelismo, são características coronelescas.

Antes de conceituar o clientelismo também como característica do coronelismo, o autor faz a constatação de que grande parte da literatura brasileira, mesmo aquela que se espelha em Victor Nunes Leal, conceitua coronelismo e mandonismo enquanto sinônimos. Afirma José Murilo de Carvalho que autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Edgard Carone, Marcos Vinícios Vilaça, Eul-Soo Pang, tomam estes conceitos como sinônimos<sup>80</sup>. Essa aproximação é, para José Murilo, extremamente negativa. Porém, afirma que estes autores têm oferecido grandes contribuições para esclarecimento do fenômeno do mandonismo. São contribuições que quebram toda uma visão simplista do coronel enquanto personagem isolado em sua vasta extensão de terra, senhor soberano de coisas e gentes. Passa a emergir desses novos estudos um quadro mais complexo onde é possível serem observados vários tipos de coronéis exercendo outras atividades, sejam de comerciantes, médicos ou padres. Ao mesmo tempo, tais estudos passaram a rever o suposto isolamento defendido por alguns autores, a exemplo dessa revisão estão as pesquisas efetuadas na Chapada Diamantina, em que grande parte daqueles coronéis atuavam no comércio de exportação e estavam envolvidos na política estadual e federal.

---

<sup>79</sup> José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998, p. 133.

<sup>80</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa Interpretação sociológica*. IN FAUTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: editora Difel, 1975. Tomo III. V. 1. pp. 155-190; CARONE, Edgard. *Coronelismo. Definição histórica e bibliografia*. Revista de Administração de Empresa, v. 11, n. 03, pp. 85-89, 1971; VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: editora Tempo Brasileiro, 1965; PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquia, 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: editora Civilização brasileira, 1979.

Ao mesmo tempo, outros pesquisadores têm visualizado um coronelismo urbano, como Fábio Wanderley Reis; ou mesmo um coronelismo sem coronéis, pensado por Geert Banck<sup>81</sup>. Em todos estes casos, para José Murilo, tais incoerências produzem uma amplitude e uma frouxidão dos conceitos capaz de eliminar seu valor heurístico.

Em relação ao clientelismo, relata José Murilo de Carvalho, seu conceito tem sido operacionalizado constantemente por autores estrangeiros que se dedicam ao Brasil, sendo, inúmeras vezes, confundido com o de coronelismo. Esclarece que, costumeiramente, é empregado de modo frouxo ou inconsistente por vários autores. Nesse sentido, uma das perspectivas de que a literatura estrangeira tem se valido para conceituar o clientelismo, é que o mesmo seria:

Um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto... Clientelismo seria um atributo variável de grandes sistemas políticos. Tais sistemas podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos<sup>82</sup>.

José Murilo de Carvalho chama a atenção para alguns aspectos que diferenciam o coronelismo do clientelismo. Inicialmente afirma não existirem dúvidas de que o coronelismo – tratado aqui como algo sistêmico – mantém relações de contatos e de trocas de natureza clientelística. Mas que isso não significa ser possível aproximar conceitualmente coronelismo e clientelismo. Para este, o clientelismo é distinto do coronelismo justamente por ser um fenômeno de proporções muito mais amplas que o coronelismo. Em termos de amplitude de uso, o clientelismo assemelha-se ao mandonismo. Na visão de Leal, descrita anteriormente e da qual comunga José Murilo, o clientelismo, assim como o mandonismo, é uma característica do coronelismo. Coronelismo que se processou no Brasil durante a Primeira República.

---

<sup>81</sup> REIS, Fábio Wanderley. *Participación, movilización e influencia política: “neo-coronelismo” em Brasil*. Revista Latinoamericana de Ciência Política, v. 2, n. 1, pp. 03-32, 1971; BANCK, Geert A. *The dynamics of the local political system in the State of Espírito Santo, Brasil*. Boletín de Estudios Latinoamericanos y Del caribe, n. 17, pp. 69-77, 1974.

<sup>82</sup> José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998, p. 134.

O autor vai um pouco mais além em suas preocupações e faz um alerta aos estudiosos que se propõem a pesquisar e estudar a política local e o coronelismo de um modo geral. Alerta principalmente àqueles que encontram o fenômeno do coronelismo em fase recente da história do Brasil e em regiões urbanas. Para ele, tais estudiosos estão falando apenas de clientelismo, pois:

As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumentou com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística<sup>83</sup>.

Dito isto, o autor esclarece que, de trajetória distinta em relação ao mandonismo, o clientelismo também tem outras características particulares como mudar de “*parceiros*”, ou seja, mudar de atores políticos, característica que lhe possibilita intensificar-se ou atenuar-se no transcorrer do tempo. Em outras palavras, ele não percorre um caminho permanentemente decrescente, como faz o mandonismo.

Por fim o autor sintetiza, destituindo de qualquer complexidade as curvas da evolução dos três conceitos ora apresentados. Nesse sentido, o coronelismo é representado por uma curva do tipo sino, ou seja, ele surge, alcança seu apogeu, e num período considerado curto, cai. O mandonismo é descrito como uma curva sempre descendente. E já o clientelismo é representado por curva ascendente e com oscilações, sendo passivo, pois, de perceptível inclinação nos últimos anos.

---

<sup>83</sup> José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998, pp. 134-135.

## Capítulo III

### Diálogo entre a historiografia e a documentação: a problemática do objeto

Ainda nesta primeira parte da dissertação, faz-se necessário que se exponham algumas considerações em relação às obras ora mencionadas. As descrições realizadas têm como objetivo primordial apresentar como os autores, em momentos distintos, compreenderam a presença desses líderes políticos no Brasil. Há de se considerar as contribuições dessas análises para a historiografia. Contribuições que permeiam recentes abordagens sobre determinados aspectos da história política do Brasil. Abordagens como a que se procura construir sobre a participação de Francisco Heráclio do Rêgo no cenário político do estado de Pernambuco, sobretudo, no município de Limoeiro e circunvizinhos.

Ao longo desta dissertação – que se propõe analisar os mecanismo de poder, ou que ações produziram Francisco Heráclio como importante líder inserido num complexo cenário de disputas políticas – várias serão as possibilidades de aproximação e distanciamento em relação às obras referidas. Essas possibilidades de tangenciamentos ou afastamentos em relação a estas obras se concretizarão ao longo da escrita. Ou seja, é apenas na medida em que selecionamos e estreitamos o contato com um conjunto de registro que versa sobre Francisco Heráclio, e diante dos questionamentos engendrados e/ou da problemática que pouco a pouco vai sendo formulada, tendo por base estes documentos, que poderá ocorrer ou não possíveis diálogos com as obras anteriormente analisadas.

É, portanto, tomando como fundamental a construção de uma problemática - pois entendemos que um objeto de pesquisa nunca é dado pronto e acabado, ou apriori determinado – que pautamos este estudo. Acredito que Michel Foucault em *A poeira e a nuvem*, dirá de uma maneira compreensiva o que pretendemos afirmar. Para ele,

Quem, em contrapartida, quer tratar de um problema, surgido em dado momento, deve seguir outras regras: escolha do material em função

dos dados do problema; focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolvê-lo; estabelecimento das relações que permitem essa solução. E, portanto, indiferença para com a obrigação de tudo dizer, mesmo para satisfazer o júri dos especialistas convocados<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. (Ditos e escritos, vol. IV). Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 2003, p. 326.

## **Parte 2**

### **Mecanismos de construção de um líder político**

## Capítulo I

### Francisco Heráclio do Rêgo e sua inserção política

A presente dissertação pretende estabelecer um diálogo com uma série de registros históricos impressos nos anos de 1945 a 1955, que emergiram ao longo da pesquisa. São discursos que fazem referência a Francisco Heráclio do Rêgo e a setores políticos em Pernambuco naquele momento. Em conjunto, esta documentação nos possibilita pensar a força que exerceram alguns discursos, quando utilizados estrategicamente, capazes de produzir autoridade e dar corpo à imagem do que seria, para certos segmentos sociais, alguém visto como um verdadeiro político.

É nessa perspectiva que é analisada a participação de Francisco Heráclio do Rêgo no cenário político do estado de Pernambuco a partir de 1945. Pouco a pouco fez-se perceptível o quanto era capaz de ser noticiado quase que diariamente na imprensa do estado<sup>85</sup> e, de maneira constante, na imprensa nacional, a exemplo das matérias publicadas na revista *Manchete*<sup>86</sup>. Isso se deve, em parte, a sua participação nos acontecimentos políticos, como as disputas eleitorais em 1945, 1947, 1950 e 1952, em que figura como um dos principais líderes políticos à frente do Partido Social Democrático em Pernambuco<sup>87</sup>, excetuando-se o pleito estadual de 1954. Neste último pleito, redireciona seu apoio a um candidato da UDN ao governo do estado, em razão de uma série de disputas internas ao

---

<sup>85</sup> É no Jornal Folha da Manhã de propriedade de Pessoa de Queiroz - imprensa vinculada aos interesses políticos do PSD - que Francisco Heráclio do Rêgo é apresentado com maior intensidade, não é por acaso que este periódico é de longe o mais trabalhado em nossa escrita. É importante ressaltar que sua inserção em inúmeros outros jornais, de apoio politicamente ou não, é bastante significativa.

<sup>86</sup> Ver *Chico Heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém*. Revista *Manchete*, N° 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953, pp. 52-53. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE. Ver *Política Pernambucana*. Revista *Manchete*, N° 108. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1954, p. 17. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE. Ver também *Começou a decadência do coronelismo sertanejo: o crepúsculo dos semideuses*. Revista *Manchete*, N° 355. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1959. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE. É importante ressaltar que a revista *Manchete* é de circulação nacional, e estava presente, sobretudo, no espaço urbano onde se situava a maior parte do seu público leitor.

<sup>87</sup> O Partido Social Democrático foi criado em nível nacional, em 1945, por políticos ligados ao presidente da República, Getúlio Vargas. Contando com os interventores estaduais, o que facilitou sua estruturação e expansão, tornou-se um dos maiores partidos após a redemocratização do Brasil. Neste mesmo ano observa-se, na maioria das cidades do Brasil, assim como em Limoeiro, a presença do Diretório Municipal do PSD. Ver HIPOLITO, Lucia. *De raposas e reformista: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1985.

PSD ocorridas ao longo de 1953. Estas disputas, como veremos, contribuem enormemente para que inúmeras lideranças políticas em Pernambuco – a exemplo de Francisco Heráclio do Rêgo, em Limoeiro – se desvinculassem do bloco majoritário do PSD e passassem a compor um subgrupo dentro do PSD conhecido como dos pessedistas históricos.

A organização desses novos partidos a níveis estadual e nacional, como o PSD, PTB e a UDN, se dá a partir de 1945 com o processo de transformação política conhecido como a *Redemocratização do Brasil*. Em Pernambuco, estava à frente do Partido Social Democrático Agamenon Magalhães, político que, durante o Estado Novo, atuou como interventor no estado e como ministro da justiça de Vargas, em 1945. Com a nomeação de Agamenon para o cargo de ministro da justiça, assume como interventor do Estado Etelvino Lins, um dos responsáveis pela estruturação e condução do PSD em Pernambuco até meados da década de 1950<sup>88</sup>.

De significativas mudanças políticas a níveis estadual e nacional, é o período compreendido entre os anos de 1945 a 1955 sobre o qual desenvolvemos estas análises acerca de Francisco Heráclio. Algumas obras de memorialistas<sup>89</sup> afirmam ter ele nascido de família de grandes proprietários de terra, aos 05 dias do mês de outubro de 1885, sendo o quinto dos nove filhos de dona Josefa Erundina e do coronel João Heráclio do Rêgo. Assim como todos os seus irmãos, Francisco Heráclio nasceu e passou sua infância e parte da juventude na fazenda do seu pai chamada Vertentes, naquele momento pertencente ao município de Bom Jardim, mas hoje é um lugarejo que compõem o município de Surubim.

O filho de Francisco Heráclio, o escritor e político Reginaldo Heráclio em seu livro Chico Heráclio - o *último grande coronel*, também Marcos Vinícios Vilaça em seu livro *Coronel, coronéis*<sup>90</sup> informam que Francisco Heráclio frequentou a escola o suficiente para efetuar, com certa desenvoltura, as quatro operações básicas da matemática. Segundo estes autores, o contato de Francisco Heráclio com a escrita e a leitura teria sido desastroso, sendo descrito como analfabeto. Haveria, pois, abandonado as séries iniciais quando

---

<sup>88</sup> LAVAREDA, Antônio & SÁ, Constança (Orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: editora Massangana, 1986. Ver também LINS, Etelvino. *Um depoimento político, episódios e observações*. Rio de Janeiro: editora José Olympio, 1977.

<sup>89</sup> Existem algumas obras literárias e memorialistas que tratam especificamente da atuação política deste personagem, como *O último grande coronel*, escrita pelo político Reginaldo Heráclio, neto de Francisco Heráclio.

<sup>90</sup> VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003.

enviado com seus irmãos a continuar os estudos em Recife, preferindo voltar ao convívio familiar em Vertentes, onde passa a auxiliar seu pai na administração de várias fazendas e se dedicar à agricultura e à pecuária, fazendo daí alguma fortuna. Em 1903, casa-se com sua primeira esposa Maria Miguel, nesse período muda-se para uma fazenda próxima à cidade de Limoeiro, mais precisamente às margens do rio Capibaribe, que corta a cidade, onde irá residir até sua morte em 1974<sup>91</sup>.

Francisco Heráclio é filho de João Heráclio do Rêgo, comumente nomeado de coronel, pertencia aos quadros da Guarda Nacional como capitão<sup>92</sup> e que, mesmo possuindo extensas relações sociais, políticas e econômicas nos estados de Pernambuco e Paraíba, era descrito como alguém que não militava ativamente na política, conforme era comum entre os grandes proprietários de terra. Já Francisco Heráclio, passou a integrar o Partido Social Democrático a partir de 1945. No entanto, sua inserção na política ocorre ainda durante a década de 1920, como correligionário do Dr. Severino Pinheiro. Foi com o apoio deste líder político que Francisco Heráclio é eleito prefeito naquele município, em 1922<sup>93</sup>. Com a morte do Dr. Severino Pinheiro, Francisco Heráclio é projetado como seu legítimo sucessor.

A respeito da participação de Francisco Heráclio nas disputas políticas em Pernambuco entre 1945 e 1955, é significativa a presença de inúmeros registros que versam sobre esta atuação. Em seu conjunto, a documentação pesquisada revela diversos aspectos das práticas políticas e possibilitam compreender como uma série de elementos presentes nesta documentação é capaz de permitir a reconstrução do dizer e do fazer da política no período. Para tanto, o caminho a percorrer não é outro senão elaborar minuciosa análise de uma ampla documentação levantada ao longo da pesquisa. Sobre estes registros históricos destacamos, inicialmente, alguns discursos que circulavam nos boletins<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> Arquivo Pessoal. Ver em anexo uma fotografia parcial, de agosto de 2005, da residência de Francisco Heráclio. p. 175.

<sup>92</sup> Ver RÊGO, André Heráclio do. *Famille et pouvoir regional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*. Paris: editora L' Harmattan, 2006. Tivemos acesso a sua Carta Patente de Capitão do 4º Esquadrão do 12º Corpo de Cavalaria de Quadros Nacionais da Comarca de Bom Jardim. Obtida no Palácio do Governo do Estado de Pernambuco em 29 de maio de 1891. Carta Patente localizada no APEJE sob a ref. R. Pat. 4 – Patentes Provinciais, Estaduais e Federais da Guarda Nacional. (R. B. – 2.2/29). R. Pat. 4/29 – 1890 – 1891.

<sup>93</sup> Ver a Série Monografias Municipais, Limoeiro. Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco/FIDEPE & Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco/FIAM. P. 22.

<sup>94</sup> Os boletins eram publicações em forma de panfletos distribuídos de modo avulso e/ou publicados nos jornais do estado de Pernambuco.

## Capítulo II

### A produção dos boletins: uma estratégia política

Os boletins eram textos impressos numa única página e distribuídos de maneira avulsa, principalmente em períodos eleitorais. Eram distribuídos tanto por Francisco Heráclio em seus contatos políticos como por seus colaboradores ou cabos eleitorais<sup>95</sup>. Eram, com constância, também publicados na imprensa de Pernambuco<sup>96</sup>.

Afirma Lúcia Bastos que na primeira metade do século XIX esse tipo de produção circulava em algumas capitais provinciais do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, centro do governo imperial. Vindo de Portugal ou impressos em algumas tipografias do Rio de Janeiro, sua presença se intensificou em torno dos fortes debates acerca dos acontecimentos liberais de 1820 em Portugal e seus desdobramentos ocorridos no Brasil, como a Independência<sup>97</sup>.

Para Lúcia Bastos, nesses panfletos,

Os autores apresentavam suas idéias de forma bastante organizada, utilizando, algumas vezes, frases simples e diretas, destinadas a causar impacto sobre o receptor e a facilitar a compreensão da mensagem. Explicavam seu posicionamento sobre o assunto e procuravam fornecer opiniões e ensinamentos que pudessem influenciar o público leitor... Muitos tomavam conhecimentos dessas novidades, ouvindo leituras em

---

<sup>95</sup> HERÁCLIO, Reginaldo. *Chico Heráclio – o último Coronel*. Recife, 1979.

<sup>96</sup> Encontramos parte desses boletins, ou panfletos como também são nomeados, publicados em alguns jornais do estado de Pernambuco, como a Folha da Manhã, Diário da Noite, Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco entre outros. A utilização do termo boletim parece ter sido sugerida inicialmente pelo próprio Francisco Heráclio, como atestam várias destas produções. No entanto, a imprensa de Pernambuco se apropria do termo durante as décadas de 1940 a 1960.

<sup>97</sup> NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Os panfletos políticos e esboço de uma esfera pública de Poder no Brasil* IN ABREU, Márcia & SCAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetivos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, SP: Fapesp, 2005. pp. 399-411.

voz alta e participando de conversas e de discussões sobre os acontecimentos políticos nas lojas e mesmo na praça pública<sup>98</sup>.

Afirma ainda que,

Assim, os autores dos folhetos e panfletos transformavam seus escritos nos principais veículos da cultura política da Independência, constituindo-se em instrumentos educacionais das próprias elites e das camadas situadas nas fímbrias da sociedade, além de assegurarem para si um lugar na estrutura de poder do Futuro Império do Brasil<sup>99</sup>.

Nesse sentido, chama-nos a atenção o fato de que, em meados do século XX, localizamos um tipo semelhante dessas publicações em Pernambuco. Sobre a produção destes boletins, Marcos Vinícios Vilaça em seu livro *Coronel, coronéis* faz rápidos comentários. Segundo este, era seu pai – Antônio Vilaça – o responsável por dar forma escrita ao que era narrado por Francisco Heráclio do Rêgo<sup>100</sup>. Esse complexo mecanismo de legitimação e dominação utilizado por determinado grupo social e político é visto por Marcos Vilaça como uma “*virulenta*” forma de atacar seus adversários, e uma maneira muito particular de fazer propaganda.

Homem que não hierarquiza em quase nada seus aliados... Trata aos inimigos semelhantemente. Por isso, simples e modestos cabos eleitorais adversários são atingidos dura e longamente nos seus boletins. Limoeiro é terra onde se usa abundantemente dessas divulgações<sup>101</sup>.

---

<sup>98</sup> NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Os panfletos políticos e esboço de uma esfera pública de Poder no Brasil* IN ABREU, Márcia & SCAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetivos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, SP: Fapesp, 2005. P. 405.

<sup>99</sup> NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Os panfletos políticos e esboço de uma esfera pública de Poder no Brasil* IN ABREU, Márcia & SCAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetivos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, SP: Fapesp, 2005. P. 411.

<sup>100</sup> Este lugar de quase um “assessor político” fazia Antônio Vilaça ser, algumas vezes, chamado pela imprensa de primeiro ministro de Francisco Heráclio. VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003.

<sup>101</sup> VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, pp. 150-151.

O autor destaca ainda o fato de serem estes boletins frutos da imaginação de uma liderança política analfabeta. Sua produção por alguém que não sabia ler nem escrever é, por si, reveladora, pois demonstra a compreensão que aquele líder político tinha do papel estratégico exercido pela imprensa. Em outros termos, podemos afirmar que o fato de não saber escrever nem mesmo ler não significa que Francisco Heráclio não compreendesse a importância fundamental da propaganda e da imprensa para a política. Pelo contrário, ele compreende que a divulgação desses boletins nos mais diversos jornais de Pernambuco atingia um considerável público leitor das mais diferentes regiões do estado. Ao mesmo tempo, uma parcela significativa de analfabetos também se tornava conhecedora do conteúdo dos boletins uma vez que amplamente distribuídos e lidos nas feiras, semelhantemente ao que acontecia com a prática dos cordéis. Acerca da distribuição desses boletins recorda João Cordeiro, em um trecho de seu depoimento, que Francisco Heráclio “*mandava distribuir em toda a cidade estes boletins*”<sup>102</sup>.

A utilização dessas publicações era intensificada em períodos que antecederiam os pleitos eleitorais ou logo após eles, muito embora também fossem produzidos e distribuídos em períodos não eleitorais. Nesses casos eram registros de fatos e acontecimentos considerados muito importantes.

De modo geral podemos afirmar que os boletins, distribuídos de forma avulsa ou publicados pela imprensa, eram datados e continham seu nome – Francisco Heráclio do Rego – seguido, quase sempre, da expressão “*firma reconhecida*”. A utilização deste termo sugere, de acordo com algumas entrevistas, que Francisco Heráclio não permitia dúvidas quanto à autenticidade do que era por ele afirmado nos boletins. É ainda recorrente nesses boletins o fato de serem endereçados a pessoas específicas. Ou seja, além de distribuídos de maneira avulsa, poderiam ser enviados às residências de inúmeros eleitores pelos cabos eleitorais ou por alguém de sua confiança, como têm sugerido as entrevistas. Também o tratamento “*Aos limoeirenses, principalmente aos meus amigos e correligionários*” é encontrado em grande número desses boletins. Fazia constar, ainda, sua fotografia na parte superior de cada um deles.

---

<sup>102</sup> Entrevista de João Cordeiro de Albuquerque, realizada na cidade de Limoeiro em 20 de outubro de 2006, p. 04.

Essa prática de produção de boletins não se constituía em exclusividade de Francisco Heráclio. Nos âmbitos estadual e nacional inúmeros outros líderes políticos, durante as décadas de 1940 a 1960, mantinham esse tipo de produção, como podemos atestar analisando os jornais deste período<sup>103</sup>.

Outro aspecto a ser pontuado diz respeito à intensidade com que estes boletins foram utilizados. Isso poderá ser observado levando-se em conta seu poder de circulação, seja quanto aos divulgados na grande imprensa, seja quanto aos distribuídos em forma de panfletos. Ainda sobre a assiduidade com que eram produzidos, é significativa a razão vislumbrada pelo próprio Francisco Heráclio como expressa em um de seus boletins: “*a falta de um jornal na cidade, vejo-me obrigado a publicar todos os sábados, até as eleições, um boletim para orientar meus amigos e correligionários e para responder as acusações que me fazem...*”<sup>104</sup>.

Ora, num primeiro momento poderíamos nos referir a essas publicações como a uma mera propaganda eleitoral naquele período, comumente produzida por alguns grupos políticos, como afirma Vilaça. Porém, em conjunto, tais boletins nos revelam muito das disputas políticas entre Francisco Heráclio e seus adversários: “*esta patentemente reconhecida a perseguição e a vingança dos meus adversários com o que provam aos meus amigos e correligionários que a UDN se tivesse vencido quem governava era a peia*”<sup>105</sup>.

Ou ainda...

Em Limoeiro, como de resto em todos os municípios, minha palavra de ordem é para que o eleitor pobre e desamparado vote na chapa completa do PSD onde estão os seus verdadeiros amigos, aqueles que não defendem o eleitor a troco de dinheiro e que conhecem os pobres em tempo de eleição ou não<sup>106</sup>.

---

<sup>103</sup> Sobre a utilização desses boletins no Brasil, ver NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Os panfletos políticos e esboço de uma esfera pública de Poder no Brasil* IN ABREU, Márcia & SCAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetivos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, SP: Fapesp, 2005.

<sup>104</sup> *Aos meus amigos e correligionários*. Boletim. Jornal Folha da Manhã. Recife, 17 de novembro de 1946, p. 03. APEJE.

<sup>105</sup> *Aos limoieirenses, principalmente aos meus amigos e correligionários*. Boletim. Jornal Folha da Manhã. Recife, 17 de dezembro de 1946, p. 03. APEJE.

<sup>106</sup> *Aos meus amigos, eleitores e ao povo pernambucano, em geral*. Boletim. Jornal Folha da Manhã. Recife, 26 de setembro de 1950, p. 03. APEJE.

Estes boletins, ora citados, fazem referências a dois processos eleitorais distintos: ao pleito para o governo do estado de Pernambuco em 1947, quando da eleição de Barbosa Lima Sobrinho pelo PSD, e às eleições de 1950, momento em que Agamenon Magalhães retoma a administração do estado de Pernambuco, também pelo PSD, após ter exercido a interventoria durante o Estado Novo. Para Antônio Lavareda e Dulce Chaves Pandolfi, a escolha de um candidato nos quadros do PSD para concorrer ao executivo estadual em 1947 provocou alguns embates internos, o que ocasionou a saída ou a expulsão de alguns de seus membros. Entre os expulsos, e que foram compor os quadros da UDN, está o ex-prefeito do Recife, Novais Filho, administrador desta cidade durante a interventoria de Agamenon. Com a redemocratização e a realização do pleito eleitoral em 1945, Novais Filho é eleito senador pelo PSD sendo o mais votado em Pernambuco, seguido de Etelvino. Este, após a transferência de Agamenon do cargo de interventor para o de ministro da justiça de Vargas, em 1945, assume a administração de Pernambuco como interventor federal em 05 de março de 1945 até ser substituído, pouco depois da saída de Vargas em 07 de setembro deste mesmo ano, pelo desembargador José Neves Filho<sup>107</sup>. Outro político que se desliga do PSD e passa a integrar os quadros da UDN é Neto Campelo. Este se lança candidato ao governo do estado em 1947, em oposição a Barbosa Lima Sobrinho, pela “Coligação Pernambucana” composta pela UDN, PDC e PL.

Neste momento, em Limoeiro, à frente do PSD encontra-se Francisco Heráclio, líder político que articula e conduz os vários pleitos eleitorais naquele município e noutros circunvizinhos<sup>108</sup>. Ao analisarmos os boletins, podemos compreender sua sintonia com importantes questões do partido, como as disputas internas em torno dos nomes de Novais Filho e de Barbosa Lima Sobrinho. Os textos presentes nos boletins têm como objetivo alertar os eleitores do PSD acerca dos candidatos da União Democrática Nacional, apresentados como inimigos do povo; não se tratando, pois, de qualquer, adversário.

---

<sup>107</sup> A atuação de Etelvino Lins como Interventor de Pernambuco, assim como vários outros momentos da sua vida pública, encontram-se registrados em uma autobiografia. Ver, LINS, Etelvino. *Um depoimento político, episódios e observações*. Rio de Janeiro: editora Bagaço, 1977.

<sup>108</sup> Vale ressaltar que para o período compreendido em nossa pesquisa, 1945 a 1955, a documentação localizada nos vários órgãos de imprensa esclarece que nas campanhas eleitorais ao governo estadual de 1947, 1950 e 1952, Francisco Heráclio apóia integralmente os candidatos do PSD. Como veremos no transcrito deste capítulo, a partir de 1953, diante de uma série de conflitos e de disputas travadas com o governador Etelvino Lins, que neste momento estava à frente da direção do partido, o candidato da UDN, João Cleofas, é apoiado por Francisco Heráclio no pleito de 1954.

Esclarece o boletim que: “a UDN se tivesse vencido quem governava era a peia”. Afirma Francisco Heráclio que seus adversários políticos da UDN são capazes de fazer uso da violência para com o povo; projetando, assim, para os candidatos ou membros da UDN, o lugar da violência. Ao mesmo tempo em que podemos perceber a preocupação em lembrar seu compromisso e/ou dos candidatos do PSD para com os correligionários e amigos, principalmente os pobres e necessitados. Diferentemente dos candidatos da UDN, onde impera a violência, os do PSD são apresentados como pessoas amigas dos eleitores e dos pobres. São iluminados como candidatos “que não defendem o eleitor a troco de dinheiro e que conhecem os pobres em tempo de eleição ou não”. Daí, sua palavra de ordem ser exatamente “para que o eleitor pobre e desamparado vote na chapa completa do PSD”.

Um outro boletim que destacamos está datado de novembro de 1945. Este documento nos informa acerca da representação da imagem paterna. Dito de outra maneira, vamos encontrar nele a apropriação<sup>109</sup> da imagem de João Heráclio do Rêgo, pai de Francisco Heráclio, por este seu filho.

Em certo sentido, o pensamento traçado por Roger Chartier poderá nos ajudar a pensar a utilização da imagem paterna neste boletim. O autor nos chama a atenção para as racionalidades que envolvem as diversas estratégias presentes nos grupos sociais e utilizadas pelos indivíduos. Esta maneira de perceber a complexidade social e cultural possibilita ao historiador percorrer os processos dinâmicos de negociação, transações e conflitos nas relações humanas<sup>110</sup>. Colocado desta maneira, surge de imediato uma pergunta: que critérios de racionalidade levaram aquele personagem político a fazer referências, nesse boletim, ao nome do pai, falecido em 1934?

---

<sup>109</sup> Tomando por base Roger Chartier, entendemos apropriação como a incorporação de objetos, textos, fragmentos jornalísticos entre outros, para resignificá-los. Neste sentido, apropriação e representação estão em permanente relação; não há representação sem apropriação. Ver, CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: editora Difel, 1990.

<sup>110</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: editora Universidade/UFRGS, 2002, pp. 84, 92.

## Capítulo III

### Em nome do pai: a legitimação de uma dominação

PREZADO AMIGO E CORRELIGIONÁRIO

Aos amigos, parentes, compadres e afilhados de meu pai, Coronel João Heráclio do Rêgo, que foi sempre um amigo do povo dessa redondeza, venho pedir para que nas eleições de dois de dezembro votem na chapa do P.S.D., o partido a que estou ligado.

Todos sabem que meu pai sempre esteve de acordo comigo. Eu estou com o P.S.D. e, em nome do meu pai, peço ao amigo que vote nos candidatos do meu partido. Muita gente vive com promessas, mas eu estou com a realidade. Só aconselho votar no P.S.D. por que os seus candidatos são, como eu, amigo do progresso da terra e amigos do povo.

Não faço só em meu nome, mas em nome do meu pai e não acredito que nenhum eleitor dessa redondeza se negue a um pedido feito em nome do Coronel João Heráclio que tudo fez pelos seus parentes, compadres e afilhados.

Seguem, nessa carta as chapas dos candidatos que devem ser votados. Tire as chapas dessa carta e guarde com cuidado.

...

Tenha muito cuidado para que ninguém veja suas chapas e coloque-as na urna, não aceitando outras e pode confiar na minha palavra como eu confio na sua.

Com meus sinceros agradecimentos.

FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO.

Limoeiro – Novembro de 1945<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> Arquivo Pessoal. Ver este boletim em seu formato original no anexo, p. 176. Este e outros boletins poderão facilmente ser encontrados nas residências de alguns moradores da cidade de Limoeiro, alguns dos quais estão conservados em molduras, sendo utilizados como quadros. Pudemos constatar em nossa pesquisa, e consideramos significativo, a existência de um número expressivo de boletins guardados como uma espécie de relíquia.

Durante a campanha eleitoral de 1945 para Presidente da República, senador e deputado federal, circulou no município de Limoeiro o boletim, acima descrito, em que Francisco Heráclio declara seu apoio aos candidatos da coligação PSD-PTB<sup>112</sup>. Ao analisarmos o documento citado, logo percebemos alguns enunciados que, entre outras coisas, sugerem, principalmente se considerarmos o ano de sua produção, que o “*candidato em quem o povo poderá confiar*” provavelmente é uma referência à candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República pela coligação PSD e PTB.

No que diz respeito ao envio de cartas a seus possíveis eleitores contendo, em anexo, esse boletim e a chapa a ser usada em 02 de dezembro de 1945, assim como a preocupação em alertá-los sobre como proceder durante a votação e quanto ao cuidado necessário para não terem suas chapas trocadas pelas de outros candidatos: serão objetos de análise num outro momento quando trataremos de algumas práticas do controle do voto. Ademais, revela-se constante a referência à imagem de seu pai – João Heráclio do Rêgo – que, confirme outrora afirmado, havia falecido em 1934, portanto, onze anos antes.

Nesta publicação não temos a imagem de Francisco Heráclio como comum em outros boletins, mas a do seu pai, João Heráclio, como num proceder de atualização da memória paterna valendo-se, para tanto, do uso de uma fotografia. E, sendo a fotografia uma representação que se quer congelar sobre algo<sup>113</sup>, podemos pensar que sua utilização procura associar uma idéia de continuidade, uma permanência de virtudes, bondade e caráter de pai para filho. Esta apropriação da figura paterna não fica, entretanto, restrita a uma imagem fotográfica, mas continua sendo operacionalizada ao longo de todo o boletim, o que pode ser observado logo em suas primeiras linhas.

Um aspecto a se considerar neste documento é que o discurso político de Francisco Heráclio não é dirigido a toda sociedade, mas àqueles que são amigos, parentes, compadres e afilhados de seu pai. Essa forma de fazer política parece funcionar legitimando uma espécie de cobrança, como que a tirar do esquecimento um débito político que deverá ser

---

<sup>112</sup> Sobre as eleições de 1945 e o processo de Redemocratização do Brasil em 1945 ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1982. Ver também, FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar*. editora Civilização Brasileira, 2003.

<sup>113</sup> A fotografia como representação, ver SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. *Caminhando numa cidade de luz e de sombras: a fotografia moderna no Recife na década de 1950*. Tese de doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2005. Ver também BORGES, Maria Elisa Linhares. *História e fotografia*. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2003.

quitado com a dedicação do voto aos candidatos por Francisco Heráclio previamente indicados.

Para Raymundo Faoro em sua análise sobre o sistema coronelista durante a Primeira República, a utilização dos termos amigos, parentes, compadres e afilhados por parte do coronel tende a suavizar, ou mesmo aproximar as distâncias sociais e econômicas entre os diversos grupos. Neste sentido, “*o compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos*”<sup>114</sup>.

Apresenta-se aos amigos, parentes, compadres e afilhados de seu pai afirmando nunca ter havido, entre ambos (pai e filho), desacordo; e que agora, na ausência do pai, falecido em 1934, deveriam apoiar e seguir os caminhos traçados por seu filho. Esta sintonia parece funcionar como uma espécie de mecanismo ou de simbolismo onde ocorre perfeita integração entre pai e filho. Para Bourdieu, “*os símbolos são os instrumentos por excelência de integração... eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo*”<sup>115</sup>. Sendo assim, podemos pensar que ao se apresentar em sintonia com seu pai, projeta a idéia de que este consenso, no âmbito político, deverá também ser estendido para além da relação pai e filho, ou seja, deverá ser disseminado e confirmado por outros grupos sociais.

Esta concordância apresentada pela documentação entre filho e pai nos leva a pensar também que Francisco Heráclio toma para si a imagem paterna como se ele e o pai fossem uma única pessoa. Isso é possível ser notado na medida em que temos a construção de um conjunto de imagens que poderão se relacionar entre si, e cujo automovimento é capaz de dar vida a um determinado personagem. É nesse sentido que observamos o que Deleuze, em vários momentos, denomina de ‘duplicidade de imagens’, onde o pai e o filho projetam uma mesma imagem. Imagem que também é completamente distinta<sup>116</sup>.

As lembranças que João Cordeiro, antigo morador da cidade de Limoeiro, projeta sobre o pai de Francisco Heráclio, também nos fazem pensar na força que permeia os

---

<sup>114</sup> RAYMUNDO, Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: editora Globo, 2001, p. 714.

<sup>115</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2000, p. 10.

<sup>116</sup> No que se refere à duplicidade de imagens ver DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1978-1990*. São Paulo: editora 34, 1992. Ver também, DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 2006.

discursos acerca da figura paterna. Esta percepção revela como a imagem do pai pode ser utilizada, entre outras coisas, para legitimar socialmente supostas qualidades e boas ações praticadas pelo filho. Para ele,

O pai dele era um homem de uma imagem fora de série. Era fazendeiro, era um velho amigo, não era político, o filho era político, mas ele tinha boas amizades, tinha muitos compadres, muitos afilhados e era um povo que dependia do velho pra ser avalista num banco, pra isso, pra aquilo. Pra qualquer negócio contava com o velho pai de Chico Heráclio, e por isso Chico Heráclio usava o nome do pai. Mas o pai em política não se metia, sabe<sup>117</sup>.

Mesmo sem haver conhecido o pai de Francisco Heráclio em pessoa, João Cordeiro atualiza certa memória coletiva que permite-nos localizar em série elementos capazes de compor um quadro sobre João Heráclio. Essa memória, que muito se aproxima da imagem descrita no boletim, é uma produção também apreendida em conversas com outras pessoas, muitas das quais também não haviam conhecido João Heráclio. Podemos, assim, constatar a formação de uma memória compartilhada entre uma parcela de idosos da cidade de Limoeiro acerca de Francisco Heráclio.

A imagem do pai, além de tornar aceitas e legitimar as ações de Francisco Heráclio – como por exemplo, seu apoio ao Partido Social Democrático – procura demonstrar sua superioridade em relação a outros candidatos ou líderes políticos da oposição. Neste momento, a mais organizada força de oposição ao PSD é realizada pela União Democrática Nacional (UDN). Ao se colocar como alguém que está com a realidade, ou seja, que está ciente das necessidades dos eleitores, procura afastar-se daqueles que são capazes de iludir com falsas promessas o “povo”. Esse discurso sobre a realidade funciona autorizando-o a falar em nome de uma verdade inquestionável e em nome da razão que sempre lhe tem acompanhado em detrimento do vazio gerado pelo que denomina enganadoras promessas realizadas por seus inimigos políticos<sup>118</sup>. Estes argumentos de autoridade do boletim são

---

<sup>117</sup> Entrevista de João Cordeiro de Albuquerque, realizada na cidade de Limoeiro em 20 de outubro de 2006, p. 05.

<sup>118</sup> Sobre a utilização do termo razão é significativo observar também a seguinte matéria: *Pássaro na muda não canta, mas eu falo*. Jornal Diário da Noite. Recife, 13 de outubro de 1952. APEJE.

apresentados socialmente fazendo transparecer a idéia de que apenas os que detêm o conhecimento de causa são capazes de dispor da prerrogativa da razão e da verdade. Ao mesmo tempo, apropria-se de um discurso de progresso muito freqüente na imprensa nacional, isso porque, a partir do processo de redemocratização do Brasil, a concepção de progresso tornou-se uma das principais bandeiras de partidos como o PSD e a UDN. Ao ser apresentado como alguém amigo do “*povo*” e da terra como seu pai, afirma que tem autoridade e responsabilidade para trabalhar pelo desenvolvimento e progresso do município de Limoeiro e do estado de Pernambuco<sup>119</sup>.

Também podemos associar essa preocupação de Francisco Heráclio com a família ao discurso da Igreja Católica em favor da família e da moral cristã, que propaga a imagem do Pai como um símbolo sagrado<sup>120</sup>. A própria expressão “*em nome do pai*” assemelha-se simbolicamente ao primeiro componente da Santíssima Trindade, que também é representado pela figura paterna. Assim, faz uso de um discurso que, de certo modo, é compartilhado nesse período por vários grupos sociais, tendo em vista ser o Brasil um país de maioria católica.

A utilização dessa memória é disseminada na cultura como algo sagrado e parece funcionar como uma espécie de proteção ao lugar social e político agora ocupado pelo filho<sup>121</sup>. Além disso, ao falar em nome do pai reafirma e fortalece de maneira quase natural sua posição de líder político, ou seja, esse discurso pretende não só respaldar suas decisões perante alguns setores sociais, mas também lhe possibilitar ser construído, neste momento, enquanto inquestionável autoridade política de Pernambuco<sup>122</sup>.

O deslocamento de poder de pai para filho é construído como natural e inquestionável, principalmente por se tratar do filho daquele que sempre foi um amigo dos moradores que viviam e trabalhavam em seus domínios. É como se a bondade do pai, conforme expressa o documento, fosse incorporada e continuada pelo filho. A

---

<sup>119</sup> *Pássaro na muda não canta, mas eu falo*. Jornal Diário da Noite. Recife, 13 de outubro de 1952. APEJE.

<sup>120</sup> Alguns autores têm demonstrado em suas obras como o simbolismo religioso serve a determinados grupos sociais no sentido de legitimar sua dominação. Uma grande contribuição nesse aspecto é dada por BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: editora Perspectiva, 2005.

<sup>121</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: editora Perspectiva, 2005.

<sup>122</sup> Entendemos por autoridade um conjunto de imagens, discursos e práticas que têm como objetivo legitimar um governo, uma nação, um líder político ou um grupo religioso. Sobre a construção de uma autoridade ver SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: editora Companhia das Letras, 1990.

continuidade/permanência de uma série de elementos positivos se apresenta enquanto preocupação com a constituição de uma linhagem familiar.

Ao afirmar:

Não faço só em meu nome, mas em nome do meu pai e não acredito que nenhum eleitor dessa redondeza se negue a um pedido feito em nome do Coronel João Heráclio que tudo fez pelos seus parentes, compadres e afilhados...<sup>123</sup>.

Francisco Heráclio pretende estabelecer uma espécie de continuidade política. Continuidade que na década de 1950, quando dois de seus filhos são eleitos deputado estadual e federal, vai se fazer presente quando esse mesmo discurso de herança familiar, de uma tradição de servir e ser servido, vai ser utilizado.

Sobre este aspecto são significativos alguns folhetos de cordéis que narram uma série de grandes feitos de Francisco Heráclio, que agora ocupa o lugar de pai que transmite aos filhos seu legado<sup>124</sup>. Por ocasião da disputa eleitoral em 1950 – momento em que o PSD elege Agamenon Magalhães para o governo do estado de Pernambuco – o poeta popular identificado apenas pelas iniciais S. C. Z. sugere uma continuidade do pai para os filhos. Portanto, o pai a quem agora se refere o poeta não é mais João Heráclio do Rêgo, como vimos anteriormente, e sim o próprio Francisco Heráclio que pretende eleger dois de seus filhos: um para deputado estadual e outro para federal. Em um dos trechos do folheto de cordel o poeta constrói uma figura paterna a transmitir aos filhos um legado de legitimação política:

Coronel Francisco Heráclio  
Por todo povo é querido  
E de cada pernambucano  
Tem um voto garantido  
É este o grande político

---

<sup>123</sup> Este boletim intitulado *Prezado amigo e correligionário*, de novembro de 1945, está transcrito no início deste capítulo. Também poderá ser visualizado em seu formato original no anexo, p. 169.

<sup>124</sup> No que se refere aos cordéis como documentos históricos capazes de revelar uma determinada realidade, será nosso objeto de análise noutro momento da escrita.

Que ajuda o nosso partido.

Coronel Francisco Heráclio

É um homem consciente

A ninguém ele promete

Resolve ligeiramente

É justo que os seus filhos

Mereça um voto da gente<sup>125</sup>.

Para o historiador e pesquisador Durval Muniz, o pai é construído como um ponto de origem e de sentido a toda a trajetória do filho. Uma tradição que poderá ser remetida aos avós, à experiência política; uma identidade de sujeito que deverá ser seguida e preservada pelos filhos<sup>126</sup>. Ainda segundo o autor, o nome do pai sugere, entre outras coisas, a presença de uma essência paterna que será herdada de maneira contínua pelo filho. A referência ao nome do pai apresenta-se como lugar onde é possível encontrar segurança e estabilidade para os mais jovens e inexperientes<sup>127</sup>.

Esse discurso é, portanto, capaz de congelar, ou colar no filho uma imagem que se quer permanente e imutável aos olhos de seus amigos, parentes e afilhados. Em outros termos, Francisco Heráclio parece perceber que ao se apresentar como a imagem de seu pai, mesmo que esse não tenha exercido nenhuma atividade política partidária naquela região, tal aproximação age transmitindo o que seria a sua verdadeira identidade<sup>128</sup>. E esta identidade estaria assim assentada na tradição política proveniente do pai, do qual é herdeiro.

---

<sup>125</sup> Estes versos foram reproduzidos nas obras de VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, p. 140. RÊGO, André Heráclio do. *Famille et pouvoir regional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*. Paris: editora L' Harmattan, 2006, p. 243.

<sup>126</sup> Sobre a relação entre tradição e autoridade ver SCARLETT, Marton. *Nietzsche: uma filosofia a marteladas*. 5ª edição. São Paulo: editora Brasiliense (coleção tudo é história), 1991, p. 44.

<sup>127</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica da masculinidade* IN Margareth Rago, Luiz B. Lacerda Orlandi, Alfredo Veiga (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2005. pp. 111-121.

<sup>128</sup> Sobre identidade ver PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. Trad. Maurício Santana Dias. 3ª edição. São Paulo: editora Cosac Naify, 2001, p. 217.

## Capítulo IV

### “A vida secreta de Francisco Heráclio do Rêgo”: o questionamento de uma autoridade e a produção de um universo simbólico

A construção de Francisco Heráclio do Rêgo como líder político poderá ser problematizada se tomada por base uma documentação presente num dos jornais de Pernambuco, a Folha da Manhã, de entre os meses novembro e dezembro de 1953. Trata-se de uma série de reportagens escritas pelo jornalista Clodomir Moraes que tinha como título “*A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*”. Em suas edições matutinas e vespertinas encontram-se essas publicações que, em conjunto, narram o que seria uma outra história de Francisco Heráclio do Rêgo.

Essa série de matérias em muito nos instigou a um estudo mais detalhado. É possível afirmar que a produção oferece vários questionamentos, um deles é sobre a forma como encontra-se disposta. Tais matérias estão organizadas em capítulos que tratam de acontecimentos como seu nascimento, infância, vida amorosa e parte de sua atuação política<sup>129</sup>. Acreditamos, portanto, serem estas reportagens significativas para entendermos a participação daquele líder no cenário político em Pernambuco, assim como para visualizarmos algumas estratégias de luta num momento em que tem sua liderança e legitimidade política questionada<sup>130</sup>.

Ora, desde 1945 é Francisco Heráclio tido com frequência por setores da imprensa como um líder político forte o suficiente para alterar os rumos de qualquer campanha eleitoral e garantir a vitória dos seus candidatos no município de Limoeiro e em inúmeros outros, como também ao governo do estado e à Câmara Legislativa de Pernambuco. Tratam-se de extensas reportagens onde é possível encontrar uma espécie de resumo acerca

---

<sup>129</sup> Em relação ao nascimento e infância de Francisco Heráclio do Rêgo presente na referida *Vida Secreta*, ver também VILELA, Márcio A. Ferreira; PORFÍRIO, Pablo F. de A. *A infância de um chefe político e a invenção de uma autoridade: Francisco Heráclio do Rêgo* IN MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília (Org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

<sup>130</sup> Vale ressaltar que toda a documentação utilizada neste texto foi transcrita da edição matutina do Jornal Folha da Manhã.

da força e da liderança política exercida por Francisco Heráclio em Pernambuco<sup>131</sup>. O prestígio político que o envolve foi tratado também em uma reportagem publicada na revista Manchete, em julho de 1953. Na referida reportagem encontra-se a seguinte afirmação:

É inegavelmente o maior prestígio político individual pernambucano. Seu filho Heráclio do Rêgo foi o deputado federal mais votado de Pernambuco com 25. 000 votos. Além de um federal, o velho fez outros deputados estaduais, inclusive mais um filho. Além dos treze vereadores de Limoeiro e outros vereadores e prefeitos espalhados pelos municípios vizinhos<sup>132</sup>.

Esta reportagem trata também da atuação política que Francisco Heráclio mantém em outros municípios. Ernesto Cândido, poeta popular e vereador do município de Glória do Goitá<sup>133</sup>, num de seus cordéis, possibilita pensar acerca do prestígio e da capacidade de que dispunha este político em interferir nos mais diversos municípios do estado e, assim, garantir aos quadros de qualquer partido a elegibilidade de diversos vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais por ele indicados. No que diz respeito ao pleito a ser realizado em 1954, afirma o poeta em alguns versos de um determinado cordel que:

Mas, contudo, o Coronel  
Está muito satisfeito  
Tem 31 municípios  
Que estão todos direitos  
Fazendo o que é necessário

---

<sup>131</sup> *O P.S.D. em Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 17 de agosto de 1945, p. 06. APEJE. Ver também *Grande vitória do P.S.D., em Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 04 de janeiro de 1945, p. 05. APEJE. Ver *Dramática explicação do “Coronel” Chico Heráclio: estou com medo*. Jornal Diário da Noite, Recife, 23 de janeiro de 1950. APEJE. Ver *O coronel Chico disposto a enfrentar Etelvino*. Jornal Diário da Noite, Recife, 15 de janeiro de 1957. APEJE.

<sup>132</sup> *Chico Heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém!* Revista Manchete, N° 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953, pp. 52-53. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE.

<sup>133</sup> Essas informações sobre o poeta Ernesto Cândido ver VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, p. 137.

E, os seus correligionários  
Chegando tudo de eito.  
A Glória do Goitá  
Já está em suas mãos  
Carpina, Pau d'Alho, São Lourenço,  
Vitória de Santo Antão,  
Paulista, vai mais ou menos,  
Gravatá, Bezerras, Moreno,  
Escada e Jaboatão.

Buíque e João Alfredo,  
Nazeré e Surubim,  
Escada, Cabo, Catende,  
Pesqueira, Belo Jardim,  
Lagêdo e Limoeiro,  
Bonito e São Joaquim.

Bom jardim e Rio Branco,  
Orobó e Umbuseiro,  
Ele tem a votação,  
Quase como em Limoeiro.  
O coronel de persí,  
Conta com 40 mil,  
Em um cálculo verdadeiro.

E ainda fica o resto  
Que não quero falar  
Que são muitos municípios  
E todos querem votar  
É uma sopa no mel  
E ainda tem pro Coronel  
Uns 10 mil na capital.  
O Coronel vai eleger  
O Governo do Estado.

Também uns 20 prefeitos,  
E uns 12 deputados,  
Sendo 2 Federais  
Dez estaduais,  
Será o resultado<sup>134</sup>.

Ao longo destes versos é possível perceber a intensa preocupação do poeta em deixar clara a força política que Francisco Heráclio mantém no município de Limoeiro como em todo estado de Pernambuco por ocasião do pleito em 1954. O poeta procura transmitir a idéia de que Francisco Heráclio continua sendo um atuante líder político.

É importante ressaltar que, se nos pleitos de 1945, 1950 e 1952 o PSD tinha suas ações pautadas numa certa coesão interna, em 1953 já podemos observar forte embate no interior do partido por parte de alguns políticos, como Francisco Heráclio. As diretrizes adotadas pela direção do partido – sobretudo em nível estadual – estariam contrariando interesses de inúmeros políticos, principalmente no interior do estado. Essas novas diretrizes foram, em princípio, definidas por Etelvino Lins logo após a vitória ao governo do estado, em 1952, diante da vacância do cargo com a morte, em 24 de agosto daquele ano, do governador Agamenon Magalhães<sup>135</sup>. Etelvino Lins é eleito com o apoio de Francisco Heráclio e de inúmeras lideranças políticas do interior do estado, compondo uma coligação de partidos conhecida como a “*Coligação Democrática Pernambucana*” ou “*União Sagrada dos Partidos*”, composta por o PSD, a UDN, o PDC, o PL entre outros. Esta é a primeira vez, desde a criação dos partidos em 1945, que pessedistas e udenistas realizam aliança política<sup>136</sup>. Após a vitória, setores do PSD – grupo político em que se

---

<sup>134</sup> Arquivo pessoal. Ver este cordel em seu formato original no anexo, pp. 178-186. Estes versos também se encontram publicados na obra de VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, pp. 137-139.

<sup>135</sup> Agamenon Magalhães tinha sido eleito governador do estado de Pernambuco em 1950 para um mandato de quatro anos, com sua morte e diante da inexistência nesse período do cargo de vice-governador, é realizado um novo pleito onde é eleito um dos maiores representantes em Pernambuco do PSD, Etelvino Lins. O mesmo tinha sido, durante a vigência do Estado Novo em Pernambuco, secretário de Segurança Pública. Além disso, foi um dos responsáveis pela consolidação do PSD em Pernambuco sendo eleito senador da República nas eleições de 1945, durante a Redemocratização do Brasil.

<sup>136</sup> Em sua autobiografia intitulada *Um depoimento político, episódio e observações*, Etelvino Lins decorre sobre a morte do governador Agamenon Magalhães ocorrida em 24 de agosto de 1952, e narra sua experiência durante as eleições ao governo do estado em 1952, bem como os dois anos em que foi chefe do

insere Francisco Heráclio – passaram a divergir da política trilhada pelo governador que, àquela altura, mantinha pretensões de concorrer às eleições presidenciais em substituição a Getúlio Vargas<sup>137</sup>. Para tanto Etelvino Lins – que durante a vigência do Estado Novo participara do executivo estadual e permanecera fiel às determinações políticas tanto do presidente Getúlio Vargas quanto do interventor em Pernambuco Agamenon Magalhães – passa a adotar, durante seu governo, algumas posturas políticas que desagradam a fortes segmentos do PSD a níveis estadual e nacional.

Eleito em 23 de outubro de 1952 e tendo tomado posse em 12 de dezembro deste mesmo ano, Etelvino Lins cumpre um mandato de dois anos. Segundo Dulce Chaves Pandolfi, “a escolha do seu secretariado passa pela coligação partidária que o elegeu. Evidentemente que ao PSD cabia uma maior representação, mas a UDN, o PDC e o PSP também receberam o seu quinhão”<sup>138</sup>. Mas, como parte de seu plano para chegar ao Catete, em 1953 o governador passou a permitir que diversos cargos, principalmente das autoridades policiais, fossem ocupados por integrantes de outros partidos considerados adversários do PSD<sup>139</sup>. Apesar de os vários partidos que compõem a coligação com o PSD participarem da administração do estado, existia uma espécie de acordo tácito com o executivo estadual de que os cargos de autoridades policiais eram nomeações restritas aos antigos líderes políticos pessedistas<sup>140</sup>, como ocorria em Limoeiro<sup>141</sup>. Essa mudança de

---

executivo estadual. Ver, LINS, Etelvino. *Um depoimento político, episódios e observações*. Rio de Janeiro: editora Bagaço, 1977.

<sup>137</sup> Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *As eleições em Pernambuco de 1950 a 1954* IN LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: editora Massangana, 1986, pp. 91-112.

<sup>138</sup> Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *As eleições em Pernambuco de 1950 a 1954* IN LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: editora Massangana, 1986, pp. 101.

<sup>139</sup> Em outros momentos da história política de Pernambuco foi utilizada também a prática da destituição das autoridades estaduais, principalmente nas cidades do interior do estado. Isso poderá ser observado durante a atuação do interventor federal no estado, Demerval Peixoto, cuja finalidade era interferir nos resultados do pleito de 19 de janeiro de 1947 para o executivo e legislativo estadual.

<sup>140</sup> O ato de nomear delegados ou quaisquer outras autoridades era prerrogativa que acompanhava o prestígio de alguns políticos nos estados desde a Primeira República. Com as mudanças processadas pelo executivo de Pernambuco em 1953, esta prerrogativa passa a ser da Secretaria de Segurança do Estado. Sobre a prerrogativa de alguns políticos nomearem as autoridades policiais e judiciárias, ver RAYMUNDO, Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: Globo, 2001, p. 713.

<sup>141</sup> Sobre a substituição do delegado de polícia de Limoeiro que de alguma forma era ligado ao PSD local por uma autoridade policial inserida em outro grupo político Ver VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, pp. 141-142. No que se refere à concessão aos cargos de polícia ver

orientação política do governador é melhor percebida ao acompanharmos atentamente as notícias publicadas pela imprensa:

Ontem finalmente o caso teve desfecho. O governador enviou a Limoeiro, como delegado especial, o coronel Higino Belarmino, que levou consigo os atos demitindo o delegado e outras autoridades daquele município. Fez-se acompanhar o seu próprio destacamento...<sup>142</sup>.

Em alguns municípios de Pernambuco essa foi uma decisão do governo estadual em nome de uma política renovadora e de entendimento com outros grupos políticos. Nesta mesma matéria outros municípios como Bom Jardim e João Alfredo, locais onde Francisco Heráclio mantinha influência, não são poupados por estas determinações do governo estadual<sup>143</sup>. Ou seja, esses municípios também sofreram interferência do governo estadual em assuntos que, tradicionalmente, eram restritos ao executivo municipal ou a determinado líder político. A reação contra estes procedimentos transparece em alguns discursos em que Francisco Heráclio combate de modo enérgico as medidas tomadas pelo governador Etelvino Lins:

Não me conformo é com que um dos maiores traidores do partido tenha tanto valor diante do mesmo, a ponto de se tentar diminuir um velho correligionário que, ao partido tenha dado tudo, até expondo a própria vida... Porque se diminui um velho correligionário em benefício de quem chega pela porta dos fundos<sup>144</sup>.

---

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política*. Recife: editora Massangana, 1984, pp. 152-154.

<sup>142</sup> *Afastou-se da política o Sr. Francisco Heráclio do Rêgo*. Folha da Manhã. Recife, 03 de junho de 1953, pp. 01 e 12. APEJE.

<sup>143</sup> Outros municípios sobre a direção de outros chefes políticos ligados ao PSD como é o caso de Serrita, onde Chico Romão, nomeado pela imprensa de coronel, também reage ao direcionamento tomado por setores do PSD, principalmente aqueles ligados ao governador de Pernambuco. Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *As eleições em Pernambuco de 1950 a 1954* IN LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: editora Massangana, 1986, pp. 91-112.

<sup>144</sup> *Coronel Francisco Heráclio continua fiel ao PSD*. Folha da Manhã. Recife, 06 de junho de 1953, pp. 01 e 10. APEJE.

Durante uma longa entrevista concedida à revista Manchete em julho daquele ano, afirma ainda,

Dei vitórias seguidas ao PSD e no tempo de meu amigo Dr. Agamenon Magalhães nunca fui incomodado. Agora, sem minha autorização, o governador manda mudar delegados em todos os municípios eleitorais. Isto é uma desconsideração... Ele preferiu agradar aos inimigos do que prestigiar um correligionário<sup>145</sup>.

Em parte, essas declarações representam o descontentamento de amplo segmento do PSD, sobretudo das cidades do interior do estado que se manifestaram por meio de inúmeras matérias nos jornais em circulação no estado<sup>146</sup>. A troca de acusações dentro do próprio partido passou a ser intensa, chegando mesmo a extrapolar as fronteiras políticas de Pernambuco e tendo ressonância na Câmara Federal. Isso se faz notório na repercussão de uma das cartas destinadas a Francisco Heráclio em que o governador aceita seu pedido de afastamento político do quadro partidário do PSD<sup>147</sup>. Para o governador,

Melhor examinando os motivos... Resolver aquiescer ao desejo que manifesta o velho correligionário de afasta-se das atividades político-partidárias no Estado... Assim, quero, mais uma vez, expressar o meu firme e inabalável propósito de trabalhar, sem desfalecimento, por essa política de compreensão, de entendimento, enfim de cordialidade democrática, entre os diversos partidos.

Sentido, entretanto, que o velho correligionário não participe também desse mesmo espírito de renovação política, que ora surge em Pernambuco e começa a empolgar o país, deixo-o à vontade na espontânea e franca atitude...<sup>148</sup>.

---

<sup>145</sup> *Chico Heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém!*. Revista Manchete, N° 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953, pp. 52-53. Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

<sup>146</sup> *Pelo interior, há muita gente sofrendo de meu mal*. Jornal Diário da Noite. Recife, 05 de junho de 1953. APEJE.

<sup>147</sup> É importante ressaltarmos que apesar de ter seu pedido de afastamento do PSD aceito por Etelvino Lins, Francisco Heráclio apenas se afasta do círculo majoritário de decisão dentro do partido. Mesmo apoiando em 1954 ao governo do estado João Cleofas, candidato pela UDN, Francisco Heráclio continua filiado ao PSD.

<sup>148</sup> *Notas políticas*. Folha da Manhã. Recife, 04 de julho de 1953, p. 03. APEJE.

A publicação desta carta na imprensa deixa transparecer o gradual afastamento de Francisco Heráclio do quadro majoritário do PSD. Sobre esta carta em particular e diante de sua repercussão no cenário nacional o jornal Folha da Manhã passa a reproduzir várias reportagens que circulavam na imprensa, principalmente do Rio de Janeiro. Noticia aquele jornal que a referida correspondência fora lida na Câmara Federal e, por meio de um requerimento elaborado por deputados do próprio PSD, transcrita nos Anais do Congresso<sup>149</sup>. Nesse mesmo momento um de seus filhos, Heráclio do Rêgo, que era deputado federal, em discurso pronunciado na tribuna da Câmara Federal e publicado no jornal Folha da Manhã de 26 de junho de 1953, rompe com o governo estadual. Também contrários às posições adotadas pelo governador, inúmeros deputados estaduais da bancada do PSD de Pernambuco reagiram recorrendo à Tribuna da Assembléia Legislativa de Pernambuco e declarando-se indignados diante daquela posição adotada pelo executivo<sup>150</sup>. Alguns parlamentares estaduais, seguindo a decisão de Heráclio do Rêgo, chegaram mesmo a retirar seus apoios ao governo, principalmente os que dependiam diretamente do apoio político de Francisco Heráclio; outros, por serem fiéis às suas orientações e terem outros laços além do político, como é o caso do sobrinho Veneziano Vital do Rêgo e seu filho Francisco de Moraes Heráclio<sup>151</sup>. Todos os políticos descontentes com a postura adotada pelo governador Etelvino Lins, que neste momento detinha o apoio de boa parte dos membros do Partido Social Democrata, passaram a compor um segmento dentro do partido conhecido como *pessedistas históricos*, do qual faz parte Francisco Heráclio.

É, portanto, a partir de meados de 1953 que a interferência do estado no município de Limoeiro - interferência essa contrária aos interesses de Francisco Heráclio - é intensificada e passa a ser divulgada por parte da imprensa que apoiava a nova orientação política do executivo estadual. Não por acaso esta imprensa passa a comentar tais ações do governo como uma campanha de libertação de Pernambuco e de Limoeiro.

---

<sup>149</sup> *A carta do governador Etelvino Lins será inserta nos Anais do Congresso*. Folha da manhã. Recife, 09 de junho de 1953, pp. 01 e 12. APEJE. Ver também o discurso pronunciado na Câmara Federal pelo deputado federal Heráclio do Rêgo sobre os novos acontecimentos ocorridos em Pernambuco. Folha da Manhã. Recife, 26 de junho de 1953, p. 07. APEJE.

<sup>150</sup> *Discurso do deputado Heráclio do Rêgo*. Folha da Manhã. Recife, 26 de junho de 1953, p. 07.

<sup>151</sup> *Dirigem-se ao governador os deputados heraclistas*. Folha da Manhã. Recife, 06 de junho de 1953, pp. 01 e 10. APEJE.

Para Limoeiro, o mês de junho descortinou como um símbolo de esperança, quando uma nova era começou em nossa terra com a queda do feudalismo municipal, graças a ação do ‘libertador’ dos limoeirenses, o Dr. Etelvino Lins... Felizmente, para todos nós a ‘República de Limoeiro’ ruiu, seu povo agora está emancipado<sup>152</sup>.

Esse discurso da libertação de Limoeiro é, durante o pleito de 1954, intensamente utilizado pela oposição estadual e principalmente local, como podemos observar nas inúmeras páginas de um dos jornais daquele município: o Libertador<sup>153</sup>. Este jornal, que provavelmente circulou também em municípios circunvizinhos, era um dos grandes responsáveis pela propaganda das ações do governador naquela cidade<sup>154</sup>. Além de na imprensa, este discurso em que é invocada a libertação do município de Limoeiro em relação a Francisco Heráclio poderá também ser observado num folheto de cordel entre os produzidos naquele período.

É chegada a ocasião  
De libertar Limoeiro  
Extirpando de antemão  
O jugo do cativoiro.

Limpendo nosso terreiro  
Dessa praga de antão  
Apoiando com razão  
O nosso irmão verdadeiro.

De pronto o que é preciso  
É haver entendimento

---

<sup>152</sup> *Primeiro de junho uma data histórica para Limoeiro*. O Libertador. Limoeiro, 29 de agosto de 1953, p. 04 e 06. APEJE.

<sup>153</sup> Ver também as seguintes reportagens, *Paz e concórdia em Limoeiro!* O Libertador. Limoeiro, 29 de agosto de 1953, p. 05. APEJE. Neste mesmo jornal é interessante analisar também a seguinte matéria: *Nós e a hidra de lerna*, p. 03.

<sup>154</sup> Além do jornal *O Libertador*, localizamos no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE) alguns números de periódicos que circulavam entre os anos de 1945 a 1955 naquele município e em outros circunvizinhos, que de certo modo também versam sobre o cenário político de Limoeiro e daquela região. Ver, *Tribuna de Camocim*. 1 (1/7) jan/ago. 1954. Dir.: José Helton Coelho; *Tribuna do Bonito*. 1 (2/3) jan/fev. 1954. Dir.: Paulo Viana Queiroz.

Entre as correntes locais  
Dando esforços iguais.

Em prol do soerguimento  
Pois é chegado o momento  
De mãe, filhos e pais  
Desabafar seu lamento<sup>155</sup>.

Essa campanha em defesa das ações do governo do estado, registrada na imprensa e nos folhetos de cordéis, torna-se importante para que se possa compreender em certa medida o cenário político estadual onde “*A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*” será lançada através das páginas do jornal Folha da Manhã, em 1953. Assim, a veiculação pela imprensa dessa série de reportagens não se dá por acaso, mas se insere na estratégia política da oposição a Etelvino Lins, procurando fortalecer a imagem de Francisco Heráclio com vistas às futuras eleições de 1954.

Diante dessas incertezas e da acirrada disputa de poder que se observa no cenário político de Pernambuco, Francisco Heráclio procura manter e consolidar uma imagem de liderança e força política buscando, assim, recuperar sua posição. Como vimos, seu poder e sua influência política passaram a ser contestados em razão de uma diferente orientação política trilhada pelo governo estadual, concorrendo para o fortalecimento de outros partidos e outros políticos.

Nesse sentido, uma das estratégias adotadas por Francisco Heráclio é o retorno ao passado como forma de legitimar seu poder, seu prestígio e sua liderança política constantemente ameaçados naquele momento por novas forças políticas. Para a socióloga Maria Auxiliadora Lemenhe, que pesquisou sobre a atuação política da família Bezerra no estado do Ceará entre os anos de 1960 e 1980, “*a idealização do passado naturaliza o poder político e econômico no presente*”<sup>156</sup>.

---

<sup>155</sup> Estes versos foram reproduzidos na obra de VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. Op. Cit. pp. 142-143. Estão também publicados por RÊGO, André Heráclio do. *Famille et pouvoir regional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*. Paris: editora L’ Harmattan, 2006, p. 246. Vale ressaltar que neste folheto não consta o nome do poeta.

<sup>156</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995, p. 81.

Podemos perceber, na série jornalística “*A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*”, uma excessiva preocupação com o passado de forma a construir e associar um conjunto de imagens e símbolos positivos em torno de Francisco Heráclio. Esse capital simbólico, como pensa Pierre Bourdieu, é o:

Poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo... poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização<sup>157</sup>.

Em grande medida é este poder simbólico que iremos encontrar em circulação no momento em que o jornalista Clodomir Moraes projeta o passado da vida denominada secreta de seu personagem. Na vasta simbologia que povoa de maneira significativa esta série de reportagens, nossa escrita privilegiará apenas algumas representações onde destacamos: a posição de liderança daquele líder político, apresentada sempre como se adquirida de modo natural<sup>158</sup> ou herdado da família; sua pré-disposição ao trabalho; sua capacidade de servir ao próximo, atribuição confirmada logo ao nascer; e sua bravura, entre outras imagens presentes na narrativa da “*Vida Secreta*”.

Essa série de reportagens iniciada aos 25 de novembro de 1953 faz várias referências a João Heráclio, pai de Francisco Heráclio. Aproximadamente 20 anos após seu falecimento, João Heráclio tem sua imagem apresentada por Clodomir Moraes como a de alguém incansável para o trabalho. Esta representação se faz transparecer no diálogo travado entre os compadres Miguelinho e João Heráclio, durante a visita daquele por ocasião do nascimento de Francisco Heráclio, o quinto filho de João Heráclio com dona Josefa, aos 05 de novembro de 1885. O diálogo teria ocorrido quando Miguelinho encontra seu compadre no canto da cerca, suando, andando por uma roça de macaxeira.

---

<sup>157</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2000, p. 14.

<sup>158</sup> Sobre esse caráter natural do poder referente a estes chefes políticos, é importante analisar a discussão delineada por GUIMARÃES, Neto Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá, MT: Ed. UFMT, 2006, pp. 135-179.

O velho Miguelinho encontrou com seu Heráclio no canto da cerca que dava acesso ao bebedouro suando este se dirigia por uma roça de macacheira.

- Como é home, hoje não é feriado na sua casa, não? – interrogou seu Miguelinho acrescentando depôs – que virá bicho de tanto trabaia? Qual é o nome do meninu? Já escoieram?

- Desde ontem – respondeu.

- Desde ontem – respondeu seu João Heráclio – que a gente já sabia o nome do menino. É Francisco Heráclio do Rêgo pr’a servir compadre<sup>159</sup>.

O que Miguelinho nos revela é que seu compadre Heráclio, um dia após o nascimento de seu filho Francisco, já se encontrava no roçado, daí sua interrogação “*que virá bicho de tanto trabaia?*” Isso porque quebrava uma tradição muito comum em algumas regiões do Brasil, que é a de tomar o cachimbo e de serem os primeiros cinco dias após o nascimento de uma criança reservados às comemorações pelo acontecido<sup>160</sup>. No entanto, o trabalho é aqui utilizado pelo autor como algo positivo e inerente a determinados homens. É enfatizado em diversas passagens da matéria como uma herança imaterial transmitida de pai para filho<sup>161</sup>. Em outras palavras, o trabalho é operacionalizado constantemente pelo autor para justificar ou reforçar o lugar do líder político que exerce Francisco Heráclio pelos seus esforços em prol do município de Limoeiro e em outros locais onde exercia influência política<sup>162</sup>.

Esse discurso acerca da disposição para o trabalho parece ser legitimado já na escolha do nome daquela criança, como pode ser observado no diálogo entre os dois compadres. É ainda muito presente em inúmeras famílias o costume de nomear seus filhos de acordo com o calendário religioso, como gratidão pela graça alcançada e respeito ao

---

<sup>159</sup> *A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 25 de novembro de 1953, pp. 01 e 14. APEJE.

<sup>160</sup> É costume ainda muito presente em algumas áreas do Nordeste e do Brasil, beber-se o cachimbo após algum nascimento. Ou seja, após o nascimento de uma criança, reúnem-se na casa dos pais aqueles mais achegados à família para festejar o acontecimento, momento em que é oferecida uma bebida composta de cachaça, água e mel. Essa bebida é preparada previamente e apreciada apenas após o nascimento.

<sup>161</sup> Sobre herança ou tradição passada de pai para filho ver ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica da masculinidade* IN Margareth Rago, Luiz B. Lacerda Orlandi, Alfredo Veiga (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2005. pp. 111-121.

<sup>162</sup> No que diz respeito à influência política em outros municípios ver a seguinte matéria: *Farei dois deputados dentro do Recife!* Jornal Diário da Noite. Recife, 24 de janeiro de 1950. APEJE.

santo. Aos cinco de outubro de 1885, dia em que ocorrem as festividades a São Francisco de Assis, nascia o quinto filho de João Heráclio do Rêgo que, a propósito, teria sua graça em homenagem ao santo.

Dentre os inúmeros santos, São Francisco de Assis possui notoriedade entre os fiéis católicos justamente por ser visto como alguém que renegou sua riqueza e dedicou-se a servir aos humildes. Pelo que pode ser observado, não se trata simplesmente de colocar o nome da criança de acordo com o santo do dia, mas ao afirmar “*é Francisco Heráclio do Rego pr’a servir compadre*”, o texto da “*Vida Secreta*” publicado nos jornais procura produzir uma imagem de alguém que veio ao mundo marcado pelo pai para servir ao próximo em quaisquer circunstâncias. Ainda em entrevista ao Jornal Diário da Noite é possível encontrar Francisco Heráclio ratificando qual seria a sua verdadeira missão enquanto político.

Não esqueça de que sempre o meu intuito é de melhorar a sorte dos que nada – ou quase nada – possuem... Trato o eleitor pobre melhor do que aquele que goza de qualquer privilégio, além do direito de ver o sol nascer e morrer<sup>163</sup>.

A representação como alguém predestinado a servir aos pobres é reforçada no contato com outros enunciados a expressar esta mesma imagem. A liderança política de Francisco Heráclio não é pensada como resultado de relações políticas e sociais, e sim, elaborada como resultado de uma herança familiar associada a uma graça divina. Nesse sentido, um dia após a publicação na imprensa que narra a conversa entre os dois compadres, o Jornal Folha da Manhã traz em suas páginas mais um capítulo sobre “*A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*”, apresentando um diálogo entre o velho Miguelinho e a dona Guilé, parteira do lugar.

No terreiro o velho Miguelinho foi logo topando com siá Guilé e perguntando se o mesmo havia chorado no ventre. O pessoal do lugar dizia sempre que algumas crianças antes de nascer choramingavam no ventre. Nessas ocasiões era prudente as mães não revelarem o fato a

---

<sup>163</sup> *Farei dois deputados dentro do Recife!* Jornal Diário da Noite. Recife, 24 de janeiro de 1950. APEJE.

ninguém antes do parto senão tudo perdia o efeito. Os meninos que choravam no ventre geralmente vinham ao mundo dotado de inúmeras virtudes sobrenaturais e de muita sorte.

- Choro, siá Guile?

- Vomicê acredita nisso, seu Miguelinho?

Hum! Não sei, não. Mas, porém, vejo dize qui meninu que chora na barriga nasce aduvinhão. Aduvinha até o dia que vai chovê. E nasce p'ra manda nus outro mesmo que seja pretu. Não vê esse tal de Patrocini qui ta mandandu acabar c'a inscravidão? É pretu que nem anú e manda mais que o comendadô. Chorou nu ventre da mãe três dias antes de nascê<sup>164</sup>.

Francisco Heráclio é apresentado como se dele emanasse a essência de um grande político, adquirida misteriosamente ainda no ventre de sua mãe. Isso é possível ser observado no diálogo que se estabelece entre Miguelinho e a senhora Guilé, descrita como respeitada parteira do lugar. O diálogo é construído de forma a não deixar dúvidas sobre o fato de aquela criança ter chorado ainda no ventre de sua mãe. E quando tal raro fenômeno se dava, possivelmente a criança seria dotada de inúmeras virtudes. Para Miguelinho, compadre de João Heráclio, chorar no ventre da mãe era forte sinal de que a criança nasceria para mandar, ainda que nascesse de cor negra. Como exemplo citava o José do Patrocínio, negro que durante o fim do Império estava mandando acabar com a escravidão, pois mesmo sendo preto como um anu<sup>165</sup> mandava mais que o comendador. Um outro elemento passivo de observação neste diálogo é a maneira com que o autor faz menção às pessoas negras. Um negro, seguindo o entendimento do autor, jamais poderia ocupar uma posição de destaque na sociedade. Quando tal fato se dava, como no caso de José do Patrocínio, seria fruto do fato de haver, alguns dias antes do nascimento, chorado no ventre da mãe.

Em seus capítulos iniciais, Clodomir procura associar o nascimento de Heráclio a sua posição de legítimo líder político não pela força humana, mas pela providência divina. Essa construção continua a ser projetada pelo autor ao voltar-se agora para a infância e juventude de Francisco. Para tanto, passa a descrever certos acontecimentos que o

---

<sup>164</sup> *A vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*. Jornal folha da Manhã, Recife, 26 de novembro de 1953, pp. 03 e 10. APEJE.

<sup>165</sup> Trata-se de um pássaro de coloração preta, facilmente encontrado em toda a extensão da região Nordeste.

caracterizam como bravo e destemido diante de qualquer perigo. Dentre os inúmeros relatos publicados de sua suposta vida secreta, destacamos o seguinte trecho:

Já contava dez anos quando um dia, debaixo de um pé de jenipapo, topou com um dos filhos de Zé Praxedes que havia lhe prometido uma surra. Era Expedito, garoto traquina, forte e acostumado a amansar burro de um ano... Tu anda mexendo cum m'as irmã, tu vai vê agora cuma é qui se ensina gente incherida.

A luta foi inevitável... Chico era baixo e grosso. Expedito, mais velho, era alto e corpulento... Numa reviravolta Chico acertou uma “cepada” no olho de Expedito que viu estrelas... Depois dessa briga Chico foi reconhecido como o bonsão das redondezas<sup>166</sup>.

Como fica evidenciado, essa não foi uma luta entre garotos de forças equivalentes. O filho de Zé Praxedes é apresentado como um garoto mais velho, experimentado em conflitos com outros garotos e na arte de amansar animais. Tal desigualdade, no entanto, não se fez suficiente para amedrontar o menino Chico que, embora contasse com apenas dez anos, ao partir para o confronto torna-se o vencedor. Essa imagem projeta Francisco Heráclio como alguém que, embora de pouca estatura, é capaz de vencer o opositor, ainda que alto e forte. E a partir de então passa a ser reconhecido pelos outros garotos como o mais destemido das redondezas.

Vale ressaltar a sutil preocupação em nomear Chico como um menino de baixa estatura, o que faz de sua vitória um notório espetáculo frente ao corpulento e alto filho de Zé Praxedes. Esse desigual confronto travado entre o gigante e o pequeno Chico em muito se assemelha a uma das passagens da Bíblia que narra a luta entre o menino Davi e o gigante Golias. Essas representações de figuras mitológicas ou religiosas, de acordo com Bourdieu, executam uma função política e social na medida em que são mecanismos capazes de estabelecer ou impor uma legitimação de um determinado grupo social<sup>167</sup>.

---

<sup>166</sup> *A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 27 de novembro de 1953, pp. 03 e 12. APEJE.

<sup>167</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2000, pp. 07-16.

Ainda sobre o relato acima, o filho de Zé Praxedes queixa-se de que Chico haveria “*mexido*” com suas irmãs, sendo este um dos principais motivos do confronto. A utilização do termo “*mexido*”, feito pelo autor, faz projetar em Francisco Heráclio – de apenas dez anos de idade – um garoto avançado entre os demais do lugar. Podemos assim pensar que seu interesse precoce por meninas é utilizado para comprovar e não permitir quaisquer dúvidas quanto a sua masculinidade. Mas a coragem de um garoto ainda tão pequeno parece não se limitar aos enfrentamentos com outros garotos. Noutro momento, o autor descreve o que poderia ser considerado um grande confronto do menino Chico, desta vez com um lobisomem que amedrontava todos os moradores da região.

O menino Chico era o maior amigo do preto Hilário. Este contava história de gente valente, destemida; de homem que tinha sangue nos olhos e brigava com lobisomem e com onça pintada... Por causa dessa história Chico passou a noite acordado de traz se uma baraúna, certo de topar com o lobisomem de que falavam os trabalhadores das Vertentes. Queria também dar uma punhalada num bicho desses que vez por outra estava dando cabo das ovelhas do coronel João Heráclio. Depois de três noites de vigília só encontrou um mísero jegue aleijado inofensivo<sup>168</sup>.

É sabido que ainda são cultivadas no imaginário coletivo e individual inúmeras histórias em que é possível encontrar a figura de lobisomens que, em certas noites, aparecem trazendo prejuízo e medo em determinadas localidades. Mais uma vez foi a bravura do menino Chico que o fez esperar por três noites aquela misteriosa assombração. Assim, Francisco Heráclio vai sendo projetado como o único capaz de enfrentar não só outros garotos como o filho de Zé Praxedes, mas também aquela temida e invencível criatura da história do preto Hilário, de quem Chico seria seu maior amigo.

Ao ser apresentado como o grande amigo de Hilário – um ex-escravo de sessenta anos que havia estado na Guerra do Paraguai – também constrói e legitima um lugar, isto é, faz de Chico alguém que está próximo a todas as pessoas, não importando a cor ou posição social. Essa construção que permeia sua história secreta emite importantes signos capazes

---

<sup>168</sup> A *Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 28 de novembro de 1953, pp.01 e 10. APEJE.

de desfazer qualquer tipo de suspeita quanto a sua relação com os mais pobres e negros. Ou seja, ao tornar-se um homem rico, em grande parte por herança do pai, é apresentado como alguém a quem a riqueza parece não ter impedido a aproximação com os mais pobres, onde a cor em nenhum momento é tida como empecilho para uma convivência sem barreiras. Este aspecto, portanto, já é algo determinado logo ao nascer, pois segundo João Heráclio, aquela criança havia nascido para servir: daí o nome “*Francisco*”.

A bravura e a coragem são representações também reafirmadas com frequência. Um dos atos de bravura realizados pelo jovem Francisco Heráclio teria sido durante um encontro com “*Pilão Deitado*”, um temido cangaceiro da região que, naquele momento, compunha o grupo de Antônio Silvino<sup>169</sup>. O perigo do encontro do jovem Chico com o temido Pilão Deitado é acentuado diante das descrições feitas pelo autor sobre Antônio Silvino. A presença de Pilão Deitado significava que Antônio Silvino provavelmente estaria nas redondezas e este era considerado pela imprensa como um dos maiores cangaceiros atuantes no Nordeste, representando para todos da região enorme ameaça. Em outra passagem da sua história é narrada a aventura de Chico ao se deparar com uma onça, situação que lhe exigia enorme esperteza e coragem, pois provavelmente tratava-se de um dos animais mais perigosos que habitavam, no início do século XX, algumas regiões do Nordeste<sup>170</sup>. Quando desses dois confrontos Francisco Heráclio era, segundo descrições de Clodomir Moraes, só um rapazola grosso, baixo e amarelo, contando com apenas 15 anos de idade.

A bravura que permeia o suposto conflito com o cangaceiro assim como a luta travada com uma onça, animal temido pela esperteza e velocidade com que ataca suas presas, são histórias que, de modo geral, circulam na tradição oral compondo o imaginário coletivo. Essa imagem de alguém capaz de lidar com tais situações possibilita-nos pensar sobre a produção de um lugar estratégico onde Francisco Heráclio é apresentado como um indivíduo que, mesmo jovem, é investido de uma coragem invejável. Nesse sentido, a construção da imagem de alguém destemido é reforçada mais uma vez pelo agora jovem

---

<sup>169</sup> Sobre Antônio Silvino podemos afirmar que popularmente é tido como um dos mais perigosos cangaceiros que agiu no estado de Pernambuco.

<sup>170</sup> Ver também *A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo* Jornal Folha da Manhã, Recife, 02 de dezembro de 1953, p. 05. APEJE.

capitão<sup>171</sup>, respeitado por todos do lugar, e inclusive requisitado constantemente para resolver diversos conflitos no município de Limoeiro e em inúmeros municípios circunvizinhos.

O capitão era um jovem de espírito prático e a essa altura já todo mundo o procurava para resolver questiúnculos de terras, por sinal, muito comuns entre os camponeses pobres. Tê, tê, tê vamos falar com o capitão Chico Heráclio, acerta com o capitão Chico, ver o que é que diz o capitão Chico Heráclio etc, etc. nascia nele o espírito de líder político ainda incipiente. Ninguém fazia uma coisa sem consultá-lo... Mas o capitão era um homem democrata<sup>172</sup>.

Não é revelada a idade com que adquire sua carta patente de capitão da Guarda Nacional como anuncia o autor. Porém, não mais encontramos aquele garoto a lutar com outro garoto, com um cangaceiro ou com uma indomável onça. Temos agora uma autoridade reconhecida oficialmente pelo estado, ou como afirma Pierre Bourdieu “*por uma instância oficial, universal*”<sup>173</sup>, e tal reconhecimento o legitima a defender o município de Limoeiro contra possíveis invasões, seja da Coluna Prestes ou dos comunistas. Essa imagem é reforçada por Clodomir Moraes ao apresentar outros elementos que o caracterizam enquanto autoridade, pois “*ninguém fazia uma coisa sem consultá-lo*”. E, ao mesmo tempo, este jovem capitão é representado como “*um homem democrata*”. Esses aspectos estão relacionados e são entendidos pelo autor como positivos uma vez que denunciam um incipiente espírito de um líder forte e democrático.

A capacidade de proteger e policiar aquele município é publicada em seu último capítulo, onde vamos encontrar Francisco Heráclio do Rêgo de rifle na mão, liderando uma guarnição de voluntários, com o intuito de defender Limoeiro dos comunistas durante as

---

<sup>171</sup> Em um outro trecho da “*Vida Secreta*” é narrado que seu pai lhe tinha presenteado com uma patente de capitão da Guarda Nacional.

<sup>172</sup> A *Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 03 de dezembro de 1953, pp. 03 e 14. APEJE.

<sup>173</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2000, p. 148.

inquietações políticas ocorridas na década de trinta<sup>174</sup>. Um desses episódios teria ocorrido quando efetuada, por engano, como é afirmado, a prisão do comendador Lundgren.

As perseguições surgiram também nas revoluções subseqüentes: a de 32 e a de 35. Aliás, não foi ele somente vítima do terror dos revoltosos. Um dia, evadindo-se de Rio Tinto, o comendador Lundgren conseguiu penetrar em Limoeiro. Ao entrar na cidade, não obstante trazer no pescoço um lenço vermelho foi preso pela guarnição de voluntários que defendia a cidade... ‘Em 35, quando explodiu a revolução comunista, Limoeiro estava completamente desprotegida. Desamparados os habitantes, não tardaram a se reunir em torno do coronel Chico Heráclio... ‘No tempo da Coluna Prestes eu lutei que nem mangará’<sup>175</sup>.

Aqui temos um líder político responsável pela defesa do município de Limoeiro. No entanto, não se trata de qualquer proteção: o autor refere-se à defesa de Limoeiro em relação aos comunistas que agora passam a sofrer rigorosa perseguição do governo Vargas e dos interventores estaduais. Todavia, ao defender sua cidade de arma em punho, é apresentado mais uma vez como o único capaz de trazer tranqüilidade a seus amigos e correligionários, chegando mesmo a formar uma guarnição de voluntários sob seu comando.

O suposto incidente com o comendador Lundgren ocorreu durante a intensificação das agitações políticas em nível nacional contrárias ao governo de Getúlio Vargas, organizadas pelos comunistas<sup>176</sup>. É neste momento que o comendador Lundgren, pertencendo a uma das famílias mais ricas e influentes de Pernambuco, diante da

---

<sup>174</sup> *A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 10 de dezembro de 1953, p. 07. APEJE.

<sup>175</sup> *A Vida Secreta de Francisco Heráclio do Rêgo*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 10 de dezembro de 1953, p. 07. APEJE.

<sup>176</sup> Em Recife, um dos envolvidos com o movimento comunista de 1935 foi o comunista Gregório Bezerra. Segundo o jornalista Ronildo Maia Leite, “*articulada pela Aliança Nacional Libertadora, em nome de uma revolução popular, a revolta de 1935 foi um movimento armado que se notabilizou como Intentona Comunista, designação considerada pejorativa por alguns historiadores... A ação dos revoltosos demorou somente quatro dias...*”. Ver LEITE, Ronildo Maia. *As formalhas de março: história das eleições no Recife*. Recife: editora Edições Bagaço, 2002. Vol. I, pp. 115-118. Sobre a Insurreição de 1935 ver, também, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Coordenação: Alzira Alves de Abreu... [et al.]. Ed. rev. e atual. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol. I, pp. 1199-1200.

turbulência política em local conhecido como Rio Tinto no estado da Paraíba<sup>177</sup>, é levado a realizar inesperada fuga para a cidade de Limoeiro, onde os conflitos são narrados como sendo de menor monta. No entanto, ao tentar adentrar à cidade, é preso por usar um lenço vermelho, cor que momentaneamente o leva a ser identificado como possível comunista. A prisão de um comendador, mesmo que por engano, sugere, entre outras coisas, uma demonstração de poder e controle exercidos por Francisco Heráclio naquela região. Controle e poder que faltavam ao comendador Lundgren, daí sua chegada repentina àquela protegida cidade do agreste de Pernambuco. Logo, como vimos em depoimento do seu Miguelinho, criança que chora no ventre da mãe, mesmo que seja de cor negra, manda mais que comendador.

Ora, toda esta documentação produzida pela imprensa de Pernambuco tem procurado, incessantemente, apresentar aquele político, dentre outras construções, como um líder incontestado, pois mesmo antes de nascer já era incumbido da responsabilidade de – e/ou predestinado a – conduzir politicamente o município de Limoeiro e outros próximos como Paudalho, Carpina, Gloria do Goitá, Lajedo.

---

<sup>177</sup> O Rio Tinto é uma área situada no estado da Paraíba. Ali, provavelmente a família Lundgren dispunha de importantes propriedades. A proximidade do Rio Tinto com o município de Limoeiro poderá ter contribuído para - diante da possível ameaça comunista no Rio Tinto - a visita do “comendador Lundgren” a cidade de Limoeiro.

## Capítulo V

### Literatura de cordel: a representação da imagem de um líder político

Um parêntese é aberto, nesta dissertação, para o relato de aspectos de nossa particular experiência vivenciada no interior do estado de Pernambuco. Tendo nascido numa área de transição entre o que são denominados agreste e sertão de Pernambuco presenciamos, na infância e parte da juventude, inúmeras apresentações de cantadores fazendo repentes e/ou improvisações, principalmente em dias de feiras livres. Nesses locais era possível encontrar, e ainda o é, várias pessoas comercializando cordéis<sup>178</sup>; muitas vezes o próprio poeta realiza este negócio. Uma das estratégias utilizadas pelos vendedores - ou pelos poetas - na tentativa de atrair a atenção de potenciais compradores, era narrar alguns versos ou estrofes, momento em que era formada em torno de si verdadeira roda de ouvintes. Leitura que era majoritariamente compartilhada por trabalhadores rurais ou mesmo pequenos proprietários, muito embora fosse comum também a presença de outros segmentos sociais, todos atentos às mais diversas e fabulosas histórias ali contadas.

Apesar da desconfortável situação de “*meio de feira*”, normalmente em exposição ao sol forte, alguns temas pareciam ter o mágico poder de transportar todos a um outro universo; era como se a força narrativa do poeta e de seus versos nos arrebatasse inteiramente da realidade presente. As histórias narradas poeticamente provocavam reações bastante diversas: aqueles eram momentos de interação social, prazer, risos, mas também de completa indignação a depender do tema e da capacidade do poeta em transmitir seus valores e princípios; assim, tanto mais polemizasse ou gerasse galhofas, mais seriam os folhetos vendidos. Tratava-se das mais variadas histórias, mundos diferentes que os poetas procuravam aproximar do universo daqueles seus ouvintes e consumidores anônimos. Entre os temas mais recorrentes têm destaque: o diabo, mais conhecido como o cão; o padre Cícero Romão; Frei Damião; cangaceiros como Lampião e Antônio Silvino; a carestia;

---

<sup>178</sup> Alguns autores especialistas em cultura popular utilizam em seus estudos o termo literatura de cordel para designar a produção de poesias populares que foram impressas; outros preferem os termos literatura de folheto, folheto de cordel ou simplesmente cordel. Em nossa escrita faremos uso destes termos indistintamente.

direitos sociais e políticos dos trabalhadores rurais; personagens políticos das esferas nacional e estadual.

De modo particular, um dos elementos que mais encantava na performance daqueles repentistas – e que permeia fortemente a produção cordelista da atualidade – está associado a sua musicalidade: uma constante cadência a embalar todos os versos. Observam diversos estudiosos dos cordéis certa oralidade e musicalidade presentes nessa expressão cultural que consiste de textos elaborados para serem, sobretudo, transmitidos oralmente em recitais públicos, facilitando assim a apreensão de seu conteúdo pelos ouvintes<sup>179</sup>. Isso poderá ser mais bem compreendido se pensarmos a produção dessa poesia destinada, em grande parte, a um segmento social predominantemente analfabeto. No entanto, sobre a oralidade presente na literatura de cordel, é significativo o entendimento que Paul Zumthor desenvolve<sup>180</sup>. Ao estudar a voz entre os séculos X e XII, na Europa Medieval, observa a presença de jograis, menestréis e recitadores num momento em que era prática recorrente a leitura em público. Daí preferir a utilização do termo vocalidade, na medida em que abrange uma série de aspectos que perpassam o movimento da fala, como as expressões corporais, entonação e um conjunto de gestos que compõem o ato de narrar em público<sup>181</sup>. Ora, se pensarmos que oralidade e musicalidade são aspectos também comuns na estrutura textual da literatura de folheto aqui no Brasil do século XX e XXI, principalmente em partes do Nordeste onde esta forma de escrita tem maior notoriedade, torna-se visível toda uma gestualística operacionalizada pela figura do narrador durante a declamação.

Essa forma essencialmente oral presente nos folhetos tem se revelado elemento extremamente importante no que diz respeito a seu consumo. Ou seja, alguns temas alcançam considerável receptividade entre o público leitor/ouvinte, principalmente nas camadas denominadas populares; e entre as possíveis razões apontadas para tal, estariam estes aspectos orais e musicais, capazes de facilitar sua apreensão<sup>182</sup>. Gilmar de Carvalho

---

<sup>179</sup> GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Leitura de cordéis em meados do século XX: oralidade, memória e a mediação do "outro"* IN ABREU, Márcia & SCAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetivos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letra, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, SP: Fapesp, 2005. pp. 369-397. Sobre a oralidade e musicalidade presente na literatura de cordel ver também CAVIGNAC, Júlie. *A literatura de cordel no Nordeste do Brasil*. Trad. Nelson Patriota. Natal, RN: editora EDUFRRN da UFRN, 2006.

<sup>180</sup> ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo: editora Cia das Letras, 2001.

<sup>181</sup> ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo: editora Cia das Letras, 2001, p.74.

<sup>182</sup> ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999, pp. 91-108.

afirma na apresentação do livro *Família tradição e poder*, de Maria Auxiliadora Lemenhe, que “o recurso ao cordel... Tem largo alcance no universo sertanejo”<sup>183</sup>.

É pensando nesta recepção e alcance por consideráveis segmentos sociais que procuraremos analisar alguns cordéis em circulação durante a década de 1950, em Pernambuco. Um desses folhetos foi localizado ao longo de nossas incursões pela cidade de Limoeiro enquanto angariávamos depoimentos orais de antigos moradores sobre a atuação política de Francisco Heráclio do Rêgo. Num desses testemunhos Manuel Coutinho<sup>184</sup> narra que durante as décadas de 1950 e 1960 fora eleito vereador em Limoeiro com o apoio daquele saudoso amigo e chefe político. Revela guardar com muito zelo algumas matérias de propaganda política circulantes no período; e entre elas um cordel intitulado “*História política do coronel Francisco Heráclio do Rêgo*”<sup>185</sup>, impresso durante o ano de 1954, ano em que ocorreria campanha eleitoral para estaduais e municipais, do poeta Ernesto Cândido que, segundo Manuel Coutinho, também havia exercido cargo de vereador<sup>186</sup>.

De modo geral, a produção de cordéis exigia do poeta a utilização de recursos próprios, como também poderia ocorrer – e ocorria com determinada frequência – a composição de folhetos por encomenda, prática comum principalmente entre os políticos. Aliás, os cordéis eram usados, e de certa maneira ainda o são, como propaganda e imprensa política. O cordel, ao circular principalmente nas feiras, revela elaborada estratégia narrativa no sentido de levar aos segmentos rurais e urbanos uma série de qualidades/virtudes que, naquele momento, são coladas a Francisco Heráclio.

No cordel “*História Política do Coronel Francisco Heráclio do Rêgo*”, este é representado como um político honrado, heróico e justiceiro. Em face desses positivos

---

<sup>183</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995, p. 13.

<sup>184</sup> Depoimento de Manoel Coutinho de Araújo Pereira, realizado na cidade de Limoeiro em 14 de agosto de 2005.

<sup>185</sup> Arquivo Pessoal. Ver este cordel em seu formato original no anexo, pp. 178-186. Trechos deste folheto foram publicados em 1969 já na primeira edição do livro de VILAÇA, Marcos Vinícios & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, p. 137-139. Ver também publicação em RÊGO, André Heráclio do. *Famille et pouvoir regional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*. Paris: editora L' Harmattan, 2006, p. 244.

<sup>186</sup> São significativos a preocupação e o cuidado com que diversos moradores preservam materiais referentes a políticos de Pernambuco, e mais especificamente referentes a Francisco Heráclio. Nesse sentido, passado meio século de sua publicação, é revelador o fato de o senhor Manuel guardar aquele cordel. A produção desse tipo de literatura não se dava de forma aleatória; tinha uma funcionalidade, uma estratégia, cumpria um determinado papel.

atributos simbólicos, o poeta apresenta a oposição e todos aqueles que não são eleitores de Francisco Heráclio como loucos e idiotas. Nesse cordel, a energia elétrica e a água encanada que servem à cidade de Limoeiro são apresentadas como resultantes de sua ação política, e por tal razão toda população lhe deve o voto; e ainda outras obras poderá realizar, pois tem a sua volta inúmeros correligionários prontos a lhe apoiar nas decisões, correligionários estes espalhados por mais de 30 municípios do interior à capital. Ainda nesse cordel é possível localizar um discurso em que o poeta afirma que todo o povo de Limoeiro sente enorme orgulho daquele líder político.

Outro aspecto a ser considerado no folheto de cordel é a presença de um discurso que permeia o fabuloso, possibilitando que as vidas de seus personagens sejam recheadas de heroísmos, façanhas, providência e graça<sup>187</sup>. Todas estas construções elaboradas pelo poeta, diante das potencialidades oferecidas pela literatura de folheto anteriormente comentada, onde o fabuloso encontra-se extremamente visível, parecem contribuir significativamente para construir e/ou legitimar um lugar de autoridade<sup>188</sup>.

Diante da habilidade com que o poeta oferece significados às palavras, com que conta aquelas histórias, ou ainda como nomeia as pessoas e as coisas, é que a construção de Francisco Heráclio como líder político vai adquirindo, no corpo social, forma e inteligibilidade. Como podemos analisar nas primeiras estrofes do folheto.

Leitores eu peço licença  
Para contar uma história  
De um Chefe político honrado  
Que o povo sempre adora.  
Ele é forte e justiceiro  
O herói de Limoeiro,  
Que não me sai da memória.  
...  
Chama-se Francisco Heráclio  
Este nobre coronel

---

<sup>187</sup> Essa literatura consumida anonimamente em muito se aproxima da análise realizada por Michel Foucault sobre as fábulas FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. (Ditos e escritos). Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 2003. Vol. IV, p. 220.

<sup>188</sup> Na discussão que pretendemos elaborar a seguir privilegiaremos apenas alguns desses elementos presentes neste ou em outros cordéis.

Desmancha toda questão  
Venha de onde vier.  
Vive bem preparado  
Com dinheiro e advogado  
Pra defender seus fiéis.

Vale ressaltar que no pleito eleitoral realizado em 1954, ao qual se refere o cordel analisado, parcela significativa de membros do PSD, conhecidos pela imprensa como pessedistas históricos, não apóia a candidatura extrapartidária de Osvaldo Cordeiro de Farias ao executivo estadual formada pelos PSD, PL, PRT, PSP e dissidentes udenistas<sup>189</sup>. Este candidato é fortemente apoiado pelo então governador de Pernambuco, Etelvino Lins, que liderava um grupo majoritário do PSD. Depois de longo processo de negociações um grupo de dissidentes do PSD, entre eles Francisco Heráclio, em entendimento com a UDN, passa a apoiar a candidatura ao governo do estado do então ministro da agricultura de Getúlio Vargas, João Cleofas, que estava à frente do diretório estadual da UDN em Pernambuco. Em torno de João Cleofas, além da UDN, aglutinam-se o PST, PTN, PTB, PSB e os dissidentes do PSD, os pessedistas históricos<sup>190</sup>.

É, portanto, neste ambiente de disputa política que está inserida a produção deste cordel. O folheto inicia-se de modo cordial com o poeta pedindo aos leitores licença para narrar a história de seu personagem. Passado este primeiro momento de afetuosidade entre o poeta e o leitor, apresenta-nos um conjunto de representações que atribuem àquele político virtuosas qualificações. Trata-se, segundo o poeta, de alguém que carrega consigo as marcas de um homem extremamente honrado. Esse discurso aí produzido procura estabelecer uma espécie de diferenciação ou distanciamento entre este líder político e os demais. Tal aspecto é reforçado quando apresentado como alguém por quem o povo nutre grande admiração.

Valendo-se de rimas e metáforas, o poeta não se limita a apresentar Francisco Heráclio apenas como alguém honrado e a quem o povo tanto adora. Outros discursos

---

<sup>189</sup> Sobre a candidatura de Cordeiro de Faria e a divisão do PSD no pleito de 1954 é significativo analisar também a seguinte matéria: *Política pernambucana*. Revista Manchete, N° 108. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1954. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE.

<sup>190</sup> Sobre este aspecto da política de Pernambuco ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *As eleições em Pernambuco de 1950 a 1954* IN LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: editora Massangana, 1986, pp. 103-112.

passam a ser tecidos na medida em que vai sendo descrito possibilitando o investimento de outras representações simbólicas<sup>191</sup>. Esta incorporação vai ocorrer quando o poeta procura colar naquele líder a imagem – ou símbolo – de um grande herói; ele é descrito, portanto, como “O herói de Limoeiro, Que não me sai da memória”. É importante ressaltarmos que, também associadas à figura do herói, estão agenciadas nestes mesmos versos outras construções imagéticas. Neste sentido o herói apresentado ao “povo” de Limoeiro não é só alguém honrado e forte, é também um justiceiro<sup>192</sup>.

A produção deste discurso em que alguém é nomeado “justiceiro” durante a década de 1950 necessita ser mais bem explicitada. O uso do termo, segundo pudemos analisar, tem naquele momento significado totalmente diverso do empregado atualmente a respeito deste significante. A figura do justiceiro naquele momento, portanto, é a de alguém que não se vale da autoridade que lhe é legitimada para vingar-se de seus supostos inimigos, assim como dos inimigos de seus correligionários, afilhados e amigos. Neste caso, o justiceiro não é visto socialmente como aquele que está às margens da lei, que age por vingança ou é pago para resolver questões; é, isto sim, uma pessoa costumeiramente requisitada para resolver os mais diversos tipos de questões, seja entre seus amigos ou não, e desta maneira promover a paz e a harmonia a todos que o procuram, vindos de onde vierem. De natureza distinta em relação aos cordéis, a análise sociológica apresentada por Marcos Vinícios Vilaça acerca de Francisco Heráclio, estabelece uma aproximação com a imagem do justiceiro apresentada pelo cordel. Para este autor, nos domínios do coronel:

Não há casos de defloração, infidelidade conjugal, homossexualismo... Nessa sua função de polícia e de justiça, de médico e de padre, nada fica encoberto... Ouve queixas, dirime dúvidas, aconselha

---

<sup>191</sup> O termo “*simbólico*”, em nossa escrita, é usado como sinônimo de poder simbólico, como define Pierre Bourdieu. Para este autor, “o poder simbólico é o poder de construir o dado pela enunciação, de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo... O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2000, pp. 14-15.

<sup>192</sup> Ver na nova versão eletrônica do Dicionário Aurélio o verbete sobre o justiceiro: “*Indivíduo que, por sua própria iniciativa ou por solicitação de outrem, e independentemente da lei ou dos poderes constituídos, supostamente repara um mal, esp. por meio de vingança*”.

ou encaminha às autoridades os pleitos que lhe aparecem, quando, o que é raro, ele mesmo não decide tudo<sup>193</sup>.

Mas, como evidenciam outras estrofes do cordel, há determinadas situações que, embora justiceiro, Francisco Heráclio não consegue solucionar. Aos portadores destes difíceis casos cuja resolução pessoal lhe foge ao poder é garantido o acesso a uma outra justiça; para recorrer a esta justiça outros requisitos se fazem necessários, ou seja, é preciso dispor de dinheiro e advogado: requisitos extremamente elevados a um considerável segmento social. Mas esta dificuldade, segundo a poesia, não atinge os que são fiéis àquele nobre coronel, pois é tratado de um homem que vive guarnecido de muito dinheiro e tem à sua disposição os serviços de um advogado. Levando em consideração que o acesso à Justiça é privilégio de reduzido grupo social e que, ao ser este direito garantido aos seus amigos e correligionários, o presente discurso parece produzir e/ou transmitir sensação de segurança e bem-estar. Segurança que emana daqueles que são honrados, fortes, nobres e justiceiros. Diante de tamanhas qualidades inerentes apenas a algumas poucas pessoas lhe é garantido um lugar de incontestável legitimidade e autoridade possibilitando, assim, falar em nome do povo de Pernambuco e, particularmente, de Limoeiro.

Um dado a ser ressaltado ainda no que diz respeito à justiça que Francisco Heráclio oferece é que seu acesso é permitido apenas a um grupo específico de pessoas, mais precisamente apenas às que lhe são constantemente fiéis: “*Vive bem preparado Com dinheiro e advogado Pra defender seus fies*”. Em outras palavras, podemos pensar que o termo fiel era a descrição dada a todos aqueles que atendiam às solicitações deste político nos períodos eleitorais votando nos candidatos por ele indicados e que sempre o apoiavam nas diversas disputas, enfim, o grupo para o qual o “*coronel*” estava sempre do lado da verdade, do justo e do que era certo. Para aquele grupo de amigos, correligionários e afilhados, o contato com a Justiça tornava-se mais acessível uma vez que fatores importantes como dinheiro e serviços de um profissional do Direito eram critérios importantes para esse empreendimento.

Ora, como já vimos anteriormente, a facilidade de circulação dos folhetos de cordel possibilita seu acesso aos vários segmentos sociais, principalmente às camadas de baixa

---

<sup>193</sup> VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003. p. 125.

renda que, em Pernambuco, compunham a maior parte da sociedade neste período. Esta literatura nos é apresentada como uma das possíveis estratégias utilizadas por grupos políticos nas décadas de 1940 e 1950. Sua oralidade e musicalidade permitem que os mais diferentes temas sejam facilmente assimilados e lembrados pelos leitores e ouvintes. Neste sentido, a literatura de folheto era, então, um mecanismo de informação e formação extremamente aceito e consumido pelo povo, onde os poetas procuravam se aproximar ao máximo do universo, das angústias e das crenças religiosas de seus leitores.

Sobre o discurso a respeito do sagrado é significativo pensarmos como o próprio Ernesto Cândido que, assim como outros poetas cordelistas, apropria-se da simbologia religiosa. Em umas das estrofes elaboradas pelo referido poeta encontramos o leitor sendo alertado sobre um outro tipo de justiça, a justiça divina:

Quem votar com este chefe  
Ficará abençoado  
Fica querido do povo  
E será recompensado  
Pode ficar animado  
Porque se tiver pecado  
Por Deus será perdoado.

Num país como o Brasil, a quase totalidade dos segmentos sociais mantém algum tipo de vínculo religioso. Principalmente sobre aqueles ligados à Igreja Católica, que professa uma fé assentada nos dogmas do Cristianismo, o discurso acerca do sagrado tem demonstrado enorme eficácia para delinear comportamentos humanos e políticos<sup>194</sup>. Segundo Bourdieu, os símbolos religiosos tendem a cumprir uma função social e política na medida em que a religião permite estabelecer uma percepção de mundo por meio de um conjunto de práticas e representações simbólicas<sup>195</sup>.

Nesta perspectiva, as representações operacionalizadas pelo poeta procuram afirmar, fazendo uso de uma bem elaborada métrica, certa aproximação entre aquele político e a

---

<sup>194</sup> Neste verso, a imagem acerca do sagrado é utilizada como importante elemento para justificar ou reforçar um discurso político. Sobre a intrincada relação que envolve o sagrado e político, ver LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª edição. São Paulo: editora Papyrus, 1986.

<sup>195</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: editora Perspectiva, 2005, pp. 33-34.

imagem sagrada de Deus. Aproximação, portanto, que o legitima a falar em nome de Deus, de uma ordem divina das coisas, em que é possível determinar o verdadeiro caminho a ser seguido por todos. E é seguindo este caminho, ou os desígnios dos céus, que estes fiéis cristãos alcançarão a bênção, a recompensa e o perdão. A fim de conseguir tamanha graça, não necessitam pagar qualquer tipo de promessa ou fazer caridades, basta-lhes atender a uma única orientação: votar naquele líder político.

Pensando nas disputas eleitorais referentes ao executivo municipal em 1955, um outro poeta popular cujo nome não é revelado também cerca-se de imagens religiosas em sua poesia. Desta feita, os versos não se valem diretamente do nome de Deus, mas narram os pedidos do padre Cícero Romão quando recomenda aos seus fiéis votarem nos candidatos de Francisco Heráclio:

Povo de Limoeiro, quem te fala  
É o Padre do Juazeiro  
Este Padre sertanejo  
Que é grande conselheiro  
Aquele que não me ouvir  
Vai ser tido por vermelho.  
Filho que é contra Pai  
Como também a irmão  
Esta amaldiçoado  
Por padre Cícero Romão.

Eu sou neste mundo  
De Deus o porta-voz  
Tenho feito até milagre  
Por isso prestem a atenção  
Vocês não podem votar  
No tal herói do sertão.  
...  
Todos terão a minha bênção

Como também a salvação<sup>196</sup>.

Falar em nome de algo sagrado justifica a realização de determinadas ações, a definição de condutas morais, assim como escolher a quem seus fiéis deverão dar o voto. Isso é possível uma vez que Francisco Heráclio fala de um lugar definido e aceito socialmente e deste lugar é capaz de monopolizar uma variedade de símbolos religiosos, o que lhe concede chamar para si o poder e/ou a responsabilidade de apontar os caminhos seguros que os eleitores deverão trilhar a cada pleito: só assim terão as bênçãos do padre Cícero Romão e a salvação eterna. É importante ressaltar que o padre Cícero Romão havia falecido ainda durante a década de 1930, mas em várias situações, como no cordel citado, transparece a idéia de que está vivo e a aconselhar os fiéis/eleitores. Ao mesmo tempo, Francisco Heráclio e o Pe. Cícero Romão parecem caminhar juntos e comungar das mesmas orientações religiosas e, sobretudo, políticas.

Trata-se, pois, de refinada estratégia em que o sagrado é utilizado tanto para legitimar e autorizar o poder e a liderança de determinados personagens políticos como para desautorizar as ações de possíveis adversários<sup>197</sup>. Neste caso, os adversários são denominados de “vermelhos” e “herói do sertão”. Vermelho era a designação dada aos comunistas por parte da imprensa. A utilização do termo “herói do sertão” é também uma apropriação pejorativa contra o senhor Jerônimo Cavalcanti, adversário político de Francisco Heráclio e, conseqüentemente, do candidato por ele apoiado durante as disputas eleitorais de 03 de outubro de 1955 ao executivo municipal em Limoeiro. “Herói do sertão”, segundo Vilaça, era o nome de um conhecido personagem de aventura de novela radiofônica que também se chamava Jerônimo<sup>198</sup>.

De acordo com a entrevista de José Vital Duarte de Melo<sup>199</sup>, nesse momento, a candidatura do senhor Jerônimo Cavalcanti recebia apoio financeiro do industrial Octaviano Duarte, sobrinho de Francisco Heráclio. Octaviano, ao apoiar aquele candidato,

---

<sup>196</sup> Trechos deste cordel foram publicados por VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003. pp. 153-154. Ver também, RÉGO, André Heráclio do. *Famille et pouvoir regional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*. Paris: editora L' Harmattan, 2006, pp. 240-241.

<sup>197</sup> Ver LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª edição. São Paulo: editora Papyrus, 1986.

<sup>198</sup> VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, p. 154.

<sup>199</sup> Entrevista de José Vital Duarte de Melo, realizada na cidade de Limoeiro em 20 de outubro de 2006.

divergia das determinações políticas de seu pai e da maior parte da família, e estava especialmente em desacordo com seu tio, Francisco Heráclio<sup>200</sup>. Diante desta disputa familiar, Octaviano não escapa de ser apresentado pelo poeta popular como “*Filho que é contra Pai Como também a irmão Esta amaldiçoado Por padre Cícero Romão*”.

Já nas estrofes seguintes a preocupação do poeta é justamente de apresentar todos aqueles que fazem oposição a Francisco Heráclio do Rêgo como incapazes de oferecer qualquer tipo de proteção a seus eleitores. Para fazer esta projeção à oposição, o poeta utiliza uma seqüência de palavras que procuram minar as supostas qualidades dos inimigos políticos.

Voltando às disputas travadas no pleito de 1954 em Limoeiro, é significativo pontuarmos a capacidade do poeta Ernesto Cândido em desqualificar os opositores a Francisco Heráclio. Neste sentido, afirma em seu cordel intitulado “*História política do coronel Francisco Heráclio do Rêgo*” que:

Em Limoeiro habita  
Um pouco de idiotas  
Que para diminuí-lo  
Inventa todas marmotas.  
Coitados vão terminar  
Doidos na rua a gritar  
Batendo de porta em porta.

A eleição vem aí  
Para tirar a certeza  
É quando eu quero mostrar  
Do Coronel, a grandeza.  
Depois das urnas apuradas  
A oposição derrotada  
Fica tudo na raleza.

---

<sup>200</sup> Sobre esta disputa política é importante ver, também, a seguinte matéria: *Divididos os Heráclios de Limoeiro*. Jornal Diário da Noite, Recife, 25 de agosto de 1955. APEJE.

Os versos do poeta, ao fazerem referência à oposição, procuram desqualificá-la, ou torná-la ilegítima, e para tanto começam por afirmar que no município de Limoeiro existem alguns poucos idiotas. É importante atentar para a preocupação do poeta em enfatizar que tais idiotas representam apenas um reduzido grupo de pessoas. Esta oposição, além de construída como um pequeno grupo de idiotas, sugere ao leitor tratar-se de políticos infames ou indignos e, portanto, não merecedores do apoio dos eleitores, pondo em jogo a capacidade ou a força política deste grupo.

Neste sentido, as ações realizadas pela oposição são de pronto taxadas de marmotas. A utilização deste lugar parece cumprir com muita competência a intenção de pôr em questionamento as práticas agenciadas pela oposição tendo em vista que, usualmente, o significado desta expressão estava associado às ações de fantasmas ou espantalhos. Muitas vezes o termo também era utilizado para desqualificar e reprimir algumas práticas religiosas afro-brasileiras.

Em outro verso podemos observar que será acrescentada a relação de palavras destinadas a identificar a oposição em Limoeiro. O discurso produzido procura, agora, aproximar aquele grupo político do mundo construído para os loucos. Ora, no momento em que se busca enquadrar alguém como louco, uma série de questões são aí perpassadas. O mundo dos loucos é um lugar pouco conhecido pelos considerados normais; ao mesmo tempo sua fala e ações são sucedíveis a emitir signos de desconfiança. Este descrédito, para o poeta, será efetivado quando da abertura das urnas, momento em que se verificará a grandeza e o valor do coronel; enquanto a oposição, desencadeada em Limoeiro por setores do PSD em alianças com outros partidos, será derrotada ficando na “*raleza*”.

Ao fazer referência às fábulas, Michel Foucault entende que esses relatos conseguem, ao sair do comum, do possível aos homens, cumprir uma função estratégica na medida em que é capaz de fascinar ou persuadir<sup>201</sup>. Tomando por base este entendimento podemos afirmar que parte da documentação analisada para esta dissertação tem apresentado várias características, marcas, ações e atitudes acerca de Francisco Heráclio, como algo extraordinário e impossível de ser alcançado pela maioria das pessoas. Sendo

---

<sup>201</sup> FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. (Ditos e escritos, vol. IV). Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 2003, p. 220.

este, portanto, um lugar apenas para os escolhidos, pois são os únicos capazes de serem investidos de tamanho poder<sup>202</sup>.

Reafirmamos, portanto, que o objetivo maior da presente dissertação tem sido o de oferecer outra inteligibilidade ao conjunto da documentação a que tivemos acesso no transcorrer da pesquisa, tanto em relação aos chamados boletins, às matérias publicadas no jornal Folha da Manhã intituladas “*A Vida Secreta do Coronel Francisco Heráclio do Rêgo*”, como à literatura de cordel. É significativo destacar que a análise destes documentos ao longo do capítulo têm como intenção primeira refletir de que modo alguns discursos são capazes de arquitetar, para certos personagens ou grupos familiares, um lugar político e social privilegiado, ao mesmo tempo em que poderá ser utilizado para a desqualificação de algumas outras pessoas também envolvidas no processo político. Noutros termos, tais questões contribuem para o entendimento de como é posta em circulação uma série de representações cujo intuito é materializar, reforçar lugares de poder de determinados indivíduos ou segmentos sociais, ou ainda garantir este poder em momentos quando sua legitimidade é questionada<sup>203</sup>. Também colabora para este entendimento a análise feita por Maria Auxiliadora Lemenhe ao afirmar que o importante é pensarmos as estratégias simbólicas operacionalizadas por certos grupos a fim de garantir a reprodução do poder<sup>204</sup>. Estratégias como a que faz uso de imagens religiosas – aspecto que permeia vários momentos deste trabalho. Para Alcir Lenharo, a secularização de imagens religiosas, ou seu intercâmbio, funciona “*como instrumento ideológico nas disputas de interesse político*”<sup>205</sup>.

---

<sup>202</sup> BAUDRILLARD, Jean. *A troca impossível*. Trad. Cristina Lacerda e Teresa Dias Carneiro da Cunha. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 2002.

<sup>203</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: editora Companhia das Letras, 1990.

<sup>204</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o(caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995, pp. 85-93.

<sup>205</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª edição. São Paulo: editora Papirus, 1986, p. 173.

### **Parte 3**

### **Práticas políticas e eleitorais**

## Capítulo I

### A redemocratização e a política em Pernambuco e em Limoeiro

Em 1945 o Brasil vivenciou muitas mudanças dentre as quais destacaremos as de aspecto político. Este período da história do país ficou conhecido na historiografia brasileira como o momento da redemocratização política e tem sido compreendido como um novo espaço de disputas políticas<sup>206</sup>. Após quinze anos no poder Getúlio Vargas é deposto por golpe militar favorecendo, assim, o início de um outro período político no Brasil: a redemocratização. Durante o período em que esteve à frente da administração do país, seja como Governo Provisório, Constitucional ou no Estado Novo, ocorreram inúmeras restrições políticas, destacando-se aí a supressão dos partidos a partir de 1937 quando instala, com apoio de parte de importantes segmentos sociais e das Forças Armadas, o Estado Novo. Golpe de Estado que se estendeu até 1945<sup>207</sup>.

Várias mudanças no cenário internacional como a derrota da Itália, Alemanha, e Japão – países que compunham uma aliança denominada de eixo – nos conflitos mundiais durante a Segunda Guerra, e questões nacionais como a entrada do Brasil nestes mesmos conflitos contribuíram de forma decisiva para fortalecer um movimento cada vez mais presente no Brasil que questionava a legitimidade e/ou a aceitação da ditadura do Estado Novo e passava a exigir liberdades partidárias e democráticas. É durante esse momento de instabilidade do regime de governo ditatorial, passando pelo processo de redemocratização em 1945, que pouco a pouco se processam algumas mudanças no cenário eleitoral brasileiro como a reorganização das forças políticas agrupadas agora nos diversos partidos entre os quais destacamos a UDN, o PSD, o PTB e o PCB<sup>208</sup>. Outras mudanças também

---

<sup>206</sup> Um importante autor que trabalha o processo de redemocratização do Brasil e as disputas políticas travadas naquele momento é FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista* IN FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-46.

<sup>207</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1982.

<sup>208</sup> Sobre os partidos nacionais organizados no Brasil durante a crise do Estado Novo, é importante ver DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia* IN FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da*

compõem as transformações que estavam acontecendo no Brasil como a ampliação do número de eleitores a partir das diretrizes traçadas pelo decreto-lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, decreto denominado de Lei Agamenon, nome do então Ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas em 1945<sup>209</sup>. Esta lei objetivava maior controle em relação a possíveis fraudes eleitorais, e previa em seu artigo 123 algumas disposições penais a todos aqueles que habilitados a efetuar o alistamento e a votar, como versam os artigos 02, 03 e 04 da referida Lei, não cumprissem com tais obrigações. Um exemplo dessas infrações recaía sobre homens e mulheres maiores de 18 anos que exercessem alguma atividade lucrativa e não se alistassem ou deixassem de votar. Nestes casos, o artigo 123 determinava multas que variavam entre 100 e 1.000 Cruzeiros caso não fosse provado como justo aquele impedimento<sup>210</sup>.

As disposições presentes no artigo 123 do referido decreto-lei são entendidas como elementos importantes na ampliação do eleitorado, uma vez que homens e mulheres maiores de 18 anos eram obrigados a efetuar o alistamento e comparecer às urnas<sup>211</sup>. O descumprimento a essa lei poderia acarretar outras sanções como as restrições para ocupação de cargos públicos<sup>212</sup>. Posteriormente, a quase totalidade das determinações presentes no citado decreto-lei são incorporadas à Constituição de 1946. É neste período que, entre outras importantes alterações, o voto secreto e o pluripartidarismo – restringidos

---

*experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2003, pp. 125-154.

<sup>209</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia* IN FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2003, pp. 125-154.

<sup>210</sup> Decreto-Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945. No artigo 123 é versado sobre as penalidades impostas àqueles que habilitados a votarem não compareciam às urnas. Sobre estas disposições da referida Lei ver também NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar Editores, 2002, p. 44. Sobre a criação dessa lei e as transformações que ela traz para o cenário das disputas políticas ver DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia* IN FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2003, pp. 125-154. Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 3º edição. São Paulo: editora Alfa Ômega, 1990.

<sup>211</sup> De acordo com o próprio Jairo Nicolau, “o alistamento feito em 1945 foi muito mais eficiente do que o realizado 12 anos antes (1933). Foram registrados 6, 168 milhões de eleitores, um crescimento de 329% enquanto a população cresceu apenas 25% no mesmo período”. p. 43.

<sup>212</sup> NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar Editores, 2002, pp. 37-55.

pelo decreto-lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937, pensado pelo Estado Novo – farão parte do sistema representativo do Brasil.

A partir de 1945 é no Partido Social Democrático e na União Democrática Nacional que pode ser observada a maior concentração de lideranças políticas de Pernambuco envolvida em acirradas disputas eleitorais. Tomando por base algumas análises, principalmente as realizadas por Dulce Pandolfi, foram a UDN e o PSD que protagonizaram as principais disputas políticas em Pernambuco, sobretudo entre os anos de 1945 a 1955<sup>213</sup>. É neste cenário de disputas que procuramos situar historicamente Francisco Heráclio do Rêgo, considerado importante liderança política neste estado<sup>214</sup>.

Segundo o historiador Iberê Dantas, o decreto-lei nº 7.586 de 1945 parece ter contribuído também para aumentar a importância de alguns políticos no Brasil diante de sua capacidade de potencializar votos em seus locais de atuação. Para o autor, foi apenas depois do processo de redemocratização que o voto tornou-se primordial à manutenção das lideranças políticas agora inseridas nos diversos grupos partidários. Afirma enfaticamente este autor:

O retorno do sistema representativo, com o voto secreto, justiça eleitoral, fazia do eleitorado elemento de importância crucial. A força dos chefes políticos passa a guardar proporção com a dimensão do seu colégio eleitoral<sup>215</sup>.

Esta ampliação eleitoral – como mostra Iberê Dantas – que ocorre em âmbito nacional com a redemocratização, acarreta perceptíveis mudanças no cenário político em

---

<sup>213</sup> Sobre a composição social do PSD e da UDN em Pernambuco é significativo analisar PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política*. Recife: editora Massangana, 1984, pp. 85-114. Quanto ao PSD, afirma a autora ser este partido formado principalmente por membros da burocracia estatal, coronéis do Agreste e do Sertão, sobretudo o setor vinculado à oligarquia algodoeira e pecuarista, alguns industriais e parcela da classe média. A UDN também apresenta, segundo a autora, uma composição social heterogênea, formada por industriais, usineiros, intelectuais, coronéis do Agreste e do Sertão, mesmo que em menor número, entre outras importantes categorias sociais.

<sup>214</sup> Sobre a participação de Francisco Heráclio nas disputas eleitorais nos foram importantes as informações oferecidas por RÉGO, André Heráclio do. *Famille et pouvoir regional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*. Paris: editora L' Harmattan, 2006.

<sup>215</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 32.

Pernambuco e, particularmente, no município de Limoeiro. Compreendemos ser a partir deste momento que Francisco Heráclio se constitui importante personagem da política estadual. Esta liderança política é apresentada insistentemente pela documentação analisada. Nesse sentido, destaca-se uma crônica que circulou no jornal Folha da Manhã de 21 de maio de 1950:

Dois cronistas, Guinard Filho, de Goiana e P. L. (cuja identidade ignoramos) ocuparam-se do coronel Francisco Heráclio. O primeiro para elogiar e o segundo para desancar o senhor das Varjadas. Um e outro não conhecem de perto, pelo menos, o cel. Chico, e, louvados em informações um elogia, enquanto o outro agride. Seria bom que ambos viessem a Limoeiro para saber quem, está andando certo: se o endeusador ou o agressor. No fim, um e outro se julgariam com a razão. Pois homem do porte do cel. Chico é um deus para os que rezam pela sua cartilha e um diabo para os adversários sistemáticos de sua corrente política. Guinard Filho, brilhante jornalista de Goiana, e o encapuzado P. L., cuja inteligência se mostra mesclada de um certo sectarismo, devem vir conhecer o que o cel. Chico está fazendo pela cidade e pelos pobres que o procuram. Um – o primeiro – continuará a elogiar o cel. O outro – P. L. com certeza, se converterá e dirá, como Clóvis, rei dos francos: “Queimei o que adorei e adorei o que queimei”. Caso pertença ao número dos que, diante do erro, baixam a cabeça e confessam, contratos, “mea culpa, mia culpa, mea máxima culpa”<sup>216</sup>.

É significativa a preocupação do jornalista em apresentar os dois personagens envolvidos em sua narrativa como pessoas que não conheciam de modo preciso o objeto de suas discussões: Francisco Heráclio; nem tão pouco o município de Limoeiro. Em seu discurso o autor procura chamar a atenção dos leitores/eleitores acerca do prestígio de que dispõe aquele líder político. Esta percepção está ligada ao fato de que tal discussão não se dá na cidade de Limoeiro mas, provavelmente, na cidade do Recife, local de produção do

---

<sup>216</sup> *Folha nos municípios, Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 21 de maio de 1950, pp. 12 e 14. APEJE.

jornal, ou mesmo na cidade de Goiana onde reside um dos cronistas mostrando, dessa maneira, a inserção daquele político em inúmeras outras cidades.

Em relação aos cronistas envolvidos, é importante pontuarmos algumas considerações. Guinard Filho é o responsável por tecer alguns elogios sobre Francisco Heráclio. Já o segundo, que tem sua identidade desconhecida por estar com o rosto coberto, cuida de agredir Francisco Heráclio. O fato de não permitir seu reconhecimento pode levar o leitor a construir diferentes abordagens a respeito deste segundo. Alguns poderão identificar o suposto agressor como um covarde por não permitir que sua verdadeira identidade seja conhecida por todos; assim, alguém que pouco contribuiria para formar opinião ou produzir convencimentos eficazes de atingir seu alvo que é a crítica àquele líder político.

Outros aspectos significativos na matéria do jornal Folha da Manhã poderão ser analisados. Em seu discurso podem ser apontadas algumas práticas políticas presentes nas relações mantidas entre aquela liderança, os eleitores e seus possíveis adversários políticos. Esta dimensão é categoricamente lembrada pelo jornalista, “*pois homem do porte do cel. Chico é um deus para os que rezam pela sua cartilha e um diabo para os adversários sistemáticos de sua corrente política*”. O discurso também sugere certo controle político e eleitoral instigando-nos a pesquisar e entender o que o autor nomeia de “*cartilha*”. Ora, entendemos esta “*cartilha*” como uma série de práticas políticas a exemplo do controle sobre a emissão de títulos eleitorais ou sua possível retenção a depender das ocasiões. Ações aqui delineadas por Francisco e seus partidários. Ao mesmo tempo, é preciso pensar também sobre uma parcela de eleitores que não “*rezam por sua cartilha*” ou não se enquadram nela; provavelmente este desvio, esta desobediência, terá acarretado a tais eleitores considerados transgressores políticos alguns mecanismos de punição ou coação.

A matéria também contribui para a reflexão acerca da atuação política desempenhada por Francisco Heráclio sobre a cidade de Limoeiro. Em outras palavras, suscita questionamentos sobre o lugar construído e reconhecido socialmente a partir do qual fala e atua. Lugar apontado no momento em que o jornalista narra que os dois cronistas deveriam ir “*conhecer o que o cel. Chico esta fazendo pela cidade*”. Este discurso é significativo uma vez que constrói – a pesquisa poderá perfeitamente apontar para outros

caminhos – para Francisco Heráclio um lugar que pode ser identificado como o de um mediador, uma vez que mantém complexas relações com o estado e a cidade. Ao mesmo tempo, trabalhar pela cidade conduz a imaginação a um conjunto de obras estruturais sendo efetuadas com recursos provenientes dos cofres estaduais e, provavelmente, atribuídas àquele líder político como fruto de suas relações e prestígio com o governo estadual. Relações imbricadas em que Francisco Heráclio e o estado muitas vezes se aproximam e se confundem, projetando-os como uma única imagem. Além disso, sua aproximação com os “*pobres que o procuram*”, votantes em potencial, remete a significativa prática assistencialista capaz de projetá-lo como alguém a se sentir responsável pelos pobres e necessitados. Aquele com quem os pobres poderiam sempre contar para os mais diversos aspectos de sua existência.

A propaganda e as informações presentes na referida crônica incitaram a pesquisa sobre outros discursos produzidos em jornais como o Folha da Manhã e o Diário da Noite, e em revistas de circulação nacional. Pesquisa que se estendeu, entre outros registros, ao Tribunal de Justiça Eleitoral de Pernambuco e às memórias de algumas pessoas que vivenciaram aquele determinado momento histórico. Foi analisada uma série de discursos em que podem ser percebidas algumas práticas políticas operacionalizadas por Francisco Heráclio no estado. Embora seja possível que ações semelhantes também façam parte do operar da política de outros em Pernambuco e no Brasil após 1945. São práticas que, pensadas em conjunto, parecem indicar eficiente controle político dos grupos sociais de Limoeiro e de inúmeras outras localidades onde aquele líder mantinha certa inserção, e não necessariamente em períodos eleitorais<sup>217</sup>.

---

<sup>217</sup> É importante ressaltar que a utilização do termo “*controle político*” ocorrerá com certa insistência neste capítulo. Entendemos por *controle político* um conjunto de práticas eleitorais ou não que visam garantir a inserção e a permanência de um determinado personagem no campo da política. Portanto, essas práticas que sugerem um “*controle político*”, não atuam anulando ou destituindo a capacidade política dos vários segmentos sociais. Não há por parte de uma elite política controle eficiente que possa ser capaz de manipular de forma absoluta as vontades e anseios dos mais diversos grupos sociais. Ciente desta complexidade, tais práticas são visualizadas procurando abarcar ou atingir, como sugere a documentação, os mais variados segmentos sociais, embora em inúmeros momentos tenhamos privilegiado em nossa escrita uma análise que leva em consideração a relação dessas práticas com as camadas populares, principalmente quando do trato acerca das práticas que nomeamos de assistencialistas.

## Capítulo II

### O lugar político do mediador: a cidade em movimento

Entre os anos de 1945 e 1955 são recorrentes na imprensa inúmeras matérias sobre a importância política, social e econômica do município de Limoeiro; além do poder político de Francisco Heráclio do Rêgo no estado de Pernambuco e, particularmente, naquele município<sup>218</sup>.

Distando 75 km do Recife e situado numa zona de transição entre a Mata Norte e o Sertão, o município de Limoeiro é apresentado como importante centro social, comercial e político. Limoeiro teria se constituído numa posição estratégica para o escoamento da produção agropecuária proveniente de suas redondezas. Afirma o jornal Folha da Manhã de 08 de maio de 1949 ser o município de Limoeiro o maior produtor de algodão e lã em Pernambuco<sup>219</sup>, além de produzir, em épocas de inverno, a elevada soma de 9.000 litros de leite por dia, produção destinada a abastecer principalmente a cidade do Recife<sup>220</sup>.

Ao rememorar a cidade de Limoeiro, Virgínia Heráclio, antiga moradora do município e neta de Francisco Heráclio, reconstrói com riqueza de informações vários aspectos desta cidade nas décadas de 1940 e 1950<sup>221</sup>. Desperta particular atenção, sobretudo, suas lembranças acerca do dinamismo comercial e social daquele centro urbano:

---

<sup>218</sup> Ver a série de reportagens intitulada *Folha nos municípios*, publicada Jornal Folha da Manhã. APEJE.

<sup>219</sup> Em relação à cotonicultura como incentivo ao dinamismo econômico no Estado de Pernambuco entre o final do século XVIII e final do século XIX ver TEXEIRA, Flávio Wainstein. *O movimento e alinhamento: presença do teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946 – 1964)*. Recife: editora Universitária da UFPE, 2007, pp. 33-34.

<sup>220</sup> Neste momento Limoeiro destaca-se, sobretudo na produção de leite e carne destinada a abastecer a capital do Estado. Com a valorização comercial do algodão torna-se também um dos maiores produtores dessa cultura. Ver *Limoeiro o maior empório algodoeiro de Pernambuco*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 08 de maio de 1949, pp. 08 e 09. APEJE.

<sup>221</sup> Entendemos esse trabalho de re-elaboração da memória como uma construção sócio-cultural individual e coletiva de um determinado grupo. Em outras palavras, é uma construção individual uma vez que percebemos o mundo a nossa volta de forma ativa e com impressões próprias. Mas é também, ao mesmo tempo, coletiva, pois todo indivíduo compõe uma determinada rede social onde compartilha idéias, sentimentos, angústias, decepções. Sobre esta dimensão individual e coletiva da memória é importante ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: editora Centauro, 2004.

Eu achava uma das cidades mais adiantadas assim do interior. Digo isso porque o comércio era muito bom, tinha fábrica de Otaviano Heráclio Duarte e de José Barbosa do Rêgo. Depois Zé Araújo botou a Durabem em Limoeiro, uma fábrica de roupas jeans.

Tinha dois colégios muito bons. Um feminino que era o Regina Celi que era dirigido por alemães e tinha o colégio do Padre Nicolau. Masculino. Aí teve muita gente famosa que saíram desses colégios: Marcos Vilaça, Dr. Mauro Arruda, Dr. Maurílio, Dr. Alcides Bezerra e mais outros. Uma cidade onde que as pessoas... Onde convergiam, várias... Quer dizer... Era um centro dessa região. Era um centro dessa região, hoje infelizmente acabou tudo. Mas antigamente era uma cidade de um centro comercial muito grande. Tudo que a pessoa procurava tinha<sup>222</sup>.

Na memória de Vírginha Heráclio, a cidade de Limoeiro é revivida como importante centro industrial uma vez que possuía várias fábricas como a Durabem, produtora de roupas e tecidos, e as fábricas de Otaviano Heráclio e José Barbosa do Rêgo<sup>223</sup>; era também uma cidade comercial, tendo em vista a existência de algumas lojas como a Zé Araújo. Mas, além de ser um centro comercial e industrial, destacava-se ainda por agregar dois bons colégios destinados a educar os filhos das camadas sociais mais abastadas desta e de várias outras cidades.

Uma outra dimensão importante a se considerar sobre aquele município diz respeito aos números referentes a sua população. De acordo com os dados preliminares do censo de 1980 realizado pelo IBGE, a população estimada para o município de Limoeiro nos anos 1945 e 1955 é de 65.000 e 85.000 habitantes, respectivamente; nesta mesma ordem, a população urbana da sede do município é estimada em 13.000 e 17.000 habitantes<sup>224</sup>. Esses números indicam que aquele município possui uma das maiores populações de Pernambuco, o que lhe proporciona também significativo número de eleitores, como indica a imprensa ao se referir às eleições estaduais de 03 de outubro de 1950, “*depois de*

---

<sup>222</sup> Entrevista de Vírginha Heráclio, realizada na cidade de Limoeiro em 22 de outubro de 2006, pp. 01-02.

<sup>223</sup> É importante ressaltar que as fábricas do industrial Otaviano Heráclio, sobrinho de Francisco Heráclio, a que se refere a senhora Vírginha, estavam associadas à cultura do algodão, que nesse período alcançava uma posição comercial relevante.

<sup>224</sup> Série Monografias Municipais, Limoeiro. Fundação de informações para o desenvolvimento de Pernambuco/FIDEPE, Fundação de desenvolvimento municipal do interior de Pernambuco/FIAM, 1981.

*Caruaru, onde votaram cerca de 16 mil eleitores, e de Garanhuns onde foram às urnas quase dez mil votantes, apareceu Limoeiro com 8.366 votantes”<sup>225</sup>.*

O editorial do jornal Folha da Manhã de 14 de março de 1952, intitulado “Folha nos Municípios”, revela a estimativa de eleitores para as eleições de 1954 em relação ao contingente populacional<sup>226</sup>.

O trabalho está sendo intenso e, nas próximas eleições, o contingente de Limoeiro será de vinte mil votos. O cálculo não está sendo exagerado. S. José do Egito, com 36 mil habitantes, tem dez mil eleitores. Limoeiro, com setenta e seis mil habitantes, poderá inscrever vinte mil pessoas para o voto<sup>227</sup>.

Levando em consideração as informações da imprensa e o relato de alguns antigos moradores, durante as décadas de 1940 e 1950 aquele município figurava como importante centro de decisões políticas e econômicas. Politicamente, apresentava-se de maneira estratégica, principalmente para partidos políticos como o PSD, tendo em vista o enorme contingente de possíveis eleitores. Era o terceiro ou quarto município pernambucano em número de votantes naquele momento.

É a partir desse cenário social, econômico e eleitoral de Limoeiro que foi analisada a atuação de Francisco Heráclio no campo político de Pernambuco. Atuação que será observada tendo-se também em consideração as realizações de várias obras públicas efetuadas pelo estado, mas com execuções atribuídas à sua interferência, sobretudo por parte de alguns jornais como o Folha da Manhã e o Diário da Noite. Essa prática parece solidificar uma imagem de mediador, sugerindo reforçar sua posição de líder político; ao mesmo tempo em que tal imagem de mediador é, em vários momentos, confundida com o próprio estado.

---

<sup>225</sup> *Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 10 de outubro de 1950, p. 08. APEJE.

<sup>226</sup> É importante ressaltar que, com a morte de Agamenon Magalhães, em agosto de 1952, foi realizado em 23 de outubro de 1952 novas eleições para o Executivo Estadual.

<sup>227</sup> *Folha nos Municípios/Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 14 de março de 1952, p. 07. APEJE.

Adentrando um pouco nesta relação estabelecida entre o líder político e o estado, Maria Auxiliadora Ferraz faz o seguinte comentário, em sua obra “*Dos velhos aos novos coronéis; um estudo das redefinições do coronelismo*”<sup>228</sup>.

Os proprietários e chefes políticos necessitam do apoio governista para assegurar seus interesses e confirmar seu prestígio.

As realizações administrativas dos políticos locais se fazem através da construção de estradas, escolas, etc., através de verbas liberadas por convênios com o governo federal e estadual, ou ainda atribuindo a seu prestígio, as obras diretamente realizadas por aqueles poderes<sup>229</sup>.

Raymundo Faoro, que projeta vários traços gerais sobre o que seria o fenômeno do coronelismo, característico da Primeira República, também observa que “*a situação política do coronel se manifesta nos seus serviços de intermediação*”<sup>230</sup>. Para Faoro, “*o coronelismo se manifesta num compromisso, uma troca de proveitos entre o chefe político e governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural*”<sup>231</sup>.

Esse processo de intermediação ou de compromisso firmado entre o político local e o governo estadual, apresentado pelos autores, tem se revelado na documentação analisada uma dimensão tensa e complexa. Trata-se de uma relação que requer maior detalhamento, não só quanto ao município de Limoeiro como também em relação a outros municípios. Esta posição de prestígio, de mediador, é uma relação de poder que poderá se apresentar de maneira conflituosa, instável, conquistada e negociada cotidianamente<sup>232</sup>.

---

<sup>228</sup> Maria Auxiliadora Ferraz elabora um quadro sobre os conflitos políticos existentes entre duas famílias no sertão de Pernambuco durante a década de 1970.

<sup>229</sup> SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis; um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: PIMES, 1974, p. 94.

<sup>230</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001, p. 712.

<sup>231</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001, p. 711.

<sup>232</sup> GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006, pp. 151-157. É importante ressaltar que, em Pernambuco, esta relação conflituosa entre um determinado chefe político e o poder Executivo poderá ser observada nos anos de 1952 a 1954, quando Francisco Heráclio e vários outros políticos formaram uma dissidência no PSD. Este aspecto da política de Pernambuco já foi devidamente analisado no capítulo que a este antecede.

O poder que Francisco Heráclio estabelece com o estado, sobretudo a partir de 1945, não é proveniente de sua “*intensa agonia*” política em relação ao poder que esses líderes políticos poderiam ter exercido durante a Primeira República, como critica Raymundo Faoro<sup>233</sup>. Nem um “*poder delegado*” concedido pelo estado ao espaço privado, como define o próprio Raymundo Faoro<sup>234</sup>; nem também uma espécie de “*reminiscência do poder privado*” proveniente do Brasil imperial, segundo aponta Victor Nunes Leal<sup>235</sup>. Ou ainda, como afirma Maria Isaura Pereira de Queiroz, ser a principal fonte de poder desses chefes políticos ou mandões emanada, primordialmente, do mandonismo local devido à permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio e na riqueza proveniente de outros bens de fortuna, ainda presente no Brasil ao tempo em que a autora escreve<sup>236</sup>.

É preciso analisar uma série de nuances, mutações presentes nestes espaços de disputas que cercam cada momento histórico, seja em ambiente urbano ou rural<sup>237</sup>. Entender o poder exercido por Francisco Heráclio como uma relação em permanente construção, um ir e vir por caminhos diversos, uma luta incessante de posições em que as táticas políticas se revelam bastante diversas.

As questões suscitadas das relações mantidas entre este líder político e o estado requerem análises mais profundas. Aí podemos perceber uma apropriação ou confluência de imagens onde ambos fazem uso da imagem do outro. Este entendimento construído sobre as relações estabelecidas entre Francisco Heráclio e o estado se opõe, em grande medida, à perspectiva presente em autores como Raymundo Faoro e Victor Nunes Leal. Para estes autores, a política dos governadores formulada na gestão do presidente Campos Sales teria, definitivamente, estabelecido as regras do jogo político entre o coronelismo, os estados e o poder central, estabelecendo suas funções e hierarquias no cenário político. Ou

---

<sup>233</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001, p. 730.

<sup>234</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3ª edição. São Paulo-SP: editora Globo, 2001, p. 710.

<sup>235</sup> LEAL Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>236</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976. É importante ressaltar que a autora reconhece também a permanência do mandonismo para além da Primeira República, mesmo diante das transformações sócio-econômica e política que vivencia o Brasil desde a Revolução de 1930. O mandonismo, dessa maneira, poderá ser localizado ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 quando sua obra é publicada.

<sup>237</sup> É preciso ressaltar que autores como Victor Nunes Leal e Raymundo Faoro elaboraram painéis gerais sobre o fenômeno do coronelismo no Brasil, sobretudo, durante a Primeira República. Assim como vale ressaltar que Leal também contextualiza seu estudo sobre as décadas de 1930 e 1940. Porém, muitas dessas generalizações definidas por estes autores são tomadas, ou simplesmente transpostas, por vários estudiosos para explicar a presença desses chefes políticos em outros momentos históricos.

seja, os coronéis, em sua grande maioria, representavam importantes chefes políticos municipais ou locais que iriam garantir a elegibilidade da oligarquia estadual que, por sua vez, passava a apoiar, sem grandes restrições, o governo federal. Paralelamente, os coronéis seriam os intermediários entre as massas, sobretudo rurais, e esta oligarquia. Existiria, portanto, segundo estes autores, uma nítida distinção entre coronelismo e oligarquia estadual.

Estudiosos como Iberê Dantas, ao definir o coronelismo e ao explicar sua formação durante o início da República – coronelismo cuja presença se estenderia, segundo Iberê, até a década de 1960 – aproxima-se daqueles demais autores, conforme a seguinte análise:

Com a Política dos Governadores, estabeleceu-se um arranjo político acentuando a vinculação das políticas federais com as estaduais, estimulando a expansão das oligarquias nos vários Estados, oligarquias essas que passam a articular-se tanto a nível regional quanto no âmbito nacional, de forma escalonada, conforme sua capacidade de influência. Enquanto isso, na esfera municipal desenvolvia-se o coronelismo como base de legitimação e poder das próprias oligarquias, fechando o circuito da estrutura da dominação<sup>238</sup>.

Essa distinção entre oligarquias estaduais e o coronelismo, já delineada por Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal e Maria Isaura, é também reforçada por Iberê que o toma na condição de uma força política estritamente local destinada, primordialmente, a garantir a oligarquia estadual no poder<sup>239</sup>. Neste sentido, Iberê Dantas também distingue abruptamente coronelismo e oligarquia estadual. Este processo de intermediação mantido entre o homem rural e o estado é, de maneira geral, entendido por estes autores como uma prática do poder local, prática que não permeia em nenhum momento a oligarquia.

---

<sup>238</sup> DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987, p. 20.

<sup>239</sup> É importante lembrar que Iberê Dantas analisa o coronelismo em três momentos distintos ao longo da República: durante a República Velha; da revolução de 1930 à redemocratização em 1945, de 1945 ao golpe militar em 1964. Iberê aponta para cada um desses períodos algumas transformações ou mutações por que teria passado o coronelismo. No entanto, essa posição que projeta o coronelismo como um poder estritamente local, voltado para garantir a viabilidade da oligarquia estadual, parece não ter passado por variações ao analisar tais períodos. Em outras palavras, não só durante a primeira República, mas ao longo de diversos momentos da história da República do Brasil, onde o mesmo observa a presença do coronelismo, deixa transparecer que coronelismo e oligarquia estadual são grupos políticos distintos.

Conforme registrado acima, sugerem, portanto, que coronelismo e oligarquia estadual representam grupos políticos estanques. Este posicionamento diverge do encaminhamento trilhado nesta dissertação. Isso porque não constatamos na documentação a existência de uma separação nítida entre a oligarquia estadual e Francisco Heráclio<sup>240</sup>. Ao mesmo tempo em que se apresenta enquanto líder político local, constitui-se também como membro da oligarquia estadual, integrando, assim, o próprio poder estadual. Ao se fazer intermediário entre o estado e determinados municípios não entendemos se caracterizar nenhuma rígida distinção entre poder local e estadual. Ao contrário, manifesta-se aí uma relação fluida em que Francisco Heráclio e o estado – ou a oligarquia estadual – se cruzam, se confundem em vários instantes. Também, este processo de intermediação não se restringiu à população rural, como têm afirmado Raymundo Faoro e Victor Nunes Leal. Tal configuração está fortemente presente na sede do município de Limoeiro.

Tamanha complexidade passa a ser mais bem compreendida à medida que se explora a documentação do período. Nessa perspectiva, aos 17 de agosto de 1945, o jornal Folha da Manhã publica uma reportagem fazendo referências ao PSD de Limoeiro. Afirma ter aquele município uma posição eleitoral de destaque na zona norte do estado, pois o movimento pró-candidatura de Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo PSD, também apoiado pelo PTB, recebera a quase totalidade dos votos<sup>241</sup>. Ao transcorrer da matéria, o repórter continua a oferecer elementos que reforçam o lugar de prestígio e poder político daquele município. Este lugar, portanto, não é reconhecido por acaso, mas atribuído à presença e atuação de Francisco Heráclio que, naquele momento, é um dos responsáveis pela organização do PSD em Pernambuco.

---

<sup>240</sup> É importante ressaltar nesta discussão que em alguns momentos de conflitos e disputas políticas, Francisco Heráclio mantém certo distanciamento com o estado e com parte significativa da oligarquia estadual, no entanto, isso não nos induz a pensar que o mesmo deixa de ser visto como membro desta oligarquia.

<sup>241</sup> Sobre os números referentes à eleição de 02 de dezembro de 1945 para o cargo de presidente da República, após 15 anos tendo estado no cargo Getúlio Vargas, autores como Dulce Pandolfi e Antônio Lavareda não fazem menção sobre os resultados da eleição nos municípios de Pernambuco. Passamos então a acompanhar a divulgação da apuração a partir dos jornais. Em 04 de janeiro de 1946 a imprensa publica o resultado final da apuração no município de Limoeiro: 4.063 para o General Eurico Gaspar Dutra e 666 para o Major Brigadeiro Eduardo Gomes. Ver *Grande vitória do PSD, em Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 04 de janeiro de 1946, p. 05. APEJE. Ver os seguintes boletins, *Aos limoeirenses amigos e correligionários*. Boletim. Jornal Folha da Manhã, Recife, 08 de dezembro de 1946, p. 05. APEJE. *Aos limoeirenses em particular e aos pernambucanos em geral*. Boletim. Jornal Folha da Manhã, Recife, 05 de novembro de 1947, p. 03. APEJE.

Dono de um prestígio incontestável, repetidamente comprovado em todos os pleitos eleitorais, o coronel Francisco Heráclio lidera as forças que apóiam o Partido da maioria da nação e somente sua presença na chefia do movimento pró-candidatura Dutra nos dá a certeza da que Limoeiro irá às urnas sufragando, numa quase totalidade, o programa e os candidatos do PSD<sup>242</sup>.

A partir desta reportagem pode-se observar a importância deste no cenário político de Pernambuco. Não se trata, portanto, de qualquer participação, é tido como dono de incontestável prestígio político, advindo daí a importância do PSD de Limoeiro na disputa eleitoral de 02 de dezembro de 1945, sendo projetado como líder capaz de conduzir seu partido a futuras vitórias eleitorais em Pernambuco<sup>243</sup>.

Concluída a apuração e diante dos resultados obtidos pelo PSD naquele município, parte da imprensa passa a nomeá-lo responsável pelos encaminhamentos que deve trilhar este partido político, pelo menos em sua área de influência<sup>244</sup>. Ao mesmo tempo, sua posição frente a alguns governos estaduais – principalmente após as eleições para o executivo estadual em janeiro de 1947, quando é eleito Barbosa Lima Sobrinho, e em 1950, Agamenon Magalhães, ambos pelo PSD – permite-lhe assumir lugar político de destaque no estado. Sobre este prestígio político, a entrevista de Armando Monteiro Filho afirma:

Alguns coronéis foram decisivos na votação de Barbosa Lima e na eleição de dr. Agamenon. O mais importante de todos, pelo número de votos, foi o coronel Chico Heráclio... Ele dominava completamente... Esse coronéis passaram os sete anos de governo de dr. Agamenon, na interventoria, com todo o prestígio, de maneira que fizeram uma forte base eleitoral<sup>245</sup>.

---

<sup>242</sup> *O PSD em Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 17 de agosto de 1945, p. 06. APEJE.

<sup>243</sup> Aos 28 de fevereiro de 1945, Getúlio Vargas, através da Lei Constitucional nº 9 ou Ato Adicional fixou para 02 de dezembro daquele ano as eleições para o cargo de Presidente da República, Senado e Câmara Federal. Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 3ª edição. São Paulo: editora Alfa Ômega, 1990, pp. 105-135.

<sup>244</sup> *Etelvino ou Agamenon – diz Chico Heráclio*. Jornal Diário da Noite, Recife, 21 de abril de 1950. APEJE.

<sup>245</sup> Entrevista de Armando Monteiro Filho realizada no Recife, aos 31 de março de 2005. Esta entrevista compõe o I volume de depoimentos do *Projeto Memória Viva* da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, organizado em 2007 pelas pesquisadoras do CPDOC da FGV Célia Costa e Dulce Pandolfi. pp. 94-95.

Muito contribuiu para garantir o êxito desta liderança política sua relação pessoal mantida com os governadores<sup>246</sup>. Para Maria Auxiliadora de Sá Ferraz “*os chefes políticos locais têm que saber fazer uso de suas ligações políticas e pessoais*”<sup>247</sup>.

Este papel de mediador extrapola, pouco a pouco, os limites partidários; embora não seja possível distanciar esta prática da rede partidária em que estava inserido. Tal posição de prestígio fortemente solidificada no Partido Social Democrático passa a assumir outra dimensão, o que pode ser verificado quando sua posição frente ao governo do estado é identificada como capaz de garantir ao município a realização de um conjunto de obras públicas como o serviço de abastecimento de água, por exemplo; obra que será executada em nome de Francisco Heráclio. Nessa perspectiva, Francisco Heráclio e o estado se confundem, refletem numa mesma imagem.

É significativo que na imprensa, a realização de obras como esta seja motivo para consolidar a imagem do político interessado apenas em servir a população. Assim, a 04 de janeiro de 1946, um dos jornais do estado afirma que “*não foi visando a nenhum interesse pessoal que o ilustre chefe político tomou essa atitude e sim aos sadios interesses do município, pelo quais sempre se bateu numa permanente dedicação à sua terra*”<sup>248</sup>.

Ao fazer referência às vitórias alcançadas pelo PSD em virtude das eleições de 02 de dezembro de 1945, procura lembrar que as eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947 se aproximam, e sugere que a vitória do pleito passado seja mais uma vez reproduzida. É possível vislumbrar importantes elementos trabalhando no sentido de fixar, reproduzir este lugar de mediador. Ainda seguindo o que nos informa a matéria jornalística, sua posição de liderança política apresenta-se completamente destituída de qualquer interesse particular. O trabalho e dedicação do “*ilustre*” líder são voltados, exclusivamente, para os interesses do município e de sua população.

Esses supostos interesses para com “*sua terra*” são entendidos sempre como de fundamental importância para o desenvolvimento de Limoeiro. Podemos perceber como,

---

<sup>246</sup> Em 1953 consolida-se uma divisão dentro do PSD que já era sentida após a vitória de Etelvino Lins em 1952. Ao romper com o governador, Francisco Heráclio deixa de exercer uma posição de prestígio, uma vez que passa a compor um grupo minoritário dentro do PSD, conhecido como pessedistas históricos. Sua posição de mediador perde seu significado, ou seja, deixa de existir.

<sup>247</sup> SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis; um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: editora PIMES, 1974, p. 94.

<sup>248</sup> *Grande vitória do PSD, em Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 04 de janeiro de 1946, p. 05. APEJE.

em 1949, antes, porém, das disputas eleitorais estaduais que ocorreriam em 03 de outubro de 1950, alguns jornais articulavam e projetavam Francisco Heráclio enquanto homem voltado para as questões essenciais do município. O jornalista especial do jornal Folha da Manhã, José Lucas Meira, em visita à cidade de Limoeiro, escreve longa matéria sobre o desenvolvimento pelo qual passava aquele município. Vários são os aspectos desse dinamismo tratados pelo jornalista. Ao se referir à atuação daquele político, afirma: “o coronel Francisco Heráclio, prestigioso líder pessedista do nosso sertão e a quem Limoeiro deve muito pelo grande serviço que prestou e continua a prestar aquela gente”<sup>249</sup>.

Um desses serviços prestados “àquela gente”, e constantemente lembrado pela imprensa, é a efetivação do abastecimento de água encanada para a cidade. De acordo com a documentação, durante o pleito eleitoral de 19 de janeiro de 1947, Barbosa Lima Sobrinho, candidato pelo PSD, afirmara que, caso eleito, Limoeiro poderia contar com aquele serviço. Vitorioso, estes trabalhos foram iniciados em 1949 e concluídos em 1951, ano em que Agamenon Magalhães ainda era governador<sup>250</sup>.

O início das obras destinadas a abastecer a cidade de Limoeiro com a água proveniente de Sirigí é largamente coberto pela imprensa<sup>251</sup>. Seleccionamos alguns fragmentos que parecem significativos para que se pense a imagem do político trabalhador e dedicado, construída e atualizada de maneira insistente.

Esforços e sacrifícios nunca faltaram ao velho lutador que se chama Francisco Heráclio do Rêgo no sentido de renovar tão atroz dificuldade... No momento em que um trabalho de tamanha importância se inicia, um homem tem o direito de estar satisfeito: o sr. Francisco Heráclio do

---

<sup>249</sup> *Limoeiro o maior empório algodoeiro de Pernambuco*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 08 de maio de 1949, pp. 08-09. APEJE.

<sup>250</sup> Ao analisarmos os Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco de 1951, ano da inauguração do sistema de abastecimento de água naquela cidade, constatamos que inúmeros foram os discursos produzidos pelos deputados da base aliada ao governo de Agamenon Magalhães sobre a inauguração desta obra. Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (GAPPHL).

<sup>251</sup> Segundo consta em algumas entrevistas, o local ainda hoje conhecido por Sirigí era uma das fazendas de Francisco Heráclio. Diante do grande volume de água ali existente, Francisco Heráclio teria doado aquelas terras à Prefeitura de Limoeiro antes mesmo do início das obras de abastecimento. Atualmente, nas proximidades desta propriedade, podemos constatar que existe um distrito de mesmo nome pertencente ao município de São Vicente Férrer. Mas a Prefeitura de Limoeiro ainda preserva a propriedade doada por Francisco Heráclio.

Rêgo... O serviço que ora começa é uma vitória sua tanto quanto do governo do Estado. A ação conjugada, exercida pelo bem coletivo, não pode deixar de trazer resultados tão benéficos<sup>252</sup>.

Nessa matéria, o jornalista expressa a grande batalha vencida por Francisco Heráclio para que Limoeiro pudesse ter um sistema de água encanada. Tal vitória é vista como sua e do estado. Aliás, ele é posto no mesmo patamar de importância que o estado, podendo assim sugerir ao leitor certa confusão entre ambos.

Aspecto importante a se considerar ainda, examinando a documentação presente em parte da imprensa, é a quase total ausência de outros políticos que representassem os interesses de Limoeiro como o prefeito, os vereadores e os deputados estaduais<sup>253</sup>. De maneira muito intensa quem sempre se apresentava executando esse elo entre o município de Limoeiro e o estado, seja para as obras destinadas ao serviço de abastecimento de água ou para quaisquer outros projetos para a cidade, como a aquisição de novos geradores destinados à iluminação pública, era invariavelmente Francisco Heráclio<sup>254</sup>. Em relação à força política de que dispunham os prefeitos e vereadores desses municípios do interior, é significativa a entrevista do ex-governador Cordeiro de Farias ao falar sobre o relacionamento que mantinha com Francisco Heráclio e outros políticos do interior de Pernambuco entre 1954 e 1958, quando chefe do executivo estadual.

Os prefeitos e vereadores não têm força suficiente para agir junto aos governos. O coronel, não. Era seu defensor permanente e agressivo junto ao poder público. De fato, o mediador entre o poder público e a comunidade, com poder real para negociar... Mas a verdade é que os coronéis se batiam mesmo é por escolas, saúde pública, estradas<sup>255</sup>.

---

<sup>252</sup> *Água para Limoeiro*. Jornal folha da Manhã, Recife, 16 de julho de 1949, p. 02. APEJE.

<sup>253</sup> É importante ressaltar que em 1947 havia sido eleito prefeito do município de Limoeiro, pelo PSD, Francisco de Moraes Heráclio, filho de Francisco Heráclio, porém, o mesmo não aparece com assiduidade na imprensa. Sobre o período em que esteve no cargo e o número de votos alcançados, ver *Série Monografias Municipais, Limoeiro*. Fundação de informações para o desenvolvimento de Pernambuco/FIDEPE, Fundação de desenvolvimento municipal do interior de Pernambuco/FIAM, 1981, p. 22. Ver também *Os resultados do pleito do interior*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 07 de novembro de 1947, p. 05. APEJE.

<sup>254</sup> *Limoeiro terá a melhor luz do interior de Pernambuco*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 23 de julho de 1953. APEJE.

<sup>255</sup> A entrevista do ex-governador de Pernambuco, Cordeiro de Farias, compõe o arquivo do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, realizada pela pesquisadora Aspásia Camargo. Esta entrevista

Nessa mesma perspectiva é significativa a contribuição da pesquisadora Maria Auxiliadora Lemenhe ao estudar a participação da família Bezerra nas questões políticas do Ceará durante a segunda metade do século XX. A autora observa como esses chefes políticos “*não deixam de exhibir, desde a primeira hora, seu poder sobre o prefeito eleito*”<sup>256</sup>. Analisada a afirmação da autora encontramos, na documentação, elementos que permitem afirmar que a família Heráclio, mais precisamente Francisco Heráclio, conseguia deter considerável controle político e social e exercer constantes negociações com o executivo estadual sem que, para isso, necessitasse da interferência do governo municipal.

A documentação analisada possibilita compreender que o governo estadual estabelece alianças com Francisco Heráclio, este, diante do número de eleitores que controla, também mantém ligações com o estado de onde obtém vários benefícios. São recursos e obras para o município que serão realizadas em seu nome. Trata-se de complexas relações em que Francisco Heráclio é apresentado como sendo a própria imagem do estado, e vice-versa. Nesse sentido, ao ser apontado pela imprensa como agente do progresso, mediador de benfeitorias, alguém capaz de conseguir para a cidade melhorias materiais significativas, vai sendo construído como parte importante do poder estadual.

---

também está publicada, ver CAMARGO, Aspásia e GÓIS, Walder. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: biblioteca do Exército Editora, 2001, pp. 407-408.

<sup>256</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995, p. 112.

## Capítulo III

### Práticas cotidianas: o assistencialismo e as camadas populares

Têm sido recorrentes na documentação referências sobre as relações mantidas por Francisco Heráclio e seus colaboradores em relação a determinados segmentos sociais. Um grupo social em particular tem se apresentado nesta relação com certa frequência e intensidade: o dos economicamente desfavorecidos provenientes de áreas urbanas e rurais<sup>257</sup>. Situação em que uma série de práticas como as ações assistencialistas são possíveis de ser notadas: práticas que parecem engendrar eficiente controle social e, sobretudo, político quanto às disputas eleitorais; além de emitirem, importantes elementos que reforçam e/ou legitimam o lugar de liderança política em torno de Francisco Heráclio.

Sobre estas relações entre o político e determinado grupos sociais, vários estudiosos têm oferecido explicações. Encontramos em autores como Marcos Vinícios Vilaça em seu livro, *Coronel, coronéis* algumas rápidas descrições acerca de práticas denominadas coronelísticas que dominavam as relações entre alguns chefes políticos e as camadas populares nos anos de 1930 a 1960<sup>258</sup>. Envolvido por forte sentimentalismo e deslumbramento, afirma este autor ser Francisco Heráclio alguém capaz de “*receber a todos com largueza*” em sua residência, principalmente em períodos eleitorais. Segue, ainda, o autor, relatando de modo breve algumas outras ações como “*ouvir queixas e dirime dúvidas...*”<sup>259</sup>.

---

<sup>257</sup> Não visualizamos na documentação uma distinção entre as práticas políticas agenciadas por Francisco Heráclio entre 1945 e 1955 para as comunidades ou clientelas pobres das áreas rurais e as localizadas na sede do município de Limoeiro. No entanto, um estudo mais específico poderá mapear diferenças a partir da segunda metade da década de 1950, em relação às práticas políticas utilizadas naquele município por Francisco Heráclio em relação a clientela rural - uma vez que sua atuação política se prolonga até a década de 1970. É possível também que novas práticas políticas sejam viabilizadas para o cenário urbano tendo em vista as mudanças no cenário político, econômico e social por que passa o Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970, com o regime militar.

<sup>258</sup> O autor analisa a atuação de quatro “coronéis” entre os anos de 1930 a 1960, aproximadamente, envolvidos por uma série de mudanças, como o crescimento urbano, expansão do capitalismo, rádio. O autor deixa-nos transparecer a existência de elementos populistas nos quatro casos.

<sup>259</sup> VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003, p. 125.

Pesquisando alguns municípios do sertão de Pernambuco, Maria Auxiliadora de Sá Ferraz fundamenta uma rígida dominação agrária, estruturada pelos proprietários de terra, capaz de manter os trabalhadores numa posição de dependência e passividade diante das vontades dos “*coronéis*”. Esta estrutura, portanto, não poderia ser entendida fora de uma relação patrão-cliente. Observa ainda a autora que a aproximação dos proprietários com os trabalhadores rurais ocorre, principalmente, em períodos de eleição. Neste momento, é possível identificar “*um jogo político com características populistas, para a obtenção das vantagens eleitorais*”<sup>260</sup>. Apesar de distintas, coexistiriam num mesmo espaço características coronelísticas, próprias das áreas rurais, e populistas, comumente associadas aos centros urbanos, cujas similitudes estariam presentes nas relações pessoais paternalistas<sup>261</sup>.

Maria de Lourdes Janotti, que apresenta um quadro geral sobre o sistema coronelista durante a Primeira República, faz referências às relações firmadas entre os coronéis e a população circunvizinha como uma espécie de fórmula capaz de abranger toda a complexidade da política local. Identifica esta população como uma “*extensa clientela política, numerosa parentela e dependentes de ordem diversas*”<sup>262</sup>. Firma-se, portanto, uma política de compromisso com esta clientela que envolve proteção, trabalho, lealdade e dependência, advindo dessa equação o controle sobre a população local e, conseqüentemente, sobre esse diversificado conjunto de eleitores que, para a autora, é destituída de vontade política.

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, os coronéis tinham o controle de uma extensa clientela política e também eram os chefes de uma extensa parentela. Associado a estas características, acrescenta que os coronéis, diante de sua privilegiada condição econômica, promoviam uma considerável gama de favores a todos que o cercavam e dele dependiam. Em outras palavras, o estreitamento das relações “*com a sua*

---

<sup>260</sup> SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis; um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: PIMES, 1974, pp. 113-114.

<sup>261</sup> Maria Auxiliadora afirma que a presença de características populistas em áreas predominantemente de características coronelísticas é uma contradição. Isso porque a autora se baseia na definição de populismo elaborada por Francisco Weffort, em que o populismo estaria ligado a locais de estrutura social urbana e capitalista, atendendo aos interesses dos trabalhadores. Esse populismo identificado pela autora não atenderia aos interesses dos trabalhadores rurais e sim dos proprietários.

<sup>262</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromisso*. São Paulo: editora Brasiliense, 1981, p. 49.

*gente*”, assim como o próprio mando, em grande medida, dependiam da harmonia e da confluência destes fatores<sup>263</sup>.

Feitas estas considerações em que tais autores definem e nomeiam a partir de diferentes perspectivas as relações que estes líderes políticos mantinham com vários grupos sociais em suas áreas de influência política, essencialmente, interessa-nos descrever como Francisco Heráclio articulava e realizava suas ações. Neste sentido, a documentação estudada ao longo desta pesquisa tem possibilitado reconstituir algumas dessas práticas. O foco de nossa atenção recai sobre uma série de ações que parecem permitir certo controle eleitoral no município de Limoeiro entre 1945 e 1955, mas com prováveis possibilidades de serem localizadas também em outros tempos e espaços ao longo da história do Brasil.

Dito isto, salientamos que um significativo registro produzido pelo jornal Folha da Manhã de 10 de abril de 1948 apresenta alguns elementos que ajudam a construir uma compreensão acerca do que é nomeado de assistencialismo.

A grande força do coronel é a sua capacidade de servir, o seu gosto de servir. Sem isto ele sucumbirá ou nunca existirá. É o gosto de servir que faz dele o grande prestígio e a grande força. Ele é candeia que sempre se acende na escuridão do necessitado. Do necessitado amigo ou possível amigo... A função do coronel é cotidiana<sup>264</sup>.

Em sua extensa reportagem, o jornalista Arnóbio Tenório Vanderlei procura, com muita destreza, construir um lugar político e social para os coronéis do sertão. Uma das características fundamentais apontadas como responsáveis por garantir a força e o prestígio desses chefes políticos é sua disposição para servir, principalmente aos mais necessitados. Sem esta constante qualidade de ajudar os humildes, como que predestinados a cumprir uma missão na terra, os coronéis do sertão não existiriam. Trata-se, portanto, de uma prática comum, presente no dia a dia dos “*coronéis*”. Mas não está disponível a todos os necessitados. De modo estratégico, a matéria afirma que apenas os necessitados “*amigos ou possíveis amigos*” poderão ser agraciados pela candeia que os coronéis representam.

---

<sup>263</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976, pp. 163-200.

<sup>264</sup> *Pequeno esboço sobre os “coronéis” do sertão*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 10 de abril de 1948, p. 02. APEJE.

Um dado a ser mencionado é que este discurso tem sido percebido em inúmeros documentos que fazem referência a Francisco Heráclio. Em 1950, ano em que ocorreriam as disputas eleitorais para o executivo e legislativo estadual<sup>265</sup>, parte da imprensa se utiliza do discurso assistencialista. Uma dessas reportagens foi apresentada pelo jornal Diário da Noite, em janeiro de 1950.

Vejo-me forçado a não abandonar o eleitorado, por que me interessa pela parte do fraco, do perseguido, do desprotegido. Preciso assegurar também o meu sossego. Só conseguirei isso controlando os votos de minha região<sup>266</sup>.

Este fragmento, entre outros aspectos, versa sobre uma série de acontecimentos ocorridos durante as eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947. Denuncia Francisco Heráclio os horrores cometidos pelo interventor federal em Pernambuco, Demerval Peixoto, contra sua pessoa, seus familiares e o povo de Limoeiro<sup>267</sup>.

Neste discurso podemos observar a preocupação daquele político em nomear parte significativa dos eleitores de fracos, perseguidos e desprotegidos. Diante do enquadramento por que passam esses segmentos sociais economicamente menos favorecidos, é projetado como alguém cujo interesse maior está em proteger e jamais em abandonar aquele considerável contingente eleitoral em relação à maior e mais organizada oposição ao PSD que, neste momento, encontra-se na UDN.

---

<sup>265</sup> Estas eleições foram realizadas em 03 de outubro de 1950.

<sup>266</sup> *Dramática explicação do “Coronel” Chico Heráclio: Estou com medo*. Jornal Diário da Noite, Recife, segunda-feira 23 de janeiro de 1950. APEJE.

<sup>267</sup> Após a redemocratização, em 1945, temos a realização de eleições para o Executivo estadual, em 19 de janeiro de 1947. Mas a posse de Barbosa Lima Sobrinho como governador eleito só ocorreria em 1948, por questões judiciais implementadas pelo candidato da UDN Neto Campelo. Neste período vários interventores federais foram nomeados para Pernambuco. O último deles foi Demerval Peixoto que era membro do PSD e tinha sido indicado pelo presidente Eurico Dutra. Por uma série de questões envolvendo o ex-interventor Agamenon Magalhães e Dutra, Demerval Peixoto passa a apoiar, durante as eleições, o governo do estado Neto Campelo, candidato da UDN. Neste momento, Francisco Heráclio apóia integralmente o candidato do PSD, Barbosa Lima Sobrinho. Ao mesmo tempo, Demerval Peixoto, passa a utilizar todo o aparato do Estado para dificultar a campanha eleitoral e a possível vitória do PSD, ou seja, de Barbosa Lima Sobrinho. Assim como se queixava Francisco Heráclio em Limoeiro, vários líderes políticos dos municípios do interior denunciavam, com frequência, na imprensa, a utilização, por parte do interventor, da força policial para vencer as eleições. Sobre Demerval Peixoto, ver também o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Coordenação: Alzira Alves de Abreu... [et al.]. Ed. rev. e atual. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol. IV, p. 4499.

Um aspecto a ponderar-se, com base ainda neste fragmento, está relacionado ao papel de servir aos supostos necessitados. O ato de servir encontra-se associado à proteção oferecida aos possíveis eleitores. Seguindo este mesmo entendimento, o sossego a que se refere estaria também ligado ao fato de esses eleitores servirem ao líder político com seus votos. É, portanto, uma via de mão dupla, onde quem serve é também servido. A prática do servir e do ser servido não poderão ser entendidas isoladamente, pois se encontram extremamente imbricadas.

Esta prática do servir poderá ser percebida analisando-se vários outros discursos da imprensa.

O meu eleitor sabe que eu estou sempre com ele, no dia da eleição ou depois da eleição. Por isso ele não me despreza, sendo essa a razão do meu grande contingente eleitoral. Não permito que os meus amigos sejam perseguidos<sup>268</sup>.

Ou ainda o seguinte boletim.

Em Limoeiro, como de resto em todos os municípios, minha palavra de ordem é para que o eleitor pobre e desamparado vote na chapa completa do PSD onde estão os verdadeiros amigos, aqueles que não defendem o eleitor a troco de dinheiro e que conhecem os pobres em tempo de eleição ou não<sup>269</sup>.

Observa-se que nos dois fragmentos acima, apresentados pelos jornais Diário da Noite e Folha da Manhã, a prática da proteção e do servir aos eleitores amigos e pobres encontram-se presentes. É afirmado, logo na primeira matéria, que o controle eleitoral verificado nas eleições anteriores deve-se a esta sua aproximação em ajudar e proteger os mais necessitados, não permitindo que seus amigos sejam perseguidos. O fato de servir ou proteger seus eleitores e amigos pobres o legitima a cobrar certo comprometimento dessas pessoas nas urnas. Essa prática do controle é também visualizada quando lança sua palavra

---

<sup>268</sup> O “coronel” Chico acusa! Jornal Diário da Noite, Recife, sexta-feira 17 de março de 1950. APEJE.

<sup>269</sup> Aos meus amigos, eleitores e ao povo de Pernambuco em geral. Boletim. Jornal Folha da Manhã, Recife, 26 de setembro de 1950, p. 03. APEJE.

de ordem para que os eleitores sufraguem apenas os candidatos do PSD por ele indicados. Candidatos que, assim como Francisco Heráclio, não defendem os eleitores desamparados por dinheiro ou apenas nos períodos eleitorais quando necessitam de votos, mas em todas e quaisquer situações.

Outros registros também nos têm possibilitado perceber importantes aspectos sobre a atuação daquele político em relação a seus eleitores. Durante as disputas eleitorais de 1954<sup>270</sup> para o legislativo e o executivo estadual, é produzido pela recém inaugurada fábrica de discos Rosenblit LTDA<sup>271</sup> um compacto duplo intitulado “*Francisco Heráclio uma lembrança aos meus amigos e correligionários*”<sup>272</sup>.

Este compacto é formado por cinco significativas faixas musicais das quais selecionamos duas. A primeira se intitula “*Coronel nunca diz não*”<sup>273</sup>:

O Coronel nunca diz não  
Foi seu amigo não sofre e tem proteção  
Entre para o cordão  
Coronel é da gente  
Ele nunca diz não.

Coronel Francisco Heráclio  
Ele tem do Recife ao sertão  
O povo quer seus candidatos  
Na hora “H” ele ganha a eleição  
O povo quer e ele ganha a eleição.

---

<sup>270</sup> O pleito de 1954 é bastante emblemático para Francisco Heráclio, este se encontra afastado do grupo majoritário do PSD, compondo uma minoria identificada como pessedistas históricos, e passa a apoiar o candidato da UDN João Cleofas para o executivo estadual.

<sup>271</sup> Sobre a fábrica de discos Rosenblit LTDA instalada no Recife, ver a dissertação de mestrado do professor Antônio Alves Sobrinho, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, em 1993, intitulada *Desenvolvimento em 78 rotações: a indústria fonográfica Rosenblit (1953 – 1964)*.

<sup>272</sup> Arquivo pessoal. Ver este disco compacto em seu formato original no anexo, p. 187-188. É importante ressaltar que um destes compactos foi localizado na residência do senhor Jerônimo de Castro Heráclio, no momento em que prestava seu depoimento, e que nos permitiu a sua reprodução.

<sup>273</sup> Vale ressaltar que não objetivamos elaborar uma análise sobre os parâmetros poéticos e musicais, ou questões referentes à recepção, como trabalham diversos autores que pensam a música como possibilidade documental para a história. Entendemos a produção desta canção enquanto estratégia política eleitoral. É a partir desta perspectiva que pretendemos analisar estas canções, sem qualquer preocupação com os possíveis aspectos estético-musicais ali presentes.

Uma das indagações suscitadas diz respeito à preocupação presente na letra da canção em construir uma imagem de Francisco Heráclio enquanto político que sempre atende aos amigos. Ora, a letra começa, justamente, procurando aproximar Francisco Heráclio dos vários segmentos sociais, sem fazer qualquer distinção entre ambos, pois “*o coronel é da gente*”; alguém que sempre poderá ajudar e oferecer proteção, para usufruir disto basta ser seu amigo. Apenas na segunda estrofe e, posteriormente, nas outras letras, é que os demais candidatos do partido são, enfim, apresentados ao público, mas respaldados pela imagem que gravita em torno daquele líder político. Francisco Heráclio é visto como capaz de vencer qualquer eleição. Essa demonstração de poder é reforçada aos ouvintes no momento em que afirma ser apoiado tanto no Recife como no sertão de Pernambuco, o que basta para eleger os vários candidatos de sua indicação.

Em relação aos candidatos constantemente apresentados por Francisco Heráclio como “*escravos do povo*”, é significativo que seja analisada a segunda letra da face B do disco, que se intitula “*Votarei com Francisquinho*”. Esta poderá nos proporcionar maior compreensão sobre a força e a circularidade que envolve tais práticas.

Vou votar em Francisquinho  
Francisquinho tem valor  
Não tem dia não tem hora  
Pra servir ao eleitor.

É escravo do seu povo  
De inverno a verão  
Ele atende a todo mundo  
E não sabe dizer não  
Seja rico seja pobre  
Seja branco ou de cor  
Todos querem Francisquinho  
Pois foi Deus quem lhe mandou.

O título da música refere-se à candidatura de Francisco Moraes Heráclio, o filho de Francisco Heráclio, que popularmente era conhecido como Francisquinho<sup>274</sup>. Este é apresentado, portanto, como alguém enviado por Deus para ajudar e servir a todos, não fazendo distinção de pessoas, sejam brancas ou de cor, ricas ou pobres<sup>275</sup>. Em qualquer dia ou hora, no inverno ou verão, encontra-se disposto a servir, pois é escravo de seu povo. E na condição de escravo deverá está sempre disponível, pronto para fazer aquilo que lhe foi determinado pela força divina: servir aos eleitores. A letra nos leva a pensar que a prática de servir, proteger, construída em torno de Francisco Heráclio, parece ter sido transmitida por meio de uma *rotinização do carisma* para os outros candidatos e, principalmente, para seu filho Francisquinho<sup>276</sup>.

Sobre a produção deste e de outros discos, afirma João Cordeiro:

Ele mandava gravar isso para campanhas eleitorais, então tinham vários discos. Eu não me recordo assim da letra da música. Me recordo de algumas palavras... Falando na vida do Coronel. Falando do candidato dele e tal<sup>277</sup>.

Em seu relato este antigo morador da cidade de Limoeiro, que conheceu Francisco Heráclio, afirma ser esta prática recorrente nos períodos eleitorais; e muito embora se recorde apenas de algumas poucas frases dessas letras, não deixa dúvidas de que faziam alusão à vida do “*coronel*” e dos candidatos por ele apoiados, como pudemos perceber nos dois casos comentados anteriormente. Essas músicas eram tocadas em algumas emissoras

---

<sup>274</sup> Nas eleições de 1954 dois de seus filhos são candidatos à reeleição; Heráclio Moraes do Rêgo passa a pleitear uma cadeira na Câmara Federal, e Francisco de Moraes Heráclio (Francisquinho) a Assembléia Legislativa de Pernambuco. Já nas eleições federais de 1950, Heráclio Moraes do Rêgo tinha atingido a marca dos 25000 mil votos, sendo considerado o deputado federal mais votados em Pernambuco. Ver *Chico Heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém!* Revista Manchete, N° 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953, pp. 52-53. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE. Ver também HERÁCLIO, Reginaldo & HERÁCLIO, Ricardo. *Chico heráclio, a herança política*. Recife: editora Universitária da UFPE, 1997.

<sup>275</sup> É notado na letra da música um apelo a uma imagem sagrada cujo objetivo é justificar perante os eleitores a candidatura de Francisquinho. Sobre este aspecto ver LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª edição. São Paulo: editora Papirus, 1986, pp. 169-197.

<sup>276</sup> Esta expressão “*rotinização do carisma*”, é usada por Ângela de Castro Gomes ao afirmar que Getúlio Vargas, ao indicar João Goulart para assumir o Ministério do Trabalho em 1953, escolhia também o seu herdeiro político. GOMES, Ângela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores?* IN FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

<sup>277</sup> Entrevista de João Cordeiro de Albuquerque, realizado na cidade de Limoeiro em 20 de outubro de 2006, pp. 06-07.

como a Rádio Difusora de Limoeiro ou em carros de propaganda sonora: segundo sugere o próprio entrevistado, permitia que inúmeras pessoas analfabetas tivessem acesso a algo que lembrasse constantemente Francisco Heráclio e aos candidatos que apoiava, acesso facilitado pela rápida memorização e ritualização das músicas que compõem o disco.

Um outro aspecto que a documentação tem possibilitado estudar é o cotidiano das práticas políticas. Localizou-se uma série de referências sobre o dia a dia desse fazer política. Trata-se de práticas assistencialistas implementadas por Francisco Heráclio e seus aliados políticos e que eram mantidas nas relações com os segmentos populares. Neste sentido, o jornal *Diário da Noite*, em abril de 1950, publica uma vasta matéria em que o repórter descreve o que, provavelmente, haveria se passado na visitas à fazenda Varjada, residência daquele político.

Enquanto pedia novas cadeiras, para espalhar no vasto terraço, atendia aos pedintes que acorriam as dezenas:

- Onde é que tu mora, Zé?

Sua primeira pergunta é invariavelmente esta. E as respostas chovem:

- Eu sou de Carpina, do Recife, do...

O “coronel” esparramado numa cadeira, cutucava de vez em quando o repórter, a uma resposta curiosa do pedinte... A uma senhora, por exemplo, que o procurava a fim de conseguir dele a separação do marido, que andava fora da linha<sup>278</sup>.

Este é um trecho de uma longa reportagem. O jornalista registra a passagem de várias pessoas, de diversas cidades do estado, que procuram Francisco Heráclio para algum pedido ou resolver alguma pendência. O fato de essas pessoas irem a seu encontro deve ser mais bem analisado: elas não iam por acaso; ao contrário, provavelmente criam numa real possibilidade de terem seus anseios atendidos, ou obterem alguma promessa, o que, em

---

<sup>278</sup> *Etelvino ou Agamenon – diz Chico heráclio*. *Jornal Diário da Noite*, Recife, sexta-feira 21 de abril de 1950. APEJE.

certas circunstâncias, poderia ser-lhes já o bastante<sup>279</sup>. Além disso, o jornalista também deixa transparecer que todos eram recebidos pelo “*coronel*” que lhes ouvia as incontáveis queixas e pedidos, como é o caso da senhora que desejava a separação conjugal. Este gesto de receber e ouvir as pessoas em sua própria residência, possivelmente, era visto pelos populares como uma espécie de deferência daquele político.

Noutras reportagens, como a publicada em julho de 1953 na *Manchete*, o repórter Darwin Brandão, em visita à cidade de Limoeiro e à residência de Francisco Heráclio, descreve seu cotidiano. Uma das práticas detalhadas pelo repórter trata-se do permanente contato mantido entre este político e aqueles que o procuravam em sua residência. Afirma que:

O coronel acorda de madrugada. Às quatro horas está de pé, já de terno, chapéu e gravata aberta no peito. Nessa hora começa a fila de caboclos no terreiro de sua casa. Homens e mulheres, velhos e crianças. Vêm todos humildemente, os homens de chapéu na mão, as mulheres falando sem olhar para ele.

Disse-me um familiar do coronel que às vezes ele atende 300 pessoas por dia. Todos têm um pedido e a casa do coronel virá escritório sentimental, casa bancaria, delegacia e juizado<sup>280</sup>.

Podemos constatar como se praticava o assistencialismo, algo extremamente atrelado ao fazer política. O repórter da revista *manchete* observa – e talvez estivesse impressionado – a disposição com que Francisco Heráclio, já às quatro horas da manhã, inicia seu intenso contato com homens e mulheres humildes que, àquela altura, encontravam-se amontoados no terreiro de sua casa. Diariamente, aproximadamente 300 pessoas deslocavam-se para a residência daquele político, todas com alguma reclamação ou pedido a ser feito. Em relação a estes pedidos, a matéria afirma tratem-se de questões conjugais, financeiras e/ou algum tipo de pendência com a polícia ou a Justiça. A

---

<sup>279</sup> Estes dados nos levam a indagar mais uma vez sobre a popularidade e inserção de Francisco Heráclio não apenas no município de Limoeiro como também em inúmeros outros de Pernambuco. Ou seja, a reportagem esclarece que as pessoas que o procuravam eram dos mais diversos lugares de Pernambuco.

<sup>280</sup> *Chico heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém!* Revista *Manchete*, N° 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953, pp. 52-53. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE.

reportagem não trata sobre a capacidade do “*coronel*” em solucionar ou não os anseios e dificuldades dessas pessoas.

As lembranças narradas por João Cordeiro, categoricamente, apresentam Francisco Heráclio como o pai da pobreza.

Era muita gente, ele tinha uma mesa na sala de estar muito grande, e essa mesa todos os dias era repleta de pessoas fazendo refeições lá. Quem chegava lá na casa dele na hora da refeição. Não saía ninguém, era exigência dele. Se era hora do café da manhã... ‘Vocês não vão pra casa, vão tomar café primeiro’. E essa mesa era refeita duas, três vezes com cada refeição. Na casa do Coronel não faltavam pessoas, quando não ia alguém pra resolver negócios, iam pessoas amigas palestrar com ele<sup>281</sup>.

Nesta entrevista, sua memória faz aflorar práticas que parecem buscar atingir as camadas populares, como oferecer refeições a todos quantos estivessem a sua volta; eram essas pessoas quase que convocadas seja para o café, almoço ou jantar. Para João Cordeiro, não se tratava apenas de participar das refeições e terem suas necessidades imediatas atendidas. Era muito mais que isso. O fato de estar à mesa com alguém de posses, de prestígio social e político, provavelmente, era internalizado por tais pessoas como extremamente significativo e simbólico<sup>282</sup>.

Jurandir de Barros – antigo morador da cidade de Limoeiro que, no final dos anos 50, exerceu o cargo de vereador, e durante a década de 1960, foi, candidato a prefeito desta cidade – afirma que desenvolveu acirrada oposição política ao grupo partidário representado por Francisco Heráclio. Diz ainda, em sua entrevista, que conheceu de perto uma série de práticas daquele grupo político desde o final da década de 40, quando ainda era jovem. Em um dos trechos de seu depoimento afirma que Francisco Heráclio “*amparava essa gente, ele tinha vacas leiteiras e o leite não era só pra ele não, era pro povo que descia lá da serra e vinha buscar o litrinho de leite na casa do coronel... Ele*

---

<sup>281</sup> Entrevista de João Cordeiro de Albuquerque, realizada na cidade de Limoeiro em 20 de outubro de 2006, p. 11.

<sup>282</sup> A utilização do termo simbólico poderá ser entendida como sinônimo de poder simbólico na forma que define Pierre Bourdieu, “os símbolos são os instrumentos por excelência de integração social... função política de instrumentos de imposição e de dominação”. Ver BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2000, pp. 07-16.

*manipulava mesmo, né*”<sup>283</sup>.

Jurandir de Barros oferece-nos outra compreensão sobre este assistencialismo praticado por Francisco Heráclio. Para ele, esta prática revela uma eficiente maneira de controlar os segmentos sociais economicamente desfavorecidos que representavam considerável contingente de eleitores neste momento em Limoeiro. Aliás, nesta mesma entrevista, Jurandir nos chama a atenção ao narrar um conjunto de outras práticas que compreendemos indicar as estratégias de controle político e eleitoral exercido por Francisco Heráclio e seus partidários. Ações que em muito contribuía para projetá-lo enquanto importante liderança partidária no cenário político de Pernambuco. Práticas que, não raro, têm permeado as memórias coletiva e individual de antigos moradores, assim como parte da imprensa estadual e nacional.

---

<sup>283</sup> Entrevista de Jurandir Cassimiro de Barros, realizada na cidade de Limoeiro em 03 de maio de 2006, pp. 09-10.

## Capítulo IV

### “Como se faz uma eleição?”

Em reportagem publicada pela revista Manchete em julho de 1953, o jornalista Darwin Brandão teria indagado a Francisco Heráclio do Rêgo como eram realizadas as eleições naquele município.

Na última gastei perto de 500 contos. Venci em toda linha e foi um dos poucos municípios do Brasil onde Cristiano Machado teve quase unanimidade dos votos. O processo é muito simples. Eu e mais alguns amigos damos transporte aos eleitores. Mando um boi para cada seção eleitoral e às vezes mando cachaça para depois das eleições. Não admito fiscal de nenhum partido. Eleição em Limoeiro tem que ser feita por mim. Sempre fiz e nunca me dei mal<sup>284</sup>.

Neste ínterim, Francisco Heráclio faz referência às eleições presidenciais de 1950, quando Cristiano Machado – apoiado pelo PSD – disputa com Getúlio Vargas – candidato pela coligação PTB-PSP – a presidência da república; neste mesmo momento são realizadas as eleições para o legislativo e o executivo estadual tendo sido eleito o ex-interventor Agamenon Magalhães, candidato pelo PSD. Porém, entre 1950 e julho de 1953, ano da publicação dessa reportagem, dois outros pleitos eleitorais são realizados em Pernambuco. Em julho de 1951 temos, para a maioria das cidades do Brasil, eleições municipais e, excepcionalmente, em outubro de 1952 ocorre novo processo eleitoral no estado para preencher o cargo de governador, após a morte de Agamenon Magalhães em agosto daquele ano, tendo em vista que o código eleitoral até então não anunciava em seus artigos o cargo de vice-governador.

Os pleitos eleitorais realizados entre 1945 e 1955, no que se refere às disputas estaduais para o governo do estado, precisam ser mais bem compreendidos, tendo em vista

---

<sup>284</sup> *Chico heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém!* Revista Manchete, N° 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953, pp. 52-53. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE.

que os dados obtidos pelos candidatos nas urnas municipais de Limoeiro são reveladores da atuação política de Francisco Heráclio e seus partidários. Para Dulce Pandolfi, nas disputas ao cargo de governador em 03 de outubro de 1950, o candidato da UDN, João Cleofas, consegue, naquele município, a soma de 802 sufrágios, enquanto Agamenon Magalhães obtém 7.329. Para o pleito de 1952, Osório Borba lança-se candidato ao governo do estado pelo PSB e Etelvino Lins, candidato por uma coligação que unia pela primeira vez PSD, UDN, PDC e PL, recebe a maioria absoluta dos sufrágios naquele município, que totalizava 6.061 votos<sup>285</sup>. É importante ressaltar que, no jornal Folha da Manhã de 01 de julho de 1953, é possível perceber certa divergência em relação aos números apresentados por Dulce Pandolfi para este pleito. De acordo com o jornal, Etelvino Lins dispõe no município de Limoeiro de 6.062 votos, o correspondente a 99% do total, enquanto Osório Borba apenas 48 votos, aproximadamente 1%<sup>286</sup>.

Feitas estas considerações, atente-se para alguns aspectos presentes nos pleitos eleitorais no município de Limoeiro e circunvizinhos. É possível identificar-se, na própria resposta de Francisco Heráclio à revista Manchete, uma série de práticas políticas que descrevem sua maneira de fazer, ou conduzir o processo eleitoral no município de Limoeiro, embora sejam ações possíveis de ser verificadas também em outros municípios do Brasil naquele período.

Era, portanto, utilizada durante o processo eleitoral considerável soma de dinheiro, 500 contos de réis<sup>287</sup>. Recurso utilizado em transporte, alimentação, cachaça ou, quem sabe, para ajudar a dirimir quaisquer tipos de dúvidas que, por ventura, ainda restassem aos eleitores no dia da eleição. Além disso, a vitória nas urnas era garantida, também, com a proibição da presença de fiscais de outros partidos não coligados ao daquele político. Geralmente os fiscais eram pessoas da inteira confiança de Francisco Heráclio, escolhidas para fiscalizar, manter a ordem e o controle em cada seção. Podemos assim compreender

---

<sup>285</sup> Sobre a candidatura de Osório Borba e Etelvino Lins ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *As eleições em Pernambuco de 1950 a 1954* IN LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: editora Massangana, 1986, pp. 93-112. Ver também, TEXEIRA, Flávio Wainstein. *O movimento e alinha: presença do teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946 – 1964)*. Recife: editora Universitária da UFPE, 2007, p. 47.

<sup>286</sup> *Folha nos municípios/Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 01 de julho de 1953, p. 07. APEJE.

<sup>287</sup> É importante ressaltar a ausência de um parâmetro comparativo de valores entre a moeda presente na década de 1950 e a moeda nacional atual. Mas quando indagados sobre estes valores, vários entrevistados são unânimes em afirmar que se tratava de uma considerável soma de dinheiro. Afirmam ainda que poucos, naquele período, poderiam dispor de tamanha quantia.

ser bastante reduzido o poder de fiscalização e contestação de que dispunha a oposição para exigir da Justiça Eleitoral o cumprimento do decreto-lei nº 7.586 de 1945 que regulamentava o processo eleitoral<sup>288</sup>.

Outras documentações versam sobre a participação de Francisco Heráclio no cenário político e apresentam elementos – alguns semelhantes aos apresentados pela reportagem da revista Manchete – que descrevem sobre essa maneira de fazer política. São práticas que compõem uma espécie de cartilha a ser seguida, sobretudo em períodos eleitorais e/ou pré-eleitorais, e que podem ser observadas em vários boletins circulantes nas áreas de sua influência política. Estas ações poderão também ser compreendidas como suficientes para representá-lo frente aos diferentes segmentos sociais como importante e decisiva liderança política. Uma dessas práticas, portanto, pode ser observada num boletim produzido em novembro de 1945 intitulado “*Presado amigo e correligionário*”<sup>289</sup>.

Seguem, nesta carta, as chapas dos candidatos que devem ser votados. Tirem as chapas dessa carta e guarde com cuidado.

No momento de votar, o presidente da mesa lhe entregará um envelope. Entre com ele para o quarto secreto e ponha as chapas que eu lhe dei dentro dele, fechando-o em seguida e voltando à mesa coloque o envelope dentro da urna<sup>290</sup>.

Este fragmento de boletim revela que Francisco Heráclio distribuía as cédulas eleitorais através do envio de cartas; Nestas cartas, eram também endossados boletins, a exemplo do acima citado, que instruíam sobre como proceder no momento de votar. O decreto-lei 7.586 de 1945 não proibia que os candidatos e/ou partidos políticos confeccionassem as cédulas de votação e as distribuíssem antes mesmo da realização do pleito, embora as seções também pudessem disponibilizá-las aos eleitores<sup>291</sup>. Esta prática foi autorizada pelo Código Eleitoral de 1932 e permitia ao eleitor chegar à seção já com a

---

<sup>288</sup> Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 3ª edição. São Paulo: editora Alfa Ômega, 1990, pp. 105-135.

<sup>289</sup> Este boletim já foi em parte trabalhado no capítulo anterior, num tópico intitulado *Em nome do pai: a legitimação de uma dominação*.

<sup>290</sup> Arquivo pessoal, ver anexo, p. 176.

<sup>291</sup> Segundo o artigo 76 do decreto-lei 7.586 de 28 de maio de 1945, é restringida a distribuição de cédulas ao eleitorado no local de votação e nas suas imediações, respeitando-se um raio de 100 metros.

cédula eleitoral, sendo possível seu preenchimento antecipado, pelo eleitor ou por um suposto cabo eleitoral a serviço de um líder político. Neste momento, segundo o autor, era oficial apenas o envelope em que o eleitor deveria colocar seu voto e depositar na urna. A presente medida, em vigor desde a introdução do Código de 1932, objetivava o aperfeiçoamento do sigilo do voto<sup>292</sup>. Segundo Jairo Nicolau, a cédula oficial foi utilizada inicialmente em 1955, durante a eleição para a presidência da República, quando da aprovação de uma lei federal determinando que a Justiça Eleitoral confeccionasse e distribuísse as referidas cédulas apenas para as seções eleitorais, obrigando ao eleitor o preenchimento da cédula na própria seção<sup>293</sup>.

É possível também perceber na documentação um caráter extremamente pedagógico, ou seja, existia intensa preocupação por parte daquela liderança política, e provavelmente de seus partidários, em ensinar às pessoas como se portar no momento da votação. Os eleitores passavam então a receber instruções, os vários passos que deveriam ser executados para sufragarem sem incorrer no risco de terem seus votos anulados. Essas informações passavam a ser tema de vários boletins, o que denuncia a possível existência de um grande número de eleitores que, naquele momento, deveria aprender a votar. Além do boletim anteriormente citado, durante a campanha eleitoral para o legislativo e o executivo municipal, realizada em outubro de 1947, um outro boletim intitulado “*Aos meus grandes amigos e correligionários*” instruía os eleitores sobre como agir no dia da eleição.

Lembro que não esqueçam do título quando forem votar. Como também ter o maior cuidado em não mostrar suas chapas para não as inutilizar ou trocar, como tem acontecido várias vezes: Tenham toda atenção quando receberem convites para entrar em sopas, automóveis ou casas, pois isto tem por fim trocar chapa ou inutilizar com manchas e riscos.

...

---

<sup>292</sup> Sobre o Código Eleitoral de 1932 ver NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar Editores, 2002, pp. 37-55.

<sup>293</sup> NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar Editores, 2002, pp. 37-55.

N. B. – Peço ter todo cuidado para não juntar com as chapas a carta e a envelope<sup>294</sup>.

Ao mesmo tempo em que Francisco Heráclio buscava confeccionar e distribuir as cédulas eleitorais deixa transparecer intensa inquietação em relação à prática da troca ou rasura das cédulas por possíveis opositores. Práticas que poderão ocorrer de diversas maneiras no momento do pleito, segundo diálogo ocorrido entre aquele líder político e o repórter da revista *Manchete Darwin Brandão*<sup>295</sup>, sobretudo quando indagado a respeito de como era feita uma eleição em Limoeiro. Ao afirmar que eram oferecidos transporte, cachaça e alimentação aos eleitores, deixa transparecer a idéia de que essas ações funcionavam dificultando a substituição ou rasura das cédulas eleitorais, uma vez que, assim, diminuiria nos votantes dos candidatos por ele indicados a possibilidade da procura desta oferta em candidatos da oposição.

Outro dado considerado importante e presente nos dois boletins supracitados é o fato de terem sido endereçados a eleitores específicos. Para além dos aspectos pedagógicos apontados, a prática de enviar cartas tem sugerido outras significativas implicações. Imagine-se que estes boletins eram confeccionadas em quantidade suficiente a garantir seu recebimento por expressivo número de potenciais eleitores. O percurso entre a casa de Francisco Heráclio, local mais indicado de sua produção e emissão, e o destinatário era executado, provavelmente, por alguém da confiança daquele. Alguém que deveria possuir determinado conhecimento prévio não só das áreas, essencialmente rurais, a serem percorridas, mas também das pessoas a quem iria entregar a referida correspondência contendo os boletins e as cédulas de votação.

Aqui se estabelece a seguinte indagação: exatamente que possíveis significados o recebimento deste material poderia emitir. Receber cartas neste momento, entre 1945 e 1955, talvez fosse, para certa parcela da população brasileira, algo frequente, principalmente nas áreas urbanas onde este serviço era mais bem estruturado; mas, para

---

<sup>294</sup> Arquivo pessoal, ver anexo, p. 177. Ver também *Aos meus amigos e correligionários limoeirenses*. Boletim. Jornal Folha da Manhã, Recife, 05 de janeiro de 1947, p. 05. APEJE.

<sup>295</sup> A prática de trocar as cédulas eleitorais era algo recorrente em dias de eleição, pelo menos entre 1945 e 1955, período em que encontra-se inserida esta pesquisa. Tal prática poderia ser realizada tanto por partidários do PSD como da UDN e por outros partidos políticos. Sobre estes aspectos ver *Dia de eleição em Limoeiro*. Jornal Diário da Manhã, Recife, 12 de outubro de 1950, p. 01. APEJE. Ver também *Cabe ao TSE resolver o caso de Limoeiro*. Jornal Diário da Manhã, Recife 22 de fevereiro de 1947, p. 01. APEJE.

quem era residente dos campos e vilas distantes das sedes municipais, a possibilidade de ter acesso a este tipo de benefício poderia ser muito reduzida. Pode ser afirmado, a partir de informações de antigos moradores das áreas rurais, que as populações financeiramente carentes, moradoras dos grotões e boqueirões, dificilmente recebiam cartas ou utilizavam este mecanismo de comunicação.

Por si mesmo, o fato de alguém receber uma correspondência não é um dado assim relevante, no entanto, não se trata aqui de qualquer correspondência. A visita de um portador trazendo uma carta de Francisco Heráclio poderia ocasionar sentimentos de gratidão, ou mesmo ser entendido como uma deferência por eleitores de diferentes camadas sociais. Esse gesto, possivelmente visto como ato de respeito e consideração realizado por alguém de prestígio no cenário político de Pernambuco, além de permitir a distribuição das cédulas eleitorais e de alguns boletins, poderia muito influir nos resultados das urnas como conseqüente forma de reconhecimento para com aquele líder político.

Ao mesmo tempo, a prática de enviar cartas aos moradores daquela região sugere outras possibilidades de olhar, além da que indica a deferência que poderia permear o sentimento de vários moradores. Assim, pode-se pensar, também, que o envio destas cartas por Francisco Heráclio fosse entendido por significativa parte de seus recebedores como algo já esperado; como se tal ação representasse, para alguns moradores, uma espécie de postura que deveria ser assumida por seu líder político.

Algumas outras práticas têm sido apresentadas sugerindo ainda maior direcionamento na condução política. São registros que fazem referência à emissão de documentos pessoais, principalmente ao título de eleitor, conforme observado no fragmento do boletim nomeado "*Aos meus amigos e correligionários*", publicado no jornal Folha da Manhã, em novembro de 1946.

Quero também avisar que quem se alistou e não recebeu os títulos por falta de tempo, já pode ir ao cartório que receberá e poderá votar nas eleições do dia 19 de janeiro quando será eleito governador por cinco anos o dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Quem se alistou agora, aguarde-se. Quando o título estiver pronto eu avisarei<sup>296</sup>.

Ou ainda num fragmento de um outro boletim intitulado “*Aos meus amigos limoieirenses e aos correligionários*”:

Aviso a todos que se qualificaram no ano passado e não tiveram tempo, de retirar os seus títulos que já podem ir ao cartório de Ernestino Cavalcanti, pois os mesmo estão prontos e esperando que seus legítimos donos vão buscá-los<sup>297</sup>.

Estes dois fragmentos fazem referências às disputas eleitorais para o legislativo e o executivo estadual de 19 de janeiro de 1947. Neste momento, concorrem ao cargo de governador Barbosa Lima Sobrinho, pelo PSD; Pelópidas Silveira, apoiado pelo PCB e pela Esquerda Democrática<sup>298</sup>; Eurico Souza Leão, candidato do Partido Republicano; e Neto Campelo Junior, pela Coligação Pernambucana que envolvia a UDN, o PDC e o PL<sup>299</sup>. O resultado final é de uma diferença inferior a 1% entre os candidatos do PSD e da UDN. Barbosa Lima Sobrinho obtém a maioria de sufrágios válidos, o correspondente a uma pequena diferença de 575 votos em relação a Neto Campelo Junior<sup>300</sup>.

---

<sup>296</sup> *Aos meus amigos e correligionários*. Boletim. Jornal Folha da Manhã, Recife, 24 de novembro de 1946, p. 03. APEJE.

<sup>297</sup> *Aos meus amigos limoieirenses e aos correligionários*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 01 de dezembro de 1946, p. 03. APEJE.

<sup>298</sup> A Esquerda Democrática de Pernambuco representa um segmento político dissidente da UDN. Esse afastamento ocorre em setembro de 1945, momento em que fica conhecido como ED. Só em junho de 1947 passa a ser denominada de Partido Socialista Brasileiro, PSB. Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política*. Recife: editora Massangana, 1984, pp. 85-114. Sobre a candidatura do engenheiro Pelópidas da Silveira para o executivo estadual em 1947 e municipal em 1955, ver TEXEIRA, Flávio Wainstein. *O movimento e alinha: presença do teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946 – 1964)*. Recife: editora Universitária da UFPE, 2007, p. 46.

<sup>299</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política*. Recife: editora Massangana, 1984, pp. 115-145. É importante ressaltar que este é um momento de reorganização de forças política em Pernambuco e no Brasil, movimento que se intensifica a partir de 1945 com o processo de democratização política, tendo em vista que, desde a instalação do Estado Novo em 1937, as eleições para o executivo estadual se encontravam suspensas.

<sup>300</sup> A Coligação Pernambucana recorre ao Tribunal Regional Eleitoral na tentativa de impugnar seu resultado, o que gera longa disputa judicial adiando, assim, a diplomação de Barbosa Lima Sobrinho, que é confirmada em 14 de janeiro de 1948 pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política*. Recife: editora Massangana, 1984, pp. 115-145.

A imprensa acompanhou intensamente o desfecho das eleições no município de Limoeiro, tendo em vista registros de diversas situações acaloradas entre partidários de um e outro candidato ao governo<sup>301</sup>. Podemos constatar, também a partir da imprensa, que em Limoeiro Barbosa Lima Sobrinho detém a maioria quase absoluta de votos aceitos pela Justiça Eleitoral. Reportagem publicada no jornal Folha da Manhã de 25 de fevereiro destaca a expressiva situação deste candidato: “*merece um registro especial a votação que o sr. Barbosa Lima Sobrinho alcançou em Limoeiro*”<sup>302</sup>. Essa especial votação obtida ali por Barbosa Lima é lembrada por Francisco Heráclio em reportagem a este mesmo jornal, um ano após as eleições de 19 de janeiro de 1947. Ao fazer referências a acirradas disputas ali travadas durante aquele pleito, afirma que “*a coligação teve apenas 781 votos. A maioria de Dr. Barbosa foi de 3428 votos*”<sup>303</sup>.

Especial atenção também deve ser dada a outras informações presentes nestes boletins, tal qual a emissão dos títulos eleitorais. Como informa a documentação, esta prática constitui um conjunto de ações utilizadas por Francisco Heráclio na arena política, sobretudo para o período abordado, que é o correspondente aos anos de 1945 a 1955.

Neste sentido, ter livre acesso sobre, ou controlar os cartórios eleitorais permitia, entre outras coisas, conhecer importantes informações acerca dos moradores como idade, filiação, residência e, principalmente, as atualizações junto à Justiça Eleitoral. Era ao cartório eleitoral que o eleitor deveria se dirigir para obter seu título. Estes cartórios funcionavam como um arquivo de informações sobre a população votante dos municípios. No caso de Limoeiro, o cartório de Ernestino Cavalcanti funcionava como uma extensão dos serviços políticos prestados por Francisco Heráclio aos seus amigos eleitores e correligionários.

---

<sup>301</sup> Ver *Desmentido formal à nota da interventoria sobre a situação em Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 15 de fevereiro de 1947, p. 01. APEJE. Ver também *Cretinice*. Jornal Diário da Manhã, Recife, 20 de fevereiro de 1947, pp. 01 e 06. APEJE. Ou ainda, *Cabe ao TSE resolver o caso de Limoeiro*. Jornal Diário da Manhã, Recife, 22 de fevereiro de 1947, p. 01. APEJE.

<sup>302</sup> *A resistência de Limoeiro*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 25 de janeiro de 1947, p. 03. APEJE.

<sup>303</sup> *O regime de terror vivido por Limoeiro no governo Demerval Peixoto*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 22 de fevereiro de 1948, p. 06. APEJE. É importante ressaltar que, em novembro de 1947, foram realizadas as eleições para o executivo e o legislativo municipal em Limoeiro. Francisco de Moraes Heráclio (Francisquinho), filho de Francisco Heráclio, candidato pelo PSD, obteve 3119 votos; o candidato da oposição pela UDN, Júlio de Andrade Lima, 452 votos. Ver *Os resultados do pleito do interior*. Folha da Manhã, Recife, 07 de novembro de 1947. APEJE.

A redemocratização política, a partir de 1945, e o crescente aumento de pessoas que deveriam ser qualificadas para votar parecem ter transformado os cartórios eleitorais em lugar estratégico para muitos políticos. Isso ocasionava que tais lideranças políticas dificultassem a emissão de títulos eleitorais em situações que fossem beneficiar à oposição, ou seja, era possível negar ou protelar o acesso ao título eleitoral a votantes ligados à oposição; paralelamente, poderia facilitar sua emissão àqueles que de interesse e, em troca, firmava-se então algum compromisso, como o empenho do voto para as próximas eleições. Não por acaso, em vários momentos, Francisco Heráclio solicita a todos quantos se alistaram procurarem o cartório de Ernestino Cavalcanti para retirada de seus títulos tendo em vista a proximidade do pleito a ser realizado em 19 de janeiro de 1947<sup>304</sup>.

Em alguns fragmentos desses boletins que versam sobre a emissão e distribuição de títulos eleitorais pelo cartório naquele município, podemos constatar um outro movimento sendo executado: o cartório eleitoral não apenas emitindo títulos eleitorais como também, em alguns momentos, retendo-os ou confiscando-os. Conforme consta “*antes quero avisar aos meus eleitores que já podem procurar os títulos que foram colocados dentro da urna nas eleições de 02 de dezembro. Estes títulos estão no cartório de Ernestino Cavalcanti*”<sup>305</sup>.

Ou ainda:

Adianto mais que todos aqueles que tiveram seus títulos postos nas sobrecartas pelo presidente da mesa onde votaram e colocados dentro da urna, que tais títulos já estão sendo entregues aos seus possuidores no cartório de Ernestino<sup>306</sup>.

É suposto que a retenção destes títulos eleitorais não seria possível caso Francisco Heráclio não detivesse considerável controle do processo eleitoral. Não se deu por acaso sua afirmação “*não admito fiscal de nenhum partido. Eleição em Limoeiro tem que ser feita*

---

<sup>304</sup> É importante ressaltar que o decreto-lei 7.586 de 28 de maio de 1945 e a própria Constituição de 1946 não permitiam o alistamento para menores de 18 anos e analfabetos. Só a partir de 1985 é permitido, por meio da emenda constitucional nº 25, o alistamento de pessoas analfabetas no Brasil.

<sup>305</sup> *Aos meus amigos e correligionários*. Boletim. Jornal Folha da Manhã, Recife, 24 de novembro de 1946, p. 03. APEJE.

<sup>306</sup> *Aos meus amigos limoieirenses e aos correligionários*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 01 de dezembro de 1946, p. 03. APEJE.

*por mim. Sempre fiz e nunca me dei mal*”, em 1953, à revista *Manchete*<sup>307</sup>. Assim, nos locais de votação, os responsáveis pelas seções eleitorais provavelmente atuavam exigindo que determinadas pessoas depositassem no envelope oficial, ou na sobrecarta, não apenas o voto como também o título de eleitor<sup>308</sup>.

Ao ter o título depositado na urna, ocorria uma precisa e imediata identificação do eleitor no momento de abertura da urna e verificação do voto. Jurandir de Barros, ao narrar suas lembranças sobre as disputas políticas em Limoeiro, denuncia a prática em que os títulos eram retidos. Para ele, a presença de um juiz solidário àquele chefe político – fazendo referências a Francisco Heráclio – em muito facilitava a realização desta ação<sup>309</sup>.

Ainda de acordo com o entrevistado, a prática de retenção de títulos eleitorais por proprietários de cartórios, que geralmente mantinham ligações com as maiores lideranças políticas – em Limoeiro, o cartório de Ernestino Cavalcanti parecia manter fortes laços políticos com Francisco Heráclio – ocorria de diferentes maneiras.

É no cartório do registro civil, que a pessoa tira o atestado de óbito. Então o cara diz: “eu só dou o atestado de óbito se você trazer o título de eleitor que tem que ficar aqui”. Ele acumulava aqueles títulos, entendeu?... O cara do cartório era agente do coronel. Aí reunia cinquenta, sessenta pessoas e distribuía em jipes, naquele tempo era jipe pra sair votando... Ele distribuiu mil votos de defunto<sup>310</sup>.

Esse relato descreve a exigência feita a algumas famílias, a fim de conseguirem uma certidão de óbito, para depositar no referido cartório o título de eleitor da pessoa falecida. E assim, segundo a entrevista, acumulam-se mil títulos de eleitores já falecidos que continuavam a ser utilizados em dias de eleição no município de Limoeiro.

---

<sup>307</sup> *Chico Heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém!* Revista *Manchete*, N° 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953, pp. 52-53. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE.

<sup>308</sup> De acordo com o decreto-lei 7.586, no artigo 143, que afirmava que “*reter título eleitoral contra a vontade do eleitor: Pena – detenção, de seis meses a dois anos*”. Neste mesmo artigo podemos encontrar outras disposições sobre a inviolabilidade do voto, ou seja, “*violar ou tentar violar o sigilo do voto: Pena – detenção de seis meses a um ano*”.

<sup>309</sup> Entrevista de Jurandir Cassimiro de Barros, realizada na cidade de Limoeiro em 03 de maio de 2006, pp. 01-06.

<sup>310</sup> Entrevista de Jurandir Cassimiro de Barros, realizada na cidade de Limoeiro em 03 de maio de 2006, pp. 01-06.

Para Jurandir de Barros, a utilização desses títulos nos pleitos eleitorais contava com a participação de presidentes e mesários das seções eleitorais que, possivelmente, eram coniventes e facilitavam que outras pessoas pudessem sufragar em lugar dos mortos. A própria Justiça Eleitoral, indiretamente, também fomentava o uso destes títulos ao permitir, neste momento, que pessoas de outros domicílios eleitorais pudessem votar em trânsito.

Aquele título serviria para a fraude, para se votar em trânsito, que havia isso, votava em trânsito. Mas não tinha a menor dificuldade porque todo mesário, presidente de mesa e tudo, de quem era? Do chefe político.

Votar em trânsito era... Você não conhece essa lei não? Não... Era assim... Era assim; eu chegava numa seção e dizia; “eu sou eleitor de Cumarú, mas como eu estou aqui, agora, eu queria votar logo”. Aí ele votava em trânsito<sup>311</sup>.

Essa prática que possibilitava o voto dos mortos parece ter sido um dos motivos para a realização, em 1956, de um recadastramento dos eleitores brasileiros seguindo novas regras como uso de fotografia nos títulos eleitorais e cédula única. Era uma tentativa de eliminar, ou reduzir as fraudes eleitorais denunciadas nacionalmente por alguns políticos como o escritor e deputado federal Mário Palmério<sup>312</sup>. Segundo Jairo Nicolau,

A eliminação dos já falecidos ou com mais de um registro produziu um decréscimo de 8,7% no eleitorado brasileiro: de 15, 086 milhões (1954) para 13,777 milhões (1958), enquanto no mesmo período a população cresceu 11%<sup>313</sup>.

Nessa mesma direção aponta Joseph A. Page, para quem o governo federal, ao realizar uma revisão das listas eleitorais, proporcionou considerável redução do número de

---

<sup>311</sup> Entrevista de Jurandir Cassimiro de Barros, realizada na cidade de Limoeiro em 03 de maio de 2006, pp. 01-06.

<sup>312</sup> Parte do discurso produzido por Mário Palmério que trata das fraudes eleitorais foi publicado por NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar Editores, 2002, p. 53.

<sup>313</sup> NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar Editores, 2002, pp. 37-55.

peças supostamente capacitadas para votar. Em Pernambuco, segundo o autor, houve uma diminuição da ordem de 200.000 (duzentos mil) eleitores. Em sua grande maioria nomes de pessoas falecidas utilizados por vários políticos para garantir resultados favoráveis nos pleitos eleitorais<sup>314</sup>.

---

<sup>314</sup> PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: editora Record, 1972, p. 75.

## Capítulo V

### O uso da coação contra eleitores e a oposição partidária

A violência nos pleitos eleitorais, ao longo da história do Brasil, tem sido objeto de apreciação pela historiografia política nacional. Durante este percurso, observam-se que as práticas de violência direcionadas contra eleitores e a oposição partidária assumiram feições as mais diversas. Estas, na maioria das vezes, tinham como função permitir que determinados políticos passassem a controlar, em algumas áreas, o processo eleitoral, assim como impor a vitória nas urnas aos candidatos previamente escolhidos.

Para o município de Limoeiro e circunvizinhos, a documentação tem apontado uma série de práticas de coação que passaram a ser utilizadas por Francisco Heráclio e partidários. Neste sentido, é significativo o fragmento da reportagem publicada pelo jornal Diário da Noite, de abril de 1952:

O “coronel” Chico ficou completamente à vontade, em meio aos homens da imprensa. E falou muito. Talvez demais, até. A certa altura da conversa, por exemplo, saiu-se com esta:

- Até o dia da eleição do dr. Barbosa, eu nunca tinha dado uma “tapa” ou mesmo um cascudo em ninguém.

E como alguém de suas relações lembrasse que os jornalistas estavam anotando suas palavras:

- Então eu vou negar? Uns cabras prometiam que votavam nos candidatos do “partido”, mostravam a chapa, até, e quando eu via era o bolso cheio de chapas da oposição (reparando, imediatamente, no que havia dito, mudou o termo “oposição” por “comunismo”). Aí, eu perdia a paciência e metia mesmo a mão nos traidores.

Um repórter perguntou o que, em tal situação, o “coronel” fazia aos “traidores”, ao que ele respondeu:

- Nada. Somente não deixava que eles votassem. Depois, mandava-os embora.

Um parente do “coronel” esclarece:

- É; amarrava-se o sujeito no pé de uma mesa e se lhe dava do melhor. Às 6 horas da noite, quando não se podia mais votar, a gente os soltava e mandava ir embora. O tratamento era o melhor possível; nada de violência...<sup>315</sup>.

A reportagem afirma que aquele político não se intimida diante dos jornalistas. A imprensa se constitui num veículo importante por meio do qual Francisco Heráclio projeta sua atuação política. Assim sendo, entende-se o uso da imprensa, entre os anos de 1945 e 1955, como uma eficiente prática política utilizada por Francisco Heráclio<sup>316</sup>.

Na reportagem apresentada pelo jornal Diário da Noite, a violência era aplicada às pessoas denominadas traidoras. Para Francisco Heráclio, traidores eram os eleitores que não cumpriam um possível acordo previamente firmado de votar em determinados candidatos por ele indicados. O reconhecimento destes eleitores era possível, ou facilitado, a partir de uma série de mecanismos previstos pelo decreto-lei de 28 de maio de 1945, anteriormente comentado<sup>317</sup>. Isso permitia ao eleitor dirigir-se à seção de votação levando consigo a própria cédula eleitoral pronta para ser depositada na urna. Neste caso, não era necessário o seu preenchimento prévio ou mesmo no local da votação.

Para aqueles identificados como traidores o tratamento parece um tanto variado: “um *“tapa” ou mesmo um cascudo, não deixava que eles votassem*”, ou ainda, de acordo com contribuição oferecida por um parente daquele político, “*amarrava-se o sujeito no pé de uma mesa e se lhe dava do melhor... Nada de violência*”. Muito embora o decreto-lei 7.586 de 28 de maio de 1945 assegurasse uma série de garantias ao eleitorado. Em uma das disposições do artigo 108 é afirmado que “*ninguém poderá impedir ou embarcar o exercício do sufrágio*”<sup>318</sup>.

---

<sup>315</sup> “*Não tenho nada contra o coronel Chico Romão*”. Jornal Diário da Noite, Recife, 22 de abril de 1952. APEJE.

<sup>316</sup> Essa perspectiva, por exemplo, contrapõe-se à apresentada por Marcos Vinícios Vilaça, de que, a partir de 1945, para subsistir politicamente numa estrutura que não corresponde à força da velha ordem semipatriarcal e semifeudal, esses “coronéis” procuram fazer uso de mecanismos que fugiam a seus controles, como a imprensa. Ver VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003. pp. 40-68.

<sup>317</sup> NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar Editores, 2002, pp. 43-55.

<sup>318</sup> Sobre as garantias eleitorais presentes no decreto-lei n° 7.586, de 28 de maio de 1945.

Em outros momentos podemos localizar, em alguns jornais de oposição, séries de denúncias também referentes a práticas de coação exercidas sobre eleitores residentes no município de Limoeiro e circunvizinhos, ou que apenas iam votar naqueles domicílios eleitorais. O jornal Diário da Manhã, de outubro de 1950, traz longa matéria sobre a violência que teria acontecido durante o pleito para o executivo e legislativo federal e estadual de 03 de outubro daquele ano, na cidade de Limoeiro<sup>319</sup>.

Responda o jornalzinho do sr. Agamenon Magalhães:

- a) É, ou não é verdade, que os srs. Jaime Luiz da Silva e Paulo Francisco da Silva foram a Limoeiro para votar?
- b) É, ou não é verdade, que esses dois cidadãos estão com o corpo cheio de equimoses?
- c) É, ou não é verdade, que ambos estão com as cabeças raspadas?
- d) É, ou não é verdade, que tamanha barbaridade foi praticada na cidade de Limoeiro?<sup>320</sup>

No transcorrer da matéria, o repórter elabora várias questões sobre os supostos atos de violência ali realizados por pessoas ligadas ao PSD, partido que, neste momento, tem Francisco Heráclio como seu maior representante. Dentre as questões levantadas, uma desperta maior atenção: a que indaga sobre terem os senhores Jaime Luiz e Paulo Francisco as cabeças raspadas. Prática que parece recorrente em vários pleitos nas áreas de atuação deste político e a respeito da qual alguns antigos moradores daquele município nos fazem demoradas referências. De acordo com o senhor João Cordeiro, era comum aquele líder político oferecer esse tipo de tratamento aos traidores ou mesmo à oposição.

Ele mandou raspar a cabeça de alguns trapos... Era uns cabras metidos a enxeridos, atravessados, se metiam a falar muito e falar da pessoa do Coronel. Coisas injustas, coisas que o Coronel não fazia. O Coronel mandou pegar, já tinha um barbeiro exclusivamente pra isso.

---

<sup>319</sup> Entre outras informações, a matéria versa sobre as eleições que elegem Agamenon Magalhães governador de Pernambuco, quando obtém, no município de Limoeiro, 7329 votos contra 802 do candidato da UDN, João Cleofas.

<sup>320</sup> *Terror em Limoeiro: houve coação eleitoral naquela cidade – um dia terá fim o reino da xicolandia.* Jornal Diário da Manhã, Recife, 12 de outubro de 1950, pp. 01 e 03. APEJE.

Raspava a cabeça do cabra da oposição. Aquilo ali era um sinal, mas num batia no cara, nem fazia nenhum outro mal. A não ser pelar o cabelo... Eu ainda me lembro que era José Baracho [nome do barbeiro]<sup>321</sup>.

Outra reveladora entrevista a também ajudar na compreensão da prática da coação naquele município parte de um membro da oposição, Jurandir de Barros. Ao rememorar uma série de ações que eram executadas no sentido de controlar as eleições no município de Limoeiro, fez-se significativa sua experiência de ter conhecido inúmeras pessoas que tiveram a cabeça raspada pelo barbeiro de Francisco Heráclio, José Baracho.

Houve um caso aqui, que... O cabra ta aí vivo ainda com oitenta e tantos anos ou noventa. Ele é crente hoje, é da Assembléia e ficou conhecido como o homem do coronel que fez o seguinte: raspava a cabeça dos adversários, prendia num dia, raspava a cabeça e mandava o cabra pra casa senão... Já raspamos a sua cabeça, já ta identificado. No outro dia o cabeça raspada era adversário. Isso fazia no dia da eleição... Também não votava enquanto o cabelo não crescesse, porque geralmente ele saia de Limoeiro. Se o cara não... O cara quando entra numa penitenciária, não é, e sai da penitenciária, geralmente ele sai de cabeça raspada, não é... É, ou não é?<sup>322</sup>

Já a entrevista de João Cordeiro, que afirma ter sido amigo de Chico, procura insistentemente justificar a prática desse tipo de coação contra aquelas pessoas que provavelmente faziam-lhe oposição política. Tal oposição é por ele desqualificada quando da nomeação de “*cabras, trapos, metidos, atravessados e enxeridos*”. Paralelamente, para Jurandir Barros, trata-se de uma prática de violência capaz de emitir signos reconhecidos socialmente naquele momento; um primeiro aspecto presente em suas lembranças é que ter a cabeça raspada funcionava como uma espécie de identificação, ou seja, aquela pessoa era facilmente reconhecida como opositora política. Podemos, assim, supor que um conjunto de insinuações, constrangimentos e repúdios acompanhavam o detentor desta marca, o que

---

<sup>321</sup> Entrevista de João Cordeiro de Albuquerque, realizada na cidade de Limoeiro em 20 de outubro de 2006, p. 03.

<sup>322</sup> Entrevista de Jurandir Cassimiro de Barros, realizada na cidade de Limoeiro em 03 de maio de 2006. Fita 2, p. 02.

poderia acarretar em sua temporária saída da cidade. Na percepção de Jurandir, há um outro dado a ser considerado: a cabeça raspada parece servir de punição. A explicação oferecida em seu depoimento é de que existia uma associação entre aquelas pessoas que tinham suas cabeças raspadas por José Baracho e os presos das penitenciárias, uma vez que, ao entrar ou sair das cadeias, também se tinham sempre as cabeças raspadas.

Muitas vezes os discursos acerca da prática de coação realizada contra eleitores ou elementos ligados a outros grupos políticos permeavam os vários jornais do estado. Foi assim em 1950, quando disputavam à Presidência da República, em eleições a se realizarem aos 03 de outubro daquele ano, Getúlio Vargas, candidato pela coligação PSD-PTB e o brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN. Momento em que o jornal de oposição a Agamenon Magalhães, o Diário da Manhã, aos 30 de setembro de 1950, publica telegrama enviado pelo Presidente da UDN no estado, o engenheiro João Cleofas, à imprensa do estado do Rio de Janeiro. Apesar da extensão, segue apenas um fragmento que em muito contribui para o pensar sobre o ambiente das disputas políticas em Pernambuco.

A posição eleitoral do brigadeiro Eduardo Gomes em Pernambuco se apresenta bastante favoráveis... Diante desse desenvolvimento, as autoridades responsáveis pela segurança pública permitem e alimentam verdadeira onda de perseguições, a fim de obter, pela campanha policialesca no terror, vantagem para o PSD. Em Limoeiro, o chefe político situacionista, com a conivência da polícia, invade municípios vizinhos chefiando bandos de capangas armados, intimidando eleitores com....<sup>323</sup>.

Nessa mesma perspectiva, após o pleito eleitoral para o executivo e legislativo municipal realizado em 1º de julho de 1951, em várias cidades de Pernambuco e do Brasil, Francisco Heráclio, à frente do PSD de Limoeiro, recorre à imprensa para negar ou justificar uma série de ações praticadas sob seu comando nos municípios de João Alfredo e

---

<sup>323</sup> *Implantou-se o terror em Pernambuco. Corre sangue de udenista – o secretário de segurança a serviço do PSD e o governador cruza os braços.* Jornal Diário da Manhã, Recife, 30 de setembro de 1950, pp. 03 e 05. APEJE.

Bom Jardim, vizinhos a Limoeiro<sup>324</sup>. Afirma o mesmo que “*essa história de coação, de nossa parte, alegado pelo dr. Osvaldo Lima Filho não passa de fantasia, é que ele está sentindo o amargo da derrota na boca*”<sup>325</sup>.

Aos 18 de julho, Francisco Heráclio volta à imprensa ainda para combater as acusações feitas pelo deputado estadual Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima de que havia ocorrido, naqueles municípios de João Alfredo e Bom Jardim, práticas de coação. Para aquele político, Osvaldo Cavalcanti estaria “*procurando desculpas para sua incontestável derrota, alegam os delegados do PSP ter havido coação no pleito de 1º de julho*”<sup>326</sup>.

É importante ressaltar que acusações de violência política como esta apresentada por Osvaldo Lima e veementemente combatidas por Francisco Heráclio poderiam tornar-se casos de polícia; e, algumas vezes, a parte supostamente atingida recorria ao Tribunal Regional Eleitoral e/ou ao Tribunal de Justiça do Estado. Assim, as práticas de violência ocorridas em João Alfredo durante a campanha eleitoral municipal de 1951 foram apresentadas oficialmente à justiça estadual. Num primeiro momento, foi o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco que acolheu a denúncia de crime eleitoral<sup>327</sup>. Paralelamente, o Ministério Público Estadual também foi informado da referida queixa-crime ora tramitada naquele Tribunal. Assim, aos 27 de abril de 1951 registra-se a entrada da queixa-crime formulada pelo deputado estadual Osvaldo Cavalcanti Lima, delegado do Partido Social Progressista, contra o então governador de Pernambuco, na Secretária do Tribunal Regional Eleitoral<sup>328</sup>. Esta queixa-crime denuncia violências supostamente praticadas por Francisco Heráclio contra a oposição e alguns eleitores do município de João

---

<sup>324</sup> Entre os anos de 1945 e 1955 exercia uma forte atuação política nos municípios de João Alfredo e Bom Jardim Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima. Aliado político e compadre de Francisco Heráclio entre 1950 e 1951 quando ocorrem vários conflitos e disputas políticas, tornam-se declaradamente inimigos. Osvaldo Lima desliga-se do PSD e passa a compor outros partidos políticos, como o PSP. Sobre as eleições no município de João Alfredo, desde as disputas municipais de 1947 até o pleito de 1986, ver SANTOS, Dimas Prazeres dos. *João Alfredo, sua terra e sua gente*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1987, pp. 158-189.

<sup>325</sup> *O cel. Heráclio pede a palavra: é muito forte o Santo do PSD. O matuto de João Alfredo votou sorrindo*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 15 de julho de 1951, pp. 01 e 08. APEJE.

<sup>326</sup> *O cel. Heráclio conta como derrotou o Osvaldismo. “SUEI QUE SÓ QUEM TIRA CATIMBÓ!...”*. Jornal Folha da Manhã, Recife, 18 de julho de 1951, pp. 01 e 12. APEJE.

<sup>327</sup> Sobre as disposições referentes aos partidos políticos, o artigo 112 do decreto-lei 7.586 de 28 de maio de 1945 garantia aos representantes ou delegados dos partidos “*fazer alegações e protestos, recorrer, produzir provas e apresentar denúncia contra infratores da lei eleitoral*”.

<sup>328</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo nº 039202 de 27 de abril de 1951.

Alfredo, a mando do governador Agamenon Magalhães<sup>329</sup>.

Na segunda folha do referido processo, um dos itens trata que:

Passou o coronel Francisco Heráclio do Rêgo, presidente do diretório pessedista de Limoeiro, a percorrer o município de João Alfredo... Afirmado que se aquela ordem, emanada do dr. Agamenon Magalhães não fosse rigorosamente cumprida, os recalcitrantes seriam espaçados e expulsos do município, logo terminasse o pleito<sup>330</sup>.

Ainda nesta mesma petição afirma o deputado Osvaldo Cavalcanti, delegado e presidente do Partido Social Progressista naquele momento,

O espanto e terror dominou o pobre agricultor residente na cidade e distritos, pois o bravo caudilho limoeirense se faz acompanhar nessas excursões pelos seus mais celebres capangas muitas vezes experimentados na senda sombria da criminalidade<sup>331</sup>.

Em um outro trecho da referida queixa-crime, é afirmado que:

O próprio prefeito do município aludido foi procurado pelo enviado do governador e dele ouviu mais ou menos estas palavras edificantes – “Você tem propriedade e mora do lado de Limoeiro. Se quer viver em paz venha apoiar o candidato do governo. O dr. Agamenon já me perguntou porque não tinha feito revistar e prender, acrescentado que eu disporia de tudo para vencer as eleições: dinheiro, polícia, o que

---

<sup>329</sup> Ao longo da nossa pesquisa, que abrange os anos de 1945 a 1955, pudemos constatar inúmeras ações de violência política praticadas por Francisco Heráclio no município de Limoeiro e circunvizinhos. Estas ações eram divulgadas principalmente pela imprensa que, neste momento, fazia oposição ao PSD e a Francisco Heráclio do Rêgo. Porém, não observamos a existência de outros processos judiciais denunciando práticas de coações políticas que envolvessem Francisco Heráclio. Uma explicação possível seria a dificuldade que temos enquanto pesquisador: muitos desses processos presentes no arquivo do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral ainda não foram liberados para pesquisas.

<sup>330</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, p. 02.

<sup>331</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, p. 02.

pretendesse”. Mas que vencesse de qualquer modo<sup>332</sup>.

Como o Ministério Público havia sido comunicado das referidas acusações presentes na queixa-crime apresentada à Justiça Eleitoral, aos 04 de maio o procurador regional do Ministério Público divulga seu parecer, antes mesmo que a Justiça Eleitoral se pronunciasse sobre o caso em questão.

Para o procurador regional Dirceu Borges:

Há, portanto, um grave erro de técnica judiciária, pois a queixa-crime é de caráter privado, não autorizada na lei eleitoral que determinou seja a mesma intentada pelo órgão do Ministério Público da zona eleitoral, onde a mesma se verificou... Fora desta interpretação, é subverter e tumultuar a ordem processual, estabelecida no Código Eleitoral, para as infrações penais.

A propósito, vale acentuar, em abono destas linhas, que no Código Eleitoral não há crimes, no sentido legal, e sim infrações, o que é conveniente não confundir<sup>333</sup>.

Seguindo em sua argumentação, o procurador acrescenta que,

A incompetência de foro.

O art. 70 da Constituição do Estado diz que o Governador será processado e julgado, nos crimes comuns pelo Tribunal de Justiça e, nos de responsabilidade pela Assembléia, na forma estabelecida em seu Regimento<sup>334</sup>.

Por este parecer é julgada improcedente a ação por conter erros de técnica judiciária, uma vez ser a referida queixa-crime de caráter privado, não autorizado na lei eleitoral. Ou seja, a presente situação foge à competência do Tribunal Regional Eleitoral, pois o Código

---

<sup>332</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, p. 03.

<sup>333</sup> Tribunal de justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, pp. 07-08.

<sup>334</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, p. 09.

Eleitoral não estabelece crimes eleitorais e sim infrações. Por sua vez, estas infrações teriam de ser formuladas e apresentadas pelo próprio Ministério Público, não ao Tribunal Eleitoral, mas ao Tribunal de Justiça do Estado ou à Assembléia Legislativa.

Aos 22 de maio daquele ano a referida queixa-crime vai a julgamento no Tribunal Regional Eleitoral e, por maioria absoluta de votos, o TRE reafirma o parecer do procurador geral Dirceu Borges, julgando não ser aquele Tribunal competente para deliberar sobre tal ação.

De acordo com o parecer do desembargador presidente do TRE, Paulo André Dias da Silva, “*o exmo. Sr. Dr. Procurador Regional emitiu o parecer de fls. 7, no qual sustenta não ser este Tribunal competente para conhecer da queixa. E tem razão o ilustre chefe do Ministério Público*”<sup>335</sup>.

Esclarece ainda,

À vista do aduzido, acordam os juizes deste Tribunal Regional, por maioria de votos, considerar incompetente o mesmo Tribunal para conhecer da queixa, e, por não ter ainda tomado parte ativa no procedimento criminal o Ministério Público, atender ao requerimento do querelante no sentido de que o processado seja remetido ao Tribunal de Justiça<sup>336</sup>.

Em 25 de julho de 1951, o processo n° 039202 – em que o presidente do Partido Social Progressista, Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima, acusa o governador Agamenon Magalhães de ter mandado Francisco Heráclio do Rêgo praticar uma série de intimidações políticas no município de João Alfredo – passa a tramitar no Tribunal de Justiça de Pernambuco, como haviam acordado os juizes do TRE na decisão acima citada.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, João Tavares, reforça os argumentos do procurador regional do Ministério Público e do Tribunal Regional Eleitoral. Desse modo, em 06 de agosto de 1951, o desembargador também julga o Tribunal de Justiça incompetente para deliberar sobre aquela questão e decide pelo encaminhamento do

---

<sup>335</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, p. 14.

<sup>336</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, p. 15.

processo à apreciação pela Assembléia Legislativa do Estado.

Ora, diante da decisão tomada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco de enviar aquelas acusações para que fossem apreciadas pelo poder legislativo do estado, o delegado do Partido Social Progressista, Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima, autor da queixa-crime, comunica ao Tribunal de Justiça, por meio de ofício, no dia 07 de agosto, sua desistência em acusar o governador e, conseqüentemente, Francisco Heráclio do Rêgo. Requer também deste Tribunal que o processo seja devolvido ao TRE para arquivamento.

Como se tem declarado incompetente o Egrégio Tribunal Pleno ordenando a remessa dos autos a Assembléia Legislativa, não convem ao requerente prosseguir com o procedimento judicial intentado, uma vez que a Assembléia é um órgão essencialmente político, onde o querelado conta com a maioria.

Assim, vem desistir da queixa-crime oferecida e pede sejam os autos devolvidos ao TRE para arquivamento<sup>337</sup>.

Mais uma vez o procurador geral do estado, Dirceu Borges, por meio de um parecer em 25 de agosto de 1951, esclarece que:

Quando o Juiz – ou o Tribunal – não tem competência para conhecer do processo principal, também não a tem para decidir os seus incidentes.

Acho, assim, que a Assembléia Legislativa do Estado é que cabe resolver sobre a desistência da queixa<sup>338</sup>.

Apesar da decisão tomada pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco João Tavares, de remeter aquele processo à Assembléia Legislativa do Estado – para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Tribunal Regional Eleitoral e o Ministério Público era que deveriam apreciar e julgar aquele litígio – não encontramos informações

---

<sup>337</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, p. 20.

<sup>338</sup> Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça. Queixa-crime, processo n° 039202 de 27 de abril de 1951, p. 22.

indicativas de que o mesmo tenha, de fato, sido remetido à Assembléia Legislativa. O processo crime também não esclarece a contento a posição do Tribunal de Justiça de Pernambuco quanto ao pedido formulado pelo delegado do Partido Social Progressista, o deputado Osvaldo Cavalcanti, requerendo o retorno do processo ao Tribunal Regional Eleitoral para arquivamento. Assim como não há no corpo processual posicionamento sobre o parecer do procurador geral do estado, Dirceu Borges, que também sugere ao Tribunal de Justiça encaminhamento do processo para a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Em relação à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, a observação de seus Anais sugere a presença de certo clima de tensão entre os deputados que faziam oposição e os governistas. Nos Anais das sessões parlamentares de 1951, inúmeros são os discursos sobre as disputas políticas e as práticas de violência acionadas durante a campanha eleitoral para o executivo e legislativo municipal deste ano, em vários municípios do estado de Pernambuco<sup>339</sup>. Dentre esses discursos destacamos aqueles que versam sobre os municípios de João Alfredo, Bom Jardim e Limoeiro, pronunciados na sessão de 04 de maio de 1951, pelo deputado Osvaldo Cavalcanti.

Quebro, hoje, esse silêncio voluntário para denunciar à opinião esclarecida do meu Estado, dos desacertos, dos desmandos, das violências, das tropelias que se praticam, para a desgraça e infelicidade de Pernambuco, pelo desgoverno do Sr. Agamenon Magalhães, desgoverno que está servindo em Pernambuco de processos políticos superados através da mentalidade de chefetes municipais esquecidos por completo da evolução política.... Os processos políticos do Sr. Francisco Heráclio – que está agindo por ordem do governador do Estado – são os mais deploráveis para a vida e para a honra de Pernambuco.<sup>340</sup>

Osvaldo Cavalcanti descreve em seu pronunciamento um dos casos de violência

---

<sup>339</sup> É importante avisar ao leitor que não localizamos nesses discursos nenhuma referência sobre a referida queixa-crime nº 039202 de 27 de abril de 1951, formulada pelo deputado Osvaldo Lima, contra o governador Agamenon Magalhães. Ou seja, não há referências, nestes discursos, que esclareçam se este processo foi ou não enviado à Assembléia Legislativa do Estado pelo Tribunal de Justiça.

<sup>340</sup> Discurso pronunciado pelo deputado Osvaldo Cavalcanti, na sessão de 04 de maio de 1951, pp. 01-02 e 06. Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (GAPPHL).

praticada por Francisco Heráclio. Trata-se da prisão de um morador do município de João Alfredo e correligionário do Partido Social Progressista, Orlando Bernardo. Este teria sido preso quando de passagem pela cidade de Limoeiro, “*sob a ridícula e infantil alegação, sob o pretexto mais ridículo ainda de que estava falando do coronel Chico Heráclio e do Governo*”<sup>341</sup>.

Um pouco antes das eleições, em 11 de junho, o deputado Luiz França também faz um extenso discurso, seguido de vários apartes, denunciando ações de violência efetuadas por Francisco Heráclio com o aval do governador<sup>342</sup>.

Para além dos conflitos travados no judiciário do estado, ou nas sessões da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, essas ameaças de expulsão e espancamentos para com alguns eleitores permeiam a memória de antigos moradores, muitas vezes aliados e/ou eleitores daquele líder político. Espancar ou expulsar pessoas nomeadas traidoras apresentava-se como uma das possíveis punições praticadas em Limoeiro por Francisco Heráclio. João Cordeiro, que afirma ter mantido certa amizade com aquele líder, ao narrar suas lembranças, faz referências a algumas dessas práticas.

Chegou à eleição, apareceram votos diferentes e o Coronel ficou decepcionado, o Coronel pegou uma equipe, que ele tinha uma equipe de elementos que o povo na época chamavam de capanga. Mas que na realidade não era capanga, era um pessoal que vivia exclusivamente pra dar informações daquilo que o Coronel precisava. Então essa equipe saía investigando e foram descobrindo as pessoas que votaram contra e que fizeram campanha contra. Campanha secreta de porta em porta, de boca-a-boca. O Coronel mandava chamar o cabra lá na casa dele, e dizia: “amarelo, eu fui na sua casa, você se comprometeu de votar com Barbosa Lima, você não é homem não, rapaz? Você tem 24 horas pra se retirar de Limoeiro. Caso contrário... E os caras se assombrava e caía fora de Limoeiro. Isso era promessas que ele fazia só pra limpar o eleitorado. Ele não tinha intenção de mandar dá pisa. Mas a fim de limpar o eleitorado

---

<sup>341</sup> Discurso pronunciado pelo deputado Osvaldo Cavalcanti, na sessão de 04 de maio de 1951, pp. 04. Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (GAPPHL).

<sup>342</sup> Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco de 1951. Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (GAPPHL).

ele fazia esse medo, não é. E a turma desaparecia. Desapareceram muitos daqui<sup>343</sup>.

Na presente entrevista descreve-se como acontecia a expulsão de alguns moradores. Aos que não cumpriam as determinações, ou acordos firmados com aquele líder político, eram dadas apenas 24 horas para que deixassem a cidade. Tomando por base a memória de Jurandir, inúmeras famílias deixaram a cidade no prazo estipulado, o que demonstra a força de coação exercida por Francisco Heráclio e partidários no município de Limoeiro e inúmeros outros circunvizinhos. Além disso, é transparecida a existência de ampla rede de informantes colaboradores que lhe possibilitavam maior controle sobre eleitores e opositoristas.

Sobre o termo “*controle político*”, amplamente utilizado neste capítulo, é julgado relevante que sejam apresentadas algumas considerações ao leitor. Para além de todas as práticas suscitadas ao longo do capítulo, como as relações mantidas por Francisco Heráclio com o estado e os eleitores, o modo como se davam as eleições, ou mesmo a presença de algumas ações de coação, é preciso não perder de vista – mesmo que não resida aí nosso grande interesse, pois suscitamos idéias e ações do ponto de vista de um grupo político dominante – a historicidade dos dominados. Em outras palavras, estamos sugerindo também a necessidade de se perceberem as negociações, as marcas e a participação ativa delineadas no processo político por outros grupos sociais, como o significativo número de eleitores que votavam nos candidatos supostamente escolhidos pelo “*coronel*”.

Nesta perspectiva, e baseados em algumas afirmações elaboradas pela historiadora Ângela de Castro Gomes ao tratar do trabalhismo no Brasil, é importante levar em consideração, para entendermos o trabalhismo, “*políticas públicas diferenciadas e também um complexo conjunto de interesses e crenças, do qual participaram, de forma ativa, também os trabalhadores*”<sup>344</sup>. Enquanto historiadores, é tida a ciência de que as práticas que sugerem certo controle político e eleitoral mantêm dimensões materiais e simbólicas

---

<sup>343</sup> Entrevista de João Cordeiro de Albuquerque, realizada na cidade de Limoeiro em 20 de outubro de 2006, pp. 02-03.

<sup>344</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2002, p. 35. Também comunga desta mesma perspectiva o historiador FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2005.

que permeiam a racionalidade e os sentimentos de outras camadas sociais.

Todas estas práticas operacionalizadas pelo segmento dominante na política de Pernambuco e, em particular, do município de Limoeiro, são reveladoras da enorme desigualdade das relações de força entre dominantes e dominados. No entanto, esta disparidade não se torna “capaz de controlar e anular o dominado, tornando-o uma expressão ou reflexo de si mesmo... Não há controles absolutos e coisificação de pessoas”<sup>345</sup>. Por fim, suscitada tamanha problemática, mesmo que de forma superficial, acreditamos estar provocando novas perguntas. Ou seja, diante da complexidade que envolve o tema, que outras análises no campo da história política, de viés culturalista, possam vir a ser elaboradas.

---

<sup>345</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões* IN SOITHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: editora Mauad, 2005, p. 24.

**Parte 4**  
**Conclusões**

## Considerações finais

A bibliografia que tem se preocupado com o cenário político do Brasil durante a primeira metade do século XX, quase que obrigatoriamente, faz referências ao fenômeno do coronelismo, ou seja, à interferência que inúmeros líderes políticos exerceram sobre os aspectos econômicos, políticos e sociais em municípios ou mesmo em alguns estados. Entre as décadas de 1940 e 1970 pesquisadores como Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, Maria de Lourdes Isaura Monaco, entre outros, construíram entendimentos gerais – que em muito divergem e se aproximam entre si – sobre o coronelismo, sobretudo, durante a Primeira República.

Ao mesmo tempo, como foi tratado ao longo deste trabalho, autores como Iberê Dantas, Marcos Vinícios Vilaça, Maria Auxiliadora Ferraz Sá e Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao visualizaram em seus estudos a atuação de alguns líderes políticos em determinados momentos da segunda metade do século XX, entenderam tal atuação enquanto uma permanência do coronelismo que haveria sobrevivido à Revolução de 1930 e ao processo de redemocratização de 1945. Muito embora possamos observar em alguns destes autores certa preocupação em pontuar uma série de mutações que o coronelismo teria sofrido<sup>346</sup>.

É importante ressaltar que, não poucas vezes, vai ser localizado em alguns trabalhos – reconhecidos como acadêmicos – o uso indiscriminado do termo “*coronelismo*”. Desta maneira, buscam os autores citados construir uma explicação sobre uma determinada situação recente da história política do país. Um desses casos é o artigo de Maria Érica de Oliveira Lima, intitulado *Oligarquia, coronelismo e meios de comunicação*<sup>347</sup>. Em sua escrita, Maria Érica procura mostrar como os meios de comunicação sustentam o coronelismo, ou mais precisamente o que denomina de neo-coronelismo, sobretudo no Nordeste, sob a visão de ser esta uma região extremamente atrasada economicamente,

---

<sup>346</sup> Podemos afirmar que todos os autores ora mencionados produziram significativas obras sobre a complexidade que envolve o cenário político ao longo da República no Brasil. No entanto, algumas destas obras, em muitos aspectos, divergiram do entendimento que construímos sobre a atuação política de Francisco Heráclio do Rêgo.

<sup>347</sup> Este artigo encontra-se publicado na *Revista Comunicante*. Campinas, v. 18, n° 24, pp. 103-118, 2001.

sujeita ao império da fraude eleitoral, violência e impunidade. Estas seriam para a autora as causas da presença do neo-coronelismo no Nordeste do Brasil<sup>348</sup>.

Avessos a tais determinismos, ou engessamentos, procuramos elaborar uma outra compreensão sobre a presença e atuação desses atores sociais no cenário da política brasileira. Nossa perspectiva consta, essencialmente, em demonstrar como Francisco Heráclio do Rêgo, no período compreendido entre 1945 e 1955, é capaz de transitar politicamente no município de Limoeiro e circunvizinhos, assim como no estado de Pernambuco. Ou seja, buscamos analisar um conjunto de discursos e práticas agenciadas estrategicamente por este líder e seus partidários dentro de uma rede complexa de favores, alianças e compromissos políticos. Discursos e práticas as quais entendemos como fundamentais para sua construção de líder político. Em nossa escrita houve constante esforço, talvez nem sempre bem sucedido, em não inserir as ações de Francisco Heráclio no que conhecemos como coronelismo, ou em qualquer semelhante definição<sup>349</sup>.

Por fim, nosso propósito deteve-se em analisar alguns aspectos históricos presentes na documentação, dentre as diversas possibilidades suscitadas ao longo da pesquisa. Não tivemos, nesta dissertação, a pretensão de abranger a totalidade dos eventos que envolvem Francisco Heráclio do Rêgo, mas, inversamente, procuramos nos deter em elementos que julgamos, neste momento, significativos para a compreensão da complexidade que permeia o cotidiano da política naquele município e em Pernambuco. Complexidade que poderá apresentar pontos comuns em relação a outros personagens políticos no cenário nacional entre os anos de 1945 e 1955.

---

<sup>348</sup> *Revista Comunicante*. Campinas, v. 18, n° 24, p. 103, 2001. O total desconhecimento em relação a o espaço e o tempo a ser analisado proposto no artigo, associado à ausência de documentos, parece ser uma das várias dificuldades enfrentadas pela autora. Entendemos que o importante é pensarmos em como determinados líderes políticos se apropriaram ou se apropriam estrategicamente dos meios de comunicação. A simples utilização do termo coronelismo e/ou neo-coronelismo não é capaz de projetar a complexidade dos discursos e práticas agenciadas por estes personagens, mecanismos estes capazes de proporcionar-lhes notoriedade no cenário político.

<sup>349</sup> Este enquadramento teórico, em nosso entendimento, não contribuiria para elucidar como Francisco Heráclio se constituiu politicamente.

**Parte 5**  
**Bibliografia**

## Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999. – (Coleção Histórias do Brasil).

ABREU, Márcia & SCAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetivos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letra, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo, SP: editora Fapesp, 2005.

ABREU, Socorro. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco, 1962-1987*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2003.

ARDENGHI, Lourdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas d Moura. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1982.

BAUDRILLARD, Jean. *A troca impossível*. Trad. Cristina Lacerda e Teresa Dias Carneiro da Cunha. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 2002.

BERGSON, Henri-Louis. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: editora Martins Fontes, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gionfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmem C. Varrialle... [et al.]. 12ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UNB), 1999. 2v.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: editora Perspectiva, 2005.

BOTELHO, Carla (Org.). *Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco*. Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco/Centro de Estudos de História Municipal, 19994.

BORGES, Maria Elisa Linhares. *História e fotografia*. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2003.

CAMARGO, Aspásia e GÓIS, Walder. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiana: editora da Universidade Federal de Goiás, 1987.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

CAVIGNAC, Julie. *A literatura de cordel no Nordeste do Brasil*. Trad. Nelson Patriota. Natal, RN: editora EDUFRN da UFRN, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 9ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: editora Vozes, 1994.

COSTA, Célia; PANDOLFI, Dulce (Orgs.). *Projeto Memória Viva*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e o CPDOC da FGV, 2007. Iv.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: editora Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: editora Difel, 1990.

DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú, Universidade federal de Sergipe, PROEX / CECAC / Programa Editorial, 1987.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1978-1990*. São Paulo: editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 2006.

*Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Coordenação: Alzira Alves de Abreu... [et al.]. Ed. rev. e atual. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV; CPDOC, 2001. 5v.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª edição. Porto Alegre: editora Universidade/UFRGS, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. (Ditos e escritos). Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 2003. 4v.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. 19ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 28ª edição. Petrópolis-RJ: editora Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6ª edição. São Paulo: editora Edições Loyola, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: editora Centauro, 2004.

HERÁCLIO, Reginaldo & HERÁCLIO, Ricardo. *Chico Heráclio, a herança política*. Recife: editora Universitária da UFPE, 1997.

HERÁCLIO, Reginaldo. *Chico Heráclio – o último Coronel*. Recife, 1979.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformista: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromisso*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LAVAREDA, Antônio & SÁ, Constança (Orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: editora Massangana, 1986.

LEAL Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*. Trad. Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: editora paz e Terra, 1991.

LEITE, Ronildo Maia. *As fornalhas de março: história das eleições no Recife*. Recife: editora Edições Bagaço, 2002. 2v.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família tradição e poder: o(caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª edição. São Paulo: editora Papyrus, 1986.

LINS, Etelvino. *Um depoimento político, episódios e observações*. Rio de Janeiro: editora José Olympio, 1977.

MARGARETH Rago, LUIZ B. Lacerda Orlandi & VEIGA, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2005.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5ª edição. São Paulo: editora Contexto, 2003.

MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 4ª edição. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2004.

- MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1971.
- NAPOLITANO, Marcos. *História cultural da música popular*. 2ª edição. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2005.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar Editores, 2002.
- PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: editora Record, 1972.
- PAMUK, Orhan. *A mala do meu pai*. Trad. Sérgio Flaksman. São Paulo: editora Companhia das Letras, 2007.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política*. Recife: editora Massangana, 1984.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2003.
- PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. Trad. Maurício Santana Dias. 3ª edição. São Paulo: editora Cosac Naify, 2001.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976.
- VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo do Nordeste*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2003.

VILELA, Márcio A. Ferreira; PORFÍRIO, Pablo F. de A. *A infância de um chefe político e a invenção de uma autoridade: Francisco Heráclio do Rêgo* IN MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília (Org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: editora Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas: obra póstuma*. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Record, 2002.

RAYMUNDO, Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: editora Globo, 2001.

RÊGO, André Heráclio do. *Famille et pouvoir regional au Brésil: le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000*. Paris: editora L' Harmattan, 2006.

RÊGO, André Heráclio do. *Breviário do coronel Francisco Heráclio do Rêgo*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1999.

RÊGO, André Heráclio do. *Memórias de um amarelo mofino*. Rio de Janeiro: editora Sete Letras, 1997.

RÊGO, André Heráclio do. *Sim senhor, coronel*. Rio de Janeiro: editora Sete Letras, 1996.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. 1ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 1998.

*Revista Comunicarte*. Campinas, v. 18, n° 24, 2001.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos Velhos aos novos coronéis; um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: PIMES, 1974.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: editora Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Dimas Prazeres dos. *João Alfredo, sua terra e sua gente*. Recife: Centro de Estudos de Historia Municipal/FIAM, 1987.

SOARES, Antônio José do Couto. *A outra face do coronel*. Recife-PE: editora Bagaço, 2001.

SOITHE, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: editora Mauad, 2005.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 3ª edição. São Paulo: editora Alfa Ômega, 1990.

SCARLETT, Marton. *Nietzsche: uma filosofia a marteladas*. 5ª edição. São Paulo: editora Brasiliense (coleção tudo é história), 1991.

STREIT, Isléia Rossler. *Entre ditos e não-ditos: o coronelismo e a imigração*. Passo Fundo: UPF, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946 – 1964)*. Recife: editora Universitária da UFPE, 2007.

*Tempos históricos*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Marechal Cândido Rondon. V. VIII; 1º semestre, 2006.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo: editora Cia. das Letras, 2001.

## Relação dos materiais primários

### 1- Fontes escritas

- Jornal Diário da Noite (1945 – 1974). APEJE.
- Jornal Diário da Manhã (1945 – 1960). APEJE.
- Jornal Diário de Pernambuco (1945 – 1955). APEJE.
- Jornal do Comércio (1945 – 1955). APEJE.
- Folha da Manhã - Matutino e Vespertino (1945- 1955). APEJE.
- Jornal O Libertador (1953). APEJE
- Jornal Correio do Agreste (1952). APEJE.
- Jornal Gazeta de Camocim (1954). APEJE.
- Jornal Tribuna de Bonito (1953 – 1954). APEJE.
  
- Revista O Cruzeiro. Biblioteca do Estado de Pernambuco - Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco (CEHIBRA) - Biblioteca do Estado de Pernambuco.
- Revista Manchete. Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco - Biblioteca do Estado de Pernambuco.
  
- Prontuário Funcional do Município de Limoeiro. DOPS/APEJE.
- Prontuário Particular de Francisco Heráclio do Rêgo. DOPS/APEJE.
  
- Folhetos de cordéis. Arquivo pessoal.
  
- Panfletos/boletins. Arquivo pessoal.
  
- Disco compacto. Arquivo pessoal.

- Processo/Queixa-crime nº 039202 de 1951. Tribunal de Justiça de Pernambuco/Arquivo da Justiça.
- Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco (1947 – 1952). Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (GAPPHL).

## **2- Fontes Orais/entrevistas**

- Jerônimo de Castro Heráclio. Entrevistado em 14 de agosto de 2006, em sua residência, na cidade de Limoeiro. Entrevista realizada pelo pesquisador Márcio Vilela.
- João Cordeiro de Albuquerque. Entrevistado em 20 de outubro de 2006, em sua residência, na cidade de Limoeiro. Entrevista realizada pelo pesquisador Márcio Vilela.
- José Vital Duarte de Melo. Entrevistado em 26 de outubro de 2006, em sua residência, na cidade de Limoeiro. Entrevista realizada pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Jurandir Cassimiro de Barros. Entrevistado em 02 de setembro de 2006, em sua residência, na cidade de Limoeiro. Entrevista realizada pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Manuel Coutinho de Araújo Pereira. Entrevistado em 14 de agosto de 2005, em sua residência, na cidade de Limoeiro. Entrevista realizada pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Virgínia Heráclio de Aquino. Entrevistada em 20 de outubro de 2006, em sua residência, localizada na Fazenda Escuro, no município de Limoeiro. Entrevista realizada pelo pesquisador Márcio Vilela.
- Oswaldo Cordeiro de Farias. Entrevista realizada entre julho de 1976 e fevereiro de 1980 ao Programa de História Oral do CPDOC.

- Armando Monteiro Filho. Entrevistado em 31 de março de 2005 em sua residência, no Recife. Entrevista realizada por Célia Costa e Dulce Pandolfi do CPDOC, para o Projeto Memória Viva da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

**Parte 6**  
**Anexos**

## Imagens



**Vista parcial da residência de Francisco Heráclio do Rêgo, localizada na Av. Capibaribe, em Limoeiro. Fotografia de agosto de 2005. Arquivo pessoal.**

## PRESADO AMIGO E CORRELIGIONÁRIO

Aos amigos, parentes, compadres e afilhados de meu pai, Coronel João Heráclio do Rego, que foi sempre um amigo do povo dessa redondeza, venho pedir para que nas eleições de dois de dezembro votem na chapa do P. S. D., o partido a que estou ligado.



Todos sabem que meu pai sempre esteve de acordo comigo. Eu estou com o P. S. D. e, em nome do meu pai, peço ao amigo que vote nos candidatos do meu partido. Muita gente vive com promessas mas eu estou com a realidade. Só aconselho votar no P. S. D. porque os seus candidatos são, como eu, amigos do progresso da terra e amigos do povo.

**Cel. JOÃO HERÁCLIO**  
Não faço só em meu nome, mas em nome do meu pai e não acredito que nenhum eleitor dessa redondeza se negue a um pedido feito em nome do Coronel João Heráclio que tanto fez pelo seu parentes, compadres e afilhados.

Seguem, nessa carta, as chapas dos candidatos que devem ser votados. Tire as chapas dessa carta e guarde com cuidado.

No momento de votar, o presidente da mesa lhe entregará um envelope. Entre com ele para o quarto secreto e ponha as chapas que eu lhe dei dentro dele, fechando-o em seguida e voltando à mesa coloque o envelope dentro da urna.

Tenha muito cuidado para que ninguém veja suas chapas e coloque-as na urna, não aceitando outras e pode confiar na minha palavra como eu confio na sua.

Com meus sinceros agradecimentos.

FRANCISCO HERÁCLIO DO REGO

Limoeiro — Novembro de 1945.

14 8 2005

Este boletim circulou em Limoeiro em novembro de 1945, durante a primeira campanha eleitoral após o processo de redemocratização do Brasil. Arquivo pessoal.

## Aos meus grandes amigos e correligionários

Peço para no dia 26 dêste mês que é o dia da eleição não deixar de votar nos candidatos da chapa municipal e estadual do Partido Social Democrático, ou o P. S. D., para prefeito, sub-prefeitos, vereadores e deputados estaduais.

Lembro que não se esqueçam do título quando forem votar. Como também ter o maior cuidado em não mostrar suas chapas para não as inutilizar ou troçar, como tem acontecido várias vezes: Tenham toda atenção quando receberem convites para entrar em sopas, automoveis ou casas pois isto tem por fim troçar chapa ou inutilizar com manchas e riscos.

Como nas duas eleições passadas deram a maior prova de confiança votando no nosso partido, espero continuar a merecer a mesma confiança pois é esta eleição a que mais interessa a todos os amigos. Fico muito grato pela lealdade e a confiança que tenho merecido para todos os meus grandes amigos.

Vamos vencer pela terceira vez e agora trabalhar pelo engrandecimento de Limoeiro e pela tranquilidade dos limoeirenses dentro de um governo de paz, trabalho e respeito aos direitos dos cidadãos.

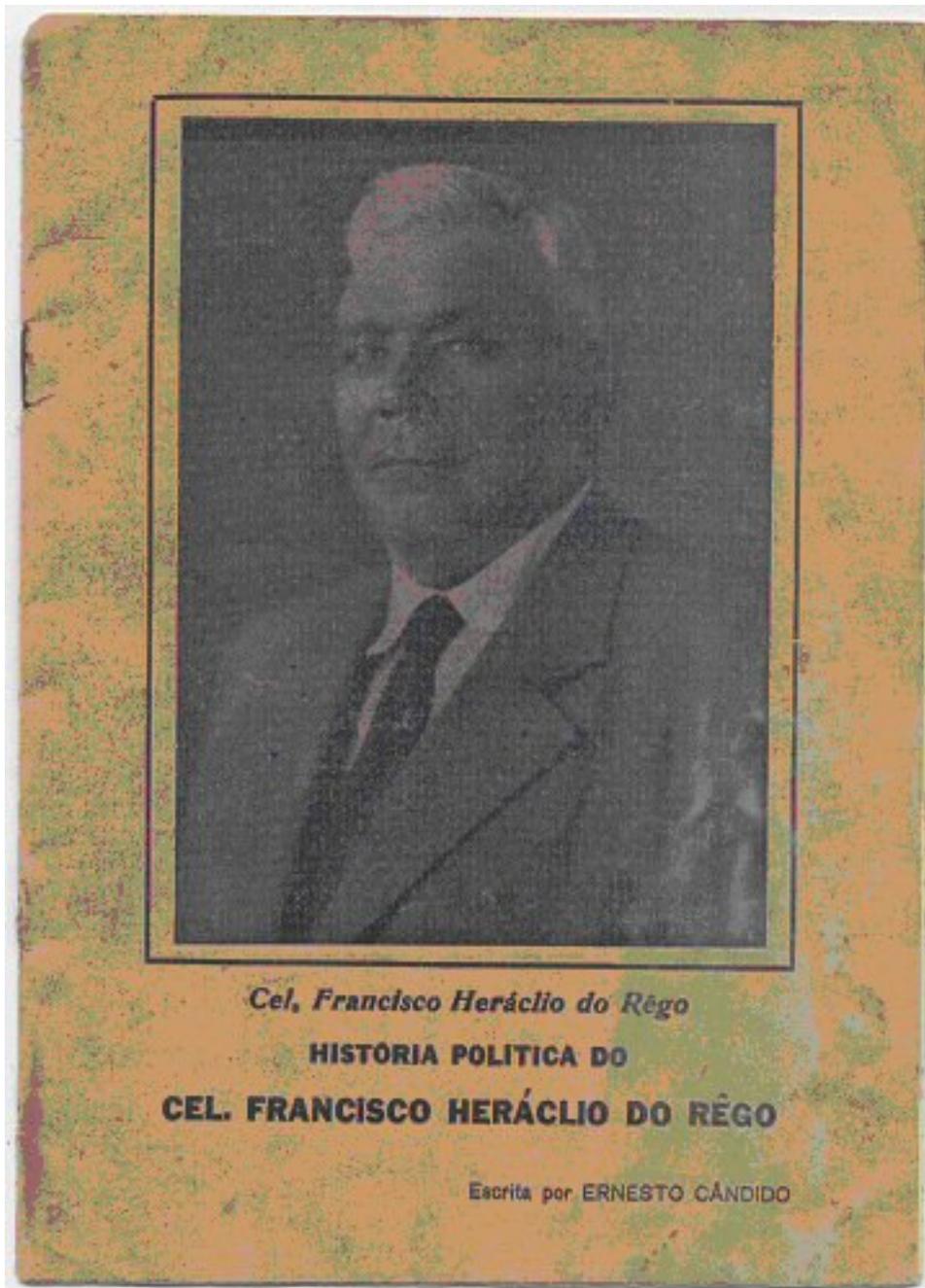
Depois de empossado o prefeito e vereadores do P. S. D. iremos mudar da festa para receber o nosso governador, dr. Barbosa Lima Sobrinho, o qual virá agradecer a grande prova de dedicação que os limoeirenses me deram votando nele nas eleições de 19 de janeiro.

Antecipando meus agradecimentos, sou com toda estima amigo dos limoeirenses.

Limoeiro, outubro de 1947

*Francisco Heráclio do Rêgo*

N. B. - Peço ter todo cuidado para não juntar com as chapas a carta e a envelope.



Literatura de cordel escrita pelo poeta e político Ernesto Cândido em janeiro de 1954.  
Arquivo pessoal.

HISTÓRIA POLITICA DO CHEFE  
**CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO RÊGO**

Escrita

por

ERNESTO CÂNDIDO

1.º

Leitores eu peço licença  
Para contar uma história  
De um Chefe político honrado  
Que o povo sempre adora.  
Ele é forte e justiceiro  
O herói de Limoeiro.  
Que não me sai da memória.

2.º

É homem de honra e caráter  
É de forte coração  
A sua força política  
Da Capital ao Sertão,  
Ninguém pode dominar  
É besteira pelejar  
Depois perder na questão.

3.º

Chama-se Francisco Heráclio  
Éste nobre coronel  
Desmancha tôda questão  
Venha de onde vier  
Vive bem preparado  
Com dinheiro e advogado  
Prá defender seus fieis.

4.º

Em Limoeiro habita  
Um pouco de idiotas  
Que para diminuí-lo  
Inventa todas marmotas.  
Coitados vão terminar  
Doidos na rua a gritar  
Batendo de porta em porta.

5.º

A eleição vem aí  
Para tirar a certeza  
É quando eu quero mostrar  
Do Coronel, a grandeza.  
Depois das urnas apuradas  
A oposição derrotada  
Ficar tudo na raleza.

6.º

Garantiram ao Govêrno  
Que tinham muitos eleitores  
Mas no fim êle vai ver  
Quais os seus valores.  
Coronel nem estar ligando  
E, êles se acabando  
Coitados destes senhores.

7.º

Porque o povo já sabe  
A chapa de votar, fiel.  
Nãõ vota em outra pessoa,  
Venha de onde vier.  
Nãõ vai atrás de fuxico  
Vota com Coronel Chico  
Desempenha o seu papel.

8.º

Êste povo contra êle  
Deve estar arrependido  
Do grande êrro que deu  
Do agravo cometido.  
Devia sêr fiel  
E pagar ao Coronel  
Os títulos que estão vencidos.

9.º

Mas, contudo, o Coronel  
Está muito satisfeito,  
Tem 31 municípios  
Que estão todos direitos,  
Fazendo o que é necessário,  
E, os seus correligionários  
Chegando tudo de eito.

10.º

A Glória do Goitá  
Já está em suas mãos,  
Carpina, Pau d'Alho, São Lourenço,  
Vitória de Santo Antão,  
Paulista, vai mais ou menos,  
Gravatá, Bezerros, Moreno,  
Escada e Jaboatão.

11.º

Buique e João Alfredo,  
Nazaré e Surubim,  
Escada, Cabo, Catende,  
Pesqueira, Belo Jardim,  
São Caetano e Barreiros,  
Lagêdo e Limoeiro,  
Bonito e São Joaquim.

12.º

Bom Jardim e Rio Branco,  
Orobó e Umbuseiro,  
Éle tem a votação,  
Quase como em Limoeiro.  
O coronel de persí,  
Conta com 40 mil,  
Em um cálculo verdadeiro.

13.º

E ainda fica o resto  
Que eu não quero falar  
Que são muitos municípios  
E todos querem votar.  
É uma sôpa com mêl  
E ainda tem para o Coronel  
Uns 10 mil da Capital.

14.º

O coronel vai eleger  
O Governo do Estado.  
Também uns 20 prefeitos,  
E uns 12 deputados,  
Sendo 2 Federais  
Dez Estaduais,  
Será o resultado.

15.º

Pode botar a polícia  
Para prender eleitor,  
Mais o voto é secreto  
Vota-se seja em quem fôr,  
Desempenhamos o papel,  
E a chapa do Coronel  
Só é a que tem valor.

16.º

Limoeirense, tú te lembras  
Dos favores recebidos.  
De uma luz tão clara,  
E da água que tens bebido.  
Desempenha teu papel,  
Vota com o Coronel  
Para ser bem querido.

17.º

Que quem vota contra êle  
É como quem enlouqueceu.  
Árvore que não dá fruto,  
Carne que apodreceu.  
Chamar com mosca presunto,  
Dar remédio a defunto,  
É chorar quem já morreu.

18.º

O chefe de Cumarú  
Está muito desgostoso.  
Por causa do distrito,  
Ele ficou queixoso.

Por ordem do Governador  
O distrito não passou  
E ele ficou nervoso.

19.º

Pessoal de Cumarú  
Veja bem e pense consigo  
Que este homem já traiu  
O seu compadre e amigo.  
Ele atrai seja quem fôr  
Quanto mais um eleitor,  
Veja bem o que eu digo.

20.º

Porque se vocês botarem  
Este homem no poder  
Me diga, meu caro amigo,  
O que vai acontecer?  
Aí, todo mundo chora,  
Cadeia e palmatória  
É o que vão receber.

21.º

Limoeiro se orgulha  
Em ter o Chefe que tem  
Nós que somos eleitores dele,  
Estamos orgulhosos, também.  
No meio dos chefes políticos  
O nosso Coronel Chico  
Só ele vale por cem.

22.º

Quem votar com este chefe  
Ficará abençoado  
Fica querido do povo  
E será recompensado  
Pode ficar animado  
Porque se tiver pecado  
Por Deus será perdoado.

23.º

Eu mesmo de minha parte  
Tenho uma opinião  
Que não voto com outro  
Ainda que dê um milhão,  
Em ouro, prata ou papel.  
Voto com o Coronel  
E não lhe custo um tostão.

24.º

Leitores eu peço desculpa  
Se acaso agravei alguém.  
E se ficaram aborrecidos  
Votem com ele também.  
Para o seu bem estar  
E depois não terminarem  
Doidos no mundo Além.

F i m

LIMOEIRO, Janeiro de 1954



**Disco compacto produzido pela indústria fonográfica Rosemlit LTDA, referente às disputas eleitorais para o legislativo estadual e federal em 1954. Arquivo pessoal.**

# Francisco Heráclio do Rêgo

Face A

## CORONEL NUNCA DIZ NÃO

Marcha de Limoeiro

O Coronel nunca diz não  
Foi seu amigo não sofre e tem proteção  
Entre para o cordão  
Coronel é da gente  
Ele nunca diz não

Coronel Francisco Heráclio  
Ele tem voto do Recife ao sertão  
O povo quer seus candidatos  
Na hora "H" ele ganha a eleição  
O povo quer e ele ganha a eleição

## ESTAMOS COM HERÁCLIO

Adaptação de Limoeiro

Nós os eleitores  
E com Heráclio que vamos votar  
Pois na hora do aperto  
Heráclio chega para nos salvar  
Nós, nós, nós

Ele é nosso candidato  
E o melhor não tem igual  
Queremos ele, Heráclio do Rego,  
Deputado Federal  
Nós, nós, nós

Face B

## SOU DO CORONÉ

(Jacira Costa - Limoeiro)

Eu não mudei nem vou mudar  
Sou do Coroné o que é que há  
Mas eu voto nos candidatos  
Que Chico Heráclio mandar  
Coronel Chico Heráclio  
Nunca perdeu eleição  
Tem amigo em toda parte  
Desde o Recife ao sertão

E é porisso que nós votamos  
Com os seus filhos de coração  
Voto com Francisquinho  
Em Heráclio também  
Francisquinho mais Heráclio  
Vão ganhar pru nosso bem

## VOTAREI COM FRANCISQUINHO

Arrasta pé de Limoeiro

Vou votar em Francisquinho  
Francisquinho tem valor  
Não tem dia não tem hora  
Prá servir ao eleitor

É escravo do seu povo  
De inverno a verão  
Ele atende a todo mundo  
E não sabe dizer não  
Seja rico seja pobre  
Seja branco ou de cor  
Todos querem Francisquinho  
Pois foi Deus quem lhe mandou

## COM HERÁCLIO E FRANCISQUINHO

Adaptação de Limoeiro

Votamos em Francisquinho  
Porque, Francisquinho faz muito favôr  
Chegou, bateu e falou  
Francisquinho, atende seja lá quem lôr

Tambem queremos Heráclio do Rego  
Com Heráclio nesta eleição  
Não existe outro candidato igual  
Vai ser eleito Deputado Federal

Fabricado pela FABRICA DE DISCOS *Rosenblit* LTDA

Estrada dos Remédios, 955 - Recife - Pe.